

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS,
ESTRATÉGIAS E DESENVOLVIMENTO (PPED/IE)

**Compartilhamento de Benefícios em Projetos REDD:
Desafios para uma Implementação Justa e Inclusiva na Amazônia Brasileira**

CONRADO AMOEDO DE MELLO

RIO DE JANEIRO/RJ
Abr/2023

CONRADO AMOEDO DE MELLO

Compartilhamento de Benefícios em Projetos REDD:
Desafios para uma Implementação Justa e Inclusiva na Amazônia Brasileira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (PPED), na linha de pesquisa de Sustentabilidade e Governança Ambiental, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento.

Orientadora: Profa. Dra. Mariana Clauzet

RIO DE JANEIRO/RJ

Abr/2023

M527c Mello, Conrado Amoedo de

Compartilhamento de benefícios em projetos REDD+: desafios para uma implementação justa e inclusiva na Amazônia brasileira / Conrado Amoedo de Mello. - 2023.

97 f.

Orientadora: Mariana Clauzet.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, 2023.

Bibliografia: f. 80 – 87.

CONRADO AMOEDO DE MELLO

**Compartilhamento de Benefícios em Projetos REDD:
Desafios para uma Implementação Justa e Inclusiva na Amazônia Brasileira**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (PPED), na linha de pesquisa de Sustentabilidade e Governança Ambiental, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento.

Aprovada em 18 de maio de 2023 por:

Prof. Dra. Mariana Clauzet (Orientadora) – PPED/IE/UFRJ

Prof. Dr. Peter May – PPED/IE/UFRJ

Prof. Dra. Patrícia Guidão Cruz Ruggiero – FEAC/USP

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente à Universidade Federal do Rio de Janeiro e ao Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento e todos aqueles que contribuem para o seu desenvolvimento e manutenção!

À minha professora e orientadora, Mariana Clauzet, agradeço pela energia, dedicação e parceria, e por me guiar com sensibilidade e firmeza, principalmente nos momentos de dúvida e mudanças de rumo.

Aos professores do Programa, que compartilharam ensinamentos e promoveram discussões importantes. Em especial às professoras Valéria Vinha e Estela Neves, pelo acolhimento em momentos de dúvida, ao professor Cadu Young, que me acendeu a primeira chama para os temas relacionados à Amazônia e aos serviços ambientais, e à Profa. Marta Irving, pelo apoio pragmático e correção minuciosa do projeto.

Dedico este trabalho e agradeço ao meu pai, por ter me inspirado e acompanhado no início dessa caminhada, com os sorrisos e o interesse habitual, e à minha mãe, Lilian, pelo suor e dedicação que tantas portas me abriu, e pelo carinho e cuidado de cada dia.

Não poderia deixar de agradecer ao Cariri cearense, aos encontros, aos amigos e amigas que fiz por lá. À Fundação Casa Grande, em especial, que foi minha porta de entrada para este novo mundo.

E à minha companheira de caminhada, desta e de muitas outras.

Muito obrigado!

RESUMO

MELLO, Conrado A. **Compartilhamento de Benefícios em Projetos REDD: Desafios para uma Implementação Justa e Inclusiva na Amazônia Brasileira**. Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento), Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023

A rápida expansão do mercado voluntário de carbono representa uma oportunidade para o financiamento de investimentos que combinam conservação e desenvolvimento socioeconômico dos territórios de floresta. A Amazônia brasileira, com 23 projetos registrados, é a região com o maior número de iniciativas REDD no mundo, sendo 78% delas com registro em padrões de co-benefícios. O objetivo principal deste estudo foi discutir os principais desafios para o desenvolvimento mais justo e inclusivo de projetos, em territórios com comunidades locais estabelecidas que há gerações apoiam a conservação dos ecossistemas. Para isso, este estudo adotou o método qualitativo de pesquisa a partir da realização de entrevistas semiestruturadas com lideranças comunitárias, pesquisadores especialistas e atores do mercado de carbono, e da sistematização e análise das estratégias relacionadas a salvaguardas e geração de co-benefícios sociais, apresentadas nos relatórios dos 7 projetos que possuem créditos emitidos com padrões de co-benefícios na Amazônia brasileira. Os resultados apontaram que em 6 destes projetos não existem evidências de melhoria relevante nas condições de vida das comunidades locais, sendo que em 4 destes tampouco há evidências de processos adequados para obtenção de consentimento, livre, prévio e informado (CLPI), de participação local no desenho e monitoramento e de atividades relevantes para a melhoria das condições de vida locais. O projeto que apresentou evidências de objetivos sociais, com a maximização conjunta de benefícios, redução de emissões e melhoria nas condições de vida das comunidades locais, foi o único implementado em Unidade de Conservação. Neste sentido, os principais desafios identificados para promoção da inclusão e justiça nos projetos REDD com certificações de co-benefícios foram: 1) a falta de protocolos para processos de abordagem das comunidades e obtenção de CLPI; 2) a falta de transparência para dentro do território e para atores externos; 3) a necessidade de atualização dos manuais de certificação com procedimentos mais robustos para atividades não relacionadas ao carbono; 4) a ausência de parâmetros para o desenho de estratégias de geração de co-benefícios; e 5) a necessidade de certificação de entidades verificadoras nacionais com conhecimento e experiência local.

Palavras-chave: Projetos REDD, Amazônia, Mercado Voluntário de Carbono, Compartilhamento de Benefícios, Comunidades Tradicionais

ABSTRACT

MELLO, Conrado A. **Benefit Sharing in REDD+ Projects: Challenges for a Fair and Inclusive Implementation in the Brazilian Amazon.** Master's Thesis in Public Policies, Strategies and Development. Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Brazil, 2023

The rapidly growing voluntary carbon market represents an opportunity of funding for investments that combine conservation and socio-economic development of the forest territories. The Brazilian Amazon, with 23 projects registered, is the region with the largest number of REDD initiatives in the world, with 78% registered in co-benefits standards. The main goal of this study is to discuss the main challenges for more equitable and inclusive project development, in territories where established local communities support the ecosystem conservation for generations. For that, this study takes a qualitative approach with semi-structured interviews of community leaders, researchers and market professionals, and the systematization and analysis of the social safeguards and co-benefits strategies, presented in public reports of the 7 projects with credits issued with co-benefits standards in the Brazilian Amazon. Findings reveal that in 6 of the projects analyzed there were no evidences of significant improvement in community's livelihood, and in 4 projects there were no evidences of adequate free, prior and informed consent obtention process (FPIC), of local participation in the project planning and monitoring, and of implementation of relevant activities for local livelihood improvements. The only project presenting evidences of social objectives, aiming a joint maximization of benefits, emission reductions and community well-being improvement, was implemented in a Conservation Unit. In this sense, the main challenges identified for the promotion of inclusion and justice in REDD projects with co-benefits certifications were: 1) the lack of protocols for community engagement and FPIC obtention; 2) the lack of transparency both in the territory and to external stakeholders; 3) the need of updating certification manuals with more robust procedures for non-carbon activities; 4) the absence of parameters for co-benefits strategies planning; and 5) the need of certification of national verification entities with local knowledge and experience.

Keywords: REDD projects, Benefit Sharing, Brazilian Amazon, Voluntary Carbon Markets, Local Communities

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Distribuição geográfica de 377 projetos REDD	27
Figura 2 - Exemplos de padrões internacionais no mercado voluntário	32
Figura 3 - Localização dos projetos REDD registrados na Amazônia Legal	41
Figura 4 - Percepção sobre os Preços dos Crédito de Carbono por Tipo de Crédito em Projetos Florestais (2021-2022)	44
Figura 5 - Registros de encontros realizados durante o processo de consulta no projeto Brazilian Amazon APD e dos materiais distribuídos na comunidade	53
Figura 6 - Registros de encontros da câmara técnica realizados no projeto Jari/Amapá REDD	54
Figura 7 - Evolução do volume de créditos emitidos e aposentados no mercado voluntário de carbono	64
Figura 8 - Trecho da seção Benefícios Líquidos ao Bem-estar da Comunidade do Relatório de Verificação do Projeto Envira Amazônia	67
Figura 9 - Trecho da seção Comunidades do Relatório de Verificação do Projeto RESEX Rio-Preto Jacundá	67
Figura 10 - Trecho do Projeto Descritivo do Projeto Carbono Florestal Suruí.....	69
Figura 11 - Trecho da carta Munduruku do Alto e Médio Tapajós e Baixo Teles Pires	72
Figura 12 - Representação Esquemática da Pontuação ao longo de 3 medições	92

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relação das categorias propostas com as classificações existentes nos padrões CCB e SocialCarbon	39
Quadro 2 - Características principais dos projetos REDD registrados na Amazônia Legal	42
Quadro 3 - Extensão média das propriedades nos projetos agrupados analisados	43
Quadro 4 - Projetos identificados com certificação de co-benefícios verificada	46
Quadro 5 - Estratégias identificadas por categoria de análise em cada projeto	48
Quadro 6 - Régua de avaliação proposta para cada categoria de análise	49
Quadro 7 - Avaliação das estratégias adotadas pelos projetos nas categorias CLPI, Mecanismos de Distribuição de Co-Benefícios e Direitos de Propriedade	52
Quadro 8 – Avaliação das estratégias adotadas pelos projetos nas categorias Atividade Produtivas e Emprego	55
Quadro 9 – Avaliação das estratégias adotadas pelos projetos nas categorias Infraestrutura, Organização e Inclusão Social e Acesso a Serviços Básicos	57
Quadro 10 – Critérios e indicadores definidos pela certificação CCB	90

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de projetos REDD registrados na base de dados VERRA por país de registro	37
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Desmatamento Evitado (acrônimo em inglês para <i>Avoided Deforestation and Degradation and Forest Conservation</i>)
AFOLU	Agricultura Florestas e Uso do Solo (acrônimo em inglês para <i>Agriculture, Forestry, and Other Land Use</i>)
AR	Florestamento, Reflorestamento e revegetação (acrônimo em inglês para <i>Afforestation, Reforestation and Revegetation</i>)
CCB	Clima, Comunidade e Biodiversidade (acrônimo em inglês para <i>Climate, Community & Biodiversity</i>)
CF88	Constituição Federal de 1988
CLPI	Consentimento Livre, Prévio e Informado
CNS	Conselho Nacional de Populações Extrativistas
COFA	Comitê Orientador do Fundo Amazônia
COP	Conferência das Partes
CORSIA	Esquema de Compensação e Redução de Carbono para a Aviação Internacional (acrônimo em inglês para <i>Carbon Offsetting and Reduction Scheme for International Aviation</i>)
EIA-RIMA	Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental
ERR	Redução e Remoção de Emissões (acrônimo em inglês para <i>Emissions Reductions and Removals</i>)
ESG	Governança Ambiental, Social e Corporativa (acrônimo em inglês para <i>Environmental, Social and Governance</i>)
ETS	Sistemas de Comercialização de Emissões (acrônimo em inglês para <i>Emissions Trading System</i>)
EU ETS	Sistema Europeu de Comercialização de Emissões (acrônimo em inglês para <i>European Union Emissions Trading System</i>),
FAS	Fundação Amazônia Sustentável

FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
GEE	Gases de Efeito Estufa
HFLD	Floresta Alta Baixo Desmatamento (acrônimo em inglês para <i>High Forest Low Deforestation</i>)
ICAO	Organização Internacional de Aviação Civil (acrônimo em inglês para <i>International Civil Aviation Organization</i>)
ICC	Câmara Internacional de Comércio (acrônimo em inglês para <i>International Chamber of Commerce</i>)
IDESAM	Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas
IEA	Instituto de Estudos Amazônicos
LEAF	Reduzindo Emissões através da Aceleração do Financiamento Florestal (acrônimo em inglês para <i>Lowering Emissions by Accelerating Forest Finance</i>)
MPF	Ministério Público Federal NBS Soluções Baseadas na Natureza (acrônimo em inglês para <i>nature-based solutions</i>)
NDC	Metas de Contribuições Nacionais (acrônimo em inglês para <i>National Determined Contribution</i>)
NZ ETS	Sistema de Comercialização de Emissões da Nova Zelândia (acrônimo em inglês para <i>New Zealand Emissions Trading System</i>),
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)
PD	Descritivo do Projeto (acrônimo em inglês para <i>Project Description</i>)
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PPPCDam	Plano de ação para Prevenção e Controle do desmatamento na Amazônia Legal
REDD	Redução de Emissões provenientes de Desmatamento e Degradação Florestal
REDD+	Redução de Emissões provenientes de Desmatamento e Degradação Florestal, assim como da conservação dos estoques de carbono florestal, do manejo

sustentável de florestas e do aumento dos estoques de carbono florestal
(acrônimo em inglês para *Reducing Emissions from Deforestation and forest
Degradation and conservation, sustainable management of forests and
enhancement of forest carbon stocks*)

RPPN	Reserva Particular Patrimônio Natural
TREES	Padrão de Excelência Ambiental de REDD+ (acrônimo em inglês para <i>The REDD+ Environmental Excellence Standard</i>)
UNFCCC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (acrônimo em inglês para <i>United Nations Framework Convention on Climate Change</i>)
VCS	Padrão de Verificação de Carbono (acrônimo em inglês para <i>Verified Carbon Standards</i>)
VVB	Entidades de Validação e Verificação (VVVs (acrônimo em inglês para <i>Validation and Verification Bodies</i>)

SUMÁRIO

1	Introdução.....	14
1.1	Contextualização E Formulação Do Problema	14
1.2	Objetivo geral e específicos.....	17
2	Referencial Teórico.....	18
2.1	A crise socioambiental e a situação das comunidades tradicionais.....	18
2.2	Evolução dos mercados de carbono globais	23
2.3	Projetos REDD+: Estratégias e Desafios	26
2.4	Compartilhamento de benefícios em projetos REDD+.....	29
3	Metodologia	34
3.1	Técnicas de coleta e análise de dados	34
3.2	Critérios de seleção dos projetos.....	36
3.3	Análise de Resultados.....	39
4	Resultados e Discussão.....	41
4.1	Perfil dos projetos REDD+ na Amazônia brasileira: localização, propriedade da terra e receita potencial	41
4.2	Estratégias de compartilhamento de benefícios sociais nos projetos analisados...	45
4.3	Projetos REDD+: Desafios para uma implementação mais justa e inclusiva.....	60
4.3.1	Inadequação dos padrões de certificação de co-benefícios	62
4.3.2	Assimetria de informação e falta de transparência.....	65
4.3.3	Ausência de normatização ou regulação e perspectivas excludentes do mercado atual	70
5	Considerações Finais	75

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização E Formulação Do Problema

Apesar de não haver ainda um mercado regulado de carbono no Brasil, existem na Amazônia brasileira 23 projetos REDD com geração de créditos de carbono a partir da redução do desmatamento e degradação florestal, e do manejo sustentável de florestas e conservação e aumento dos estoques de carbono florestal¹, compreendendo uma receita potencial de R\$ 14 bilhões² no mercado voluntário internacional ao longo de 40 anos³. O recente boom de demanda por créditos provenientes de soluções baseadas na natureza (NBS, sigla em inglês)⁴ tem colocado luz sobre a real adicionalidade destes créditos, tanto em termos de resultado de conservação quanto de benefícios gerados às comunidades que vivem nas áreas de floresta (ATMADJA et al., 2022; BANCO MUNDIAL, 2022; KEOHANE; SEYMOUR, 2021; LUTTRELL et al., 2012).

No vácuo de políticas públicas em áreas de florestas na Amazônia brasileira, as transferências de organismos multilaterais de fomento e organizações filantrópicas nacionais e internacionais têm constituído uma alternativa de financiamento para iniciativas locais que promovem a proteção da floresta e o desenvolvimento das comunidades nestes territórios (BRONDIZIO et al., 2021). No Brasil destaca-se a recente retomada do Fundo Amazônia, criado em 2008 como o primeiro mecanismo de pagamento por resultados de conservação de larga escala, cujos recursos são direcionados a ações de monitoramento e controle de desmatamento, regularização fundiária, atividades produtivas sustentáveis e desenvolvimento científico (CORREA; VAN DER HOFF; RAJÃO, 2019).

Em fevereiro de 2023 o Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA) teve sua primeira reunião, retomando o funcionamento do fundo, que havia sido paralisado em 2019. Na reunião de reinstalação, decidiu-se concentrar o apoio inicial do Fundo Amazônia para o enfrentamento do desmatamento e à crise humanitária e sanitária indígena, em três eixos: monitoramento e controle; estudos para ordenamento territorial; e apoio às populações

¹ Fonte: <https://unfccc.int/topics/land-use/workstreams/redd/what-is-redd>

² Levantamento produzido pelo autor a partir dos dados disponibilizados na base de dados VERRA (<https://registry.verra.org/>, acessado em 14 de janeiro de 2023);

³ Cada projeto possui sua duração aprovada no registro, sendo 30 anos o período da maioria dos projetos REDD+ registrados na Amazônia;

⁴ Por Soluções Baseada na Natureza entende-se “ações para proteger, manejar de forma sustentável e restaurar ecossistemas naturais ou modificados que endereçam desafios sociais de forma eficiente e adaptativa, beneficiando ao mesmo tempo populações e natureza” (IUCN, [s.d.]

indígenas e tradicionais. Em um segundo momento haverá a revisão do PPPCDam (Plano de ação para Prevenção e Controle do desmatamento na Amazônia Legal) para um salto de qualidade em projetos estruturantes de desenvolvimento, como a produção sustentável ou a economia de baixo carbono. Desde sua reabertura, o Fundo Amazônia recebeu R\$ 3,6 bilhões em doações, que somadas às aplicações já contratadas no edital de 2018, resultam em R\$ 5,4 bilhões em recursos disponíveis para investimento⁵.

Neste contexto, o desenvolvimento de um mercado de carbono englobando projetos NBS constitui a institucionalização de uma alternativa global de financiamento de larga escala para estratégias de conservação em áreas de floresta. A Força Tarefa para Escala do Mercado Voluntário de Carbono (2021) estima que até 2030 a demanda do mercado voluntário poderá atingir USD 50 bilhões em créditos por ano, com os créditos NBS respondendo por 65 a 85% da oferta.

Apesar do grande número de iniciativas REDD+ implementadas no mundo (ATMADJA et al., 2022), existe uma carência de estudos aprofundados acerca da adicionalidade dos projetos REDD, tanto em seus objetivos de redução de emissões de carbono, como em relação aos benefícios gerados às comunidades locais (DUCHELLE et al., 2018; SIMONET et al., 2018). Nhandumbo e Camargo (2015) ressaltam a enorme presença de objetivos sociais relacionados à geração de benefícios sociais no descritivo dos projetos REDD registrados, mas pesquisas posteriores evidenciaram a marginalidade dos resultados relacionados às emissões de carbono e a neutralidade dos impactos nas condições de vida das populações locais na grande parte dos projetos (CARRILHO et al., 2022; DUCHELLE et al., 2018; GUIZAR-COUTIÑO et al., 2022; MILBANK; COOMES; VIRA, 2018; WEST et al., 2020).

Como verificado neste estudo, em que 22 dos 23 projetos foram registrados em áreas privadas, na maioria dos projetos as comunidades locais não possuem o direito de propriedade sobre as áreas de floresta manejada. Como os direitos sobre os créditos REDD têm se estabelecido a partir dos direitos de propriedade ou de uso da terra, em detrimento da presença histórica no território e de noções de ancestralidade e provisão de serviços através do manejo

⁵ Fonte: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/retomada-fundo-amazonia-permitira-aco-es-emergenciais-para-enfrentamento-cri-se-humanitaria-da-populacao-indigena> (acessado em 31/03/2023)

florestal, estas populações são excluídas da distribuição dos recursos gerados com venda de crédito (STRECK, 2020).

Frente a este cenário os desenvolvedores têm recorrido a certificações de co-benefícios que buscam garantir benefícios adicionais ao carbono, direcionados principalmente a conservação da biodiversidade e a melhoria nas condições de vida das comunidades locais. Estas certificações vêm sendo reconhecidas e demandadas pelo mercado voluntário, como forma de aumentar a integridade e adicionalidade dos créditos, e já possuem proporcionam uma valorização de 15 a 35% no preço de venda em relação ao crédito padrão (DONOFRIO et al., 2022).

Para que os projetos REDD se consolidem como mecanismos alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) é essencial que o financiamento promova a conservação dos ecossistemas aliada à melhoria das condições de vida das populações que vivem nos territórios (KEOHANE; SEYMOUR, 2021). Contudo, a ineficácia do mercado na garantia da adicionalidade representa um campo aberto de pesquisa para a compreensão do cenário atual de implementação de projetos REDD e dos desafios e oportunidades existentes para aperfeiçoamento do mercado voluntário de carbono.

A urgência destes estudos reside no fato que as comunidades tradicionais que vivem nas áreas de florestas ainda conservadas estão entre os mais vulneráveis à crise socioambiental e às mudanças climáticas (IPCC, 2022). Nos estados da Amazônia Legal, por exemplo, a população pobre atingiu 42,2% do total em 2021⁶. Apesar disso, estas populações tradicionais possuem uma relação de interdependência com a natureza e, através do conhecimento ecológico local, promovem o manejo dos recursos naturais que muitas vezes contribui com a conservação e a biodiversidade (ADAMS, 2001; BEGOSSI, 1998; BERLIN, 1992; DIEGUES; ARRUDA, 2001a; POSEY, 1987).

Neste sentido, este trabalho pretende investigar o nível de impacto social dos projetos REDD registrados na Amazônia brasileira e os desafios existentes para que estes sejam mais efetivos, inclusivos e justos com as comunidades que vivem nos territórios e contribuem para a conservação das florestas.

Com três etapas principais, o trabalho parte da revisão da literatura que discute a vulnerabilidade das comunidades tradicionais frente à crise socioambiental global, o

⁶ Fonte: <https://amazonia2030.org.br/fatos-da-amazonia-socioeconomia/>

desenvolvimento do mercado de carbono e dos projetos REDD e o compartilhamento de benefícios. Em seguida, realizou-se a análise das estratégias adotadas para geração de co-benefícios em projetos REED+ registrados na Amazônia brasileira e, por fim, discutiu-se os desafios e oportunidades de aprimoramento dos projetos REDD.

1.2 Objetivo geral e específicos

Este trabalho teve o propósito de discutir os principais desafios para que os projetos REDD sejam efetivamente justos e inclusivos com as comunidades que vivem nas áreas dos projetos de conservação, contribuindo para a melhoria das condições de vida nestes territórios. O estudo foi conduzido a partir dos projetos REDD registrados na Amazônia brasileira e certificados para geração de co-benefícios.

Como objetivos específicos destacam-se:

- Mapear as características principais dos projetos REDD registrados e ativos na Amazônia brasileira que têm certificações de co-benefícios, e sistematizar as estratégias de benefícios sociais implementadas;
- Analisar o processo de certificação de co-benefícios como garantidor do cumprimento de salvaguardas e promotor de estratégias de impacto social positivo para as populações locais;
- Identificar e caracterizar os principais desafios para que os projetos REDD sejam efetivamente justos e inclusivos às comunidades locais que habitam as áreas de projeto;
- Apresentar subsídios para o aprimoramento dos processos de implementação e monitoramento dos projetos REDD, visando fomentar políticas públicas e ações privadas relacionadas ao mercado voluntário de carbono;

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A crise socioambiental e a situação das comunidades tradicionais

Nas últimas décadas, o desafio da crise civilizatória e, notadamente, da crise socioambiental, tem chamado a atenção para a relação sociedade-natureza (IPCC, 2022). Na Ecologia Social ressalta-se a relação de interdependência e, mais além, de indissociabilidade entre sociedade e natureza. De acordo com o pensador francês Edgar Morin, nas sociedades arcaicas o ser humano se sentia parte do ‘Cosmos’, mas o advento das religiões monoteístas judaicas, cristãs e muçulmanas promoveu uma primeira ruptura, estabelecendo o ser humano como distinto da natureza ao ser a ele atribuído um status privilegiado à imagem divina (IRVING et al., 2014).

Inúmeros pensadores ocidentais como Descartes defenderiam posteriormente o ser humano como um ser superior, o único ser com alma, capaz de dominar a natureza. A ciência moderna contribuiu para esta cisão ao promover uma visão fragmentada da natureza a partir de seus aspectos biológicos, químicos e físicos, em detrimento da sua integralidade. Este reducionismo e a disjunção sociedade-natureza são reforçados pela lógica utilitarista que transforma a natureza em insumo ou objeto de consumo (IRVING et al., 2014).

A noção de sustentabilidade surge da crise socioambiental, traduzindo, ao mesmo tempo, questões éticas, políticas e de cidadania e provocando uma reflexão crítica sobre a necessidade de um *reiligare* da sociedade com a natureza (IRVING, 2014).

Ao analisar a construção histórica da narrativa e da linguagem acerca do desenvolvimento sustentável nos fóruns multilaterais globais, Adger et al. (2001) ressaltam que, desde a Conferência da Nações Unidas realizada em 1972, na cidade de Estocolmo, as discussões sobre o termo foram consolidando uma visão que ignora a diversidade local e a indissociabilidade entre o social e o natural. A simplificação das questões envolvidas e o foco nas soluções baseadas na gestão ambiental global, em ações coordenadas multilaterais e na criação de novos mercados (como os de carbono) representam o resultado das relações de poder e da rede de atores hegemônicos nestes fóruns, restringindo as discussões a soluções tecnocráticas.

Observando estas duas vertentes de análise, Almeida (2009) propõe uma análise sobre os conceitos de sustentabilidade em torno de dois eixos: um que parte da economia para incorporar a natureza aos processos produtivos como um bem de capital, e, outro, que a partir da Ecologia Social, propondo o fim da hegemonia do discurso econômico com sua visão

utilitarista da natureza, indicando a necessidade de reconexão entre sociedade-natureza e de um redimensionamento das relações sociais. Neste caso, a noção de desenvolvimento sustentável implicaria, por pressuposto, em uma mudança drástica nas trajetórias sociais, políticas e econômicas da sociedade como um todo, e não apenas o estabelecimento de limites ao desenvolvimento socioeconômico (BECKER et al., 1999).

Misoczky e Böhm (2012) ressaltam também a lógica de mercado por trás da noção de sustentabilidade, em que a preocupação central está dirigida à manutenção do suprimento de matéria-prima e outros elementos de produção, mantendo a acumulação de riqueza como pressuposto. Nesta perspectiva, não há críticas às causas raiz para o agravamento das crises globais, tais como, o crescimento econômico desenfreado, a prevalência do mercado sobre as relações sociais e produtivas, a financeirização da economia e a acumulação e concentração da riqueza.

Ao analisar este processo historicamente, Leff (2020) corrobora com esta visão ao discutir como o combate à crise socioambiental tem sido conduzido de maneira equivocada, segundo o paradigma causador do problema – a lógica de dominação da natureza fundada na racionalidade econômica e da propriedade do capital e da terra.

A crise socioambiental, que afeta diretamente o planeta e a população global como um todo, apresenta consequências distintas e em graus diferentes para os diferentes territórios e grupos sociais (IPCC, 2022). Neste caso, as populações mais pobres que vivem em ambientes naturais e dependem do equilíbrio dos ecossistemas para o seu modo de vida e reprodução social estão entre as mais vulneráveis. Entre elas estão as comunidades locais que vivem nas áreas de floresta.

Na literatura, estas comunidades são reconhecidas por sua distinta e ancestral relação com a natureza com modos de vida e de produção intimamente relacionados ao uso dos recursos naturais (BARRETO FILHO, 2006; AMARANTE, 2011;), explorados por meio de conhecimentos herdados e experiências diárias compondo o que Diegues (2008) define como um conjunto de saberes e saber fazeres que caracteriza a relação sociedade-natureza nestes territórios. Representam, portanto, formas de existir e perceber o ambiente e os serviços básicos sob uma ótica distinta da sociedade urbano-industrial. Em países de alta biodiversidade, como o Brasil, variadas formas de vida se expressam e uma diversidade de ecossistemas e recursos naturais são manejados por elas (DIEGUES; ARRUDA, 2001a).

Diversos autores apontam ainda que a relação entre natureza e comunidades locais é de interdependência, sendo a biodiversidade em determinados territórios o próprio resultado do

manejo dos recursos naturais realizado por essas comunidades durante séculos, por meio da aplicação do que a literatura denomina de conhecimento ecológico local (*local ecological knowledge* ou *tradicional ecological knowledge*) (POSEY, 1987; BERLIN, 1992; ADAMS, 2001; BEGOSSI, 1998; DIEGUES; ARRUDA, 2001). Neste contexto, o uso da natureza se pauta por aspectos culturais, religiosos e simbólicos que consolidam normas locais de uso dos recursos naturais comuns (OSTROM et al., 2001; BEGOSSI, 2004; DREW, 2005).

De forma geral, estas populações vivem em territórios rurais que, em uma perspectiva mais recente são identificados a partir da heterogeneidade provocada pelas diferentes condições histórico-geográficas, pela pluralidade crescente das atividades e pela expansão recente, ainda que insuficiente, de serviços básicos e de infraestrutura para além das zonas urbanas (KAGEYAMA, 2008; WANDERLEY, 2009). Para os autores, os territórios rurais seriam caracterizados principalmente pela predominância (ou abundância) dos recursos naturais na paisagem local aliada à menor densidade populacional que propicia relações de proximidade mais intensas entre seus habitantes. Estas dinâmicas sociais seriam subordinadas ao modo de ocupação e de utilização social da terra e se apresentam através de relações de vizinhança, parentesco, solidariedade e coletividade raras em ambientes urbanos (KAGEYAMA, 2008; WANDERLEY, 2009).

Além disso, a visão do rural a partir de uma perspectiva isolada é obsoleta. Campo e cidade devem ser vistos a partir da interdependência e da coevolução do território, e não de uma oposição entre modernidade e atraso (WANDERLEY; FAVARETO, 2013a). A cidade com sua vocação para conexões e trocas se beneficiam cada vez mais do dinamismo e da proximidade com as zonas rurais. Estas, por sua vez, usufruem da proximidade (não apenas geográfica) com os fluxos urbanos quando atraem atividades relacionadas à produção industrial ou ofertam serviços relacionados ao turismo ecológico e ao bem-estar (VEIGA, 2007; WANDERLEY, 2009).

A abordagem territorial permite uma análise dos contextos locais a partir das possibilidades de diversificação econômica e integração externa. O contexto e o espaço, incluídos como fatores determinante da trajetória de desenvolvimento, permitiriam compreender as diferenças de dinamismo entre as regiões, dos tipos de relações entre os atores e das estruturas e instituições sociais (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004; KAGEYAMA, 2008).

Neste sentido, o modo de vida das comunidades locais se estabelece a partir da prioridade atribuída à constituição e reprodução do patrimônio, especialmente o fundiário,

familiar ou comunitário. A partir deste patrimônio, outros elementos estruturais da vida seriam possíveis, tais como a unidade da família, o trabalho familiar, livre da subordinação às formas de trabalho degradantes, a relação de pertencimento com a terra e a interdependência e solidariedade com a vizinhança. (WANDERLEY; FAVARETO, 2013).

A pluriatividade das comunidades locais, entendida como a combinação de atividades agrícolas com uma ou mais atividades não-agrícolas, se torna uma das principais estratégias para o desenvolvimento local sustentável nestes territórios, ao possibilitar a elevação das rendas familiares, a estabilidade em relação à sazonalidade das rendas agrícolas, a diversificação das fontes de ingresso reduzindo os riscos associados à produção agrícola, o aumento do mercado de trabalho com a redução das migrações para a cidade e a criação de novos sentidos para a terra para além do produtivo, permitindo uma maior valorização do território pelas populações locais (SCHNEIDER, 2005).

Contudo, ainda que consista em uma estratégia, a pluriatividade é diretamente subordinada às condições presentes e históricas de cada território, de seu contexto socioeconômico local, dos recursos naturais e belezas cênicas presentes, da proximidade com centros urbanos, da infraestrutura disponível e das cadeias produtivas ativas (SCHNEIDER, 2005). Os estudos de Veiga (2002) e Abramovay (2003, 2006), neste sentido, ressaltam a centralidade da propriedade dos meios de produção, da articulação social e da capacidade empreendedora para o aprimoramento nas dinâmicas sociais locais e o desenvolvimento local.

Vale apontar que, no Brasil, as políticas fundiárias historicamente privilegiaram a concentração da terra para elites rurais, em detrimento às políticas de reforma agrária capazes de democratizar a propriedade (PINTO et al., 2020; WANDERLEY; FAVARETO, 2013a), aumentando o embate entre a dimensão local, na qual o território favoreceria os que nele vivem preservando seu cotidiano e modo de vida, e a dimensão mundial (ou regional) que impõe seus ordenamentos uniformizantes sobre os territórios sem respeitar fronteiras e a vulnerabilidade de determinados grupos sociais (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004).

Historicamente, as iniciativas direcionadas às populações que vivem nos territórios de alta biodiversidade no Brasil, como povos originários e comunidades tradicionais quilombolas, vêm sendo fortalecidas com o reconhecimento de direitos e modos de vida na Constituição Federal de 1988 (CF88), expressos em capítulos e artigos específicos com preceitos, que asseguram o respeito à organização social, aos costumes, às línguas, crenças e tradições. Para estas comunidades, somam-se à CF88, legislações implementadas para garantir o suporte legal

de órgãos e instituições específicas a estes povos, tais como, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a Fundação Palmares, a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI).

Ainda, a Convenção Global para Biodiversidade realizada no Rio de Janeiro, em 1992, reconheceu o princípio da soberania nacional sobre os recursos biológicos e a conservação da biodiversidade e o seu uso sustentável como uma preocupação comum da humanidade e, por isso, uma responsabilidade ao mesmo tempo individual e compartilhada entre os países (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1992). Dez anos depois, a Política Nacional de Biodiversidade de 2002 concretizou os compromissos assumidos pelo país na Convenção da Diversidade Biológica, reconhecendo em seu artigo 8º a importância dos conhecimentos e práticas tradicionais e a necessidade de repartição equitativa dos benefícios gerados pela atuação destes povos na natureza (PRATES; IRVING, 2015).

Em 2007, instituiu-se a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) com o objetivo de:

“promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições” (BRASIL, 2007).

Apesar deste histórico de avanços, é importante ressaltar que tais instituições e políticas públicas, fundamentais para garantia dos territórios e modos de vida das comunidades locais, foram afetadas pelo desmonte das políticas sociais e ambientais promovidos durante a gestão de Jair Bolsonaro no governo federal (2018-2022). O questionamento e a violação dos direitos dos povos tradicionais indígenas, quilombolas e extrativistas, a invasão de terras indígenas por garimpeiros, o desmatamento de áreas de conservação na Amazônia, a falta de atenção aos pescadores no imenso derramamento de óleo no Nordeste em 2019 e a ameaça de desalojamento de quilombolas em Alcântara, no Maranhão, são alguns exemplos da omissão e mesmo de ações contrárias aos interesses dos povos tradicionais conduzidas pelo governo federal brasileiro (GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030, 2020).

Em 2020, a crise sanitária da COVID-19 veio escancarar a situação de exclusão social de muitas comunidades rurais a partir da qual uma multiplicidade de vulnerabilidades se somaram, fomentadas pela precariedade dos serviços básicos e a ausência de políticas públicas que garantam soberania alimentar, segurança, reconhecimento e visibilidade nestes territórios (RABELO, 2020).

Neste sentido, enquanto as estratégias de uso dos recursos naturais pelas comunidades locais se adaptam e a resiliência destas populações sustenta seus modos de vida nos territórios (BEGOSSI, 1998, ALENCAR, 2021), os impactos antropogênicos sobre os ecossistemas advindos de grandes empreendimentos e centros urbanos - que captam boa parte dos recursos naturais disponíveis nos territórios onde se instala, inclusive com elevados índices de poluição e contaminação do ambiente e dos comunitários - somados à emergência climática, e, ao desmonte das políticas públicas ambientais vão impondo dificuldades cada vez maiores para muitas destas comunidades (CLAUZET; HALLWASS; SILVANO, 2020).

A degradação ambiental tende a elevar os impactos negativos nos modos de vida locais, levando a ocupações comunitárias irregulares e/ou precárias e marginalizadas frente aos serviços ecossistêmicos e aos serviços essenciais, tais como saneamento básico, educação e saúde. À medida que eventos climáticos extremos como secas e enchentes materializam as previsões científicas sobre o aumento da temperatura média do planeta, a conservação dos recursos naturais manejados pelas comunidades se consolida como premissa urgente para garantir a manutenção de seus modos de vida e a justiça socioambiental (IPCC, 2022).

Diante da crise socioambiental estabelecida e da necessidade de mudança das relações sociedade-natureza, o funcionamento efetivo dos mercados voluntários de carbono, aperfeiçoados em relação aos objetivos socioambientais para além da redução de emissões, podem ser um instrumento de valoração dos serviços ecossistêmicos e de financiamento do desenvolvimento socioeconômico das comunidades tradicionais que vivem nas áreas de projeto.

2.2 Evolução dos mercados de carbono globais

A discussão global sobre o mercado de créditos de carbono se desenvolve no âmbito das Convenções-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), que têm dentre seus objetivos promover a redução de emissões de gases de efeito estufa (GEEs) pelos países. Como existem diferenças relevantes entre os esforços de redução de emissões entre os países, o estabelecimento de um mercado de carbono global permitiria que os países cumprissem suas metas através do financiamento de ações em outros países (AGUIAR, 2018).

Enquanto as discussões sobre a criação de um mercado regulado global de créditos de carbono avançam gradativamente, sistemas nacionais ou regionais vêm sendo implementados. Os Sistemas de Comercialização de Emissões (ETS, sigla em inglês) são sistemas jurisdicionais de comercialização de direitos de emissão em que governos outorgam uma quota de emissões

às organizações produtivas, e aqueles que a ultrapassam são obrigadas a comprar créditos das que possuem saldo. Alguns exemplos são o sistema europeu (EU ETS), o California Cap and Trade System e o Emission Trading System da Nova Zelândia (NZ ETS), sendo que o último é o único que incorpora os setores econômicos relacionados com o uso da terra, remunerando as propriedades que mantêm a floresta conservada e cobrando daquelas que optam por desmatar suas florestas (POOLEN; RYSZKA, 2021; STRECK, 2020).

Em 2021, havia 64 instrumentos de precificação de carbono (CPI, sigla em inglês) em operação, cobrindo 21,5% das emissões globais ante 15,1% em 2020. O salto veio com o lançamento do sistema chinês (China ETS) em fevereiro de 2021 como o maior mercado de carbono do mundo, cobrindo mais de 2mil entidades no setor geração de energia (BANCO MUNDIAL, 2022).

Em 2007, consolidou-se, na 13ª Conferência das Partes (COP), órgão supremo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, a proposta de criação de um arcabouço internacional para impulsionar e compensar os esforços nos países em desenvolvimento para captura e redução de emissões de carbono em atividades florestais. Chamado de REDD+, a iniciativa que seria adotada na COP de Varsóvia em 2013, compreende ações locais, nacionais e globais para redução das emissões provenientes de desmatamento e degradação florestal e para aumento dos estoques florestais de carbono. Estas ações seriam promovidas através de mecanismos de pagamentos condicionais por resultados aferidos de Redução e Remoção de Emissões (ERR, sigla em inglês) que recompensassem os esforços bem-sucedidos de combate ao desmatamento e à degradação, além de outros esforços relacionados à gestão sustentável da floresta, à conservação e à recuperação dos estoques florestais que comprovassem seus resultados (ANGELSEN et al., 2012; DE SASSI et al., 2014; PACHECO; CÁRDENAS, 2022; SANKAR, 2020; STRECK, 2020).

O Acordo de Paris assinado durante a 21ª Conferência das Partes (COP 21), em 2015, representou um avanço para implementação do REDD+ através da adoção de uma abordagem de pagamentos por resultados entre as nações. O Artigo 6º do Acordo estabelece entre outras coisas a implementação de um mecanismo de cooperação voluntária entre os países que facilite o atingimento das metas e possibilite o aumento das ambições nas metas nacionais de redução de emissões. Neste mecanismo, os países que alcançarem reduções de emissões estariam permitidos a vender estes créditos a outros países que tenham interesse nesta contribuição à suas ações de redução (ICCWBO, 2019).

Enquanto a regulamentação do Acordo não é concluída, iniciativas REDD vêm sendo implementados em duas vertentes: (1) programas jurisdicionais com financiamento multilateral ou via acordos bilaterais com doadores implementados no nível de território por governos nacionais ou subnacionais; e (2) projetos individuais locais financiados por meio de um mercado voluntário global de comercialização de créditos em que participam empresas, organizações e indivíduos que desejam mitigar o impacto de suas atividades no clima ou apoiar iniciativas de conservação (ATMADJA et al., 2022).

Na COP 25 realizada em 2021, foi lançada a campanha *Race to Zero*, que representou um esforço adicional para as nações comprometidas com as Metas de Contribuições Nacionais (NDC, sigla em inglês). O movimento pretende impulsionar empresas, instituições, cidades ou regiões a assumirem o compromisso de zerar o balanço de emissões de suas atividades até 2050 (SANKAR, 2020). Até setembro de 2022 mais de 11mil atores não nacionais haviam aderido à campanha, sendo mais de 8mil empresas, 500 instituições financeiras e mil cidades⁷.

Em paralelo, diferentes compromissos de mitigação de emissões foram estabelecidos por setores da sociedade civil, impulsionando o mercado voluntário de créditos de carbono. Conhecidos como mercados de *compliance*, um dos grandes movimentos foi estabelecido pelo setor de aviação civil em 2017 na COP 23. O Carbon Offsetting and Reduction Scheme for International Aviation (CORSIA), lançado pela International Civil Aviation Organization (ICAO) corresponde a um compromisso setorial em direção a neutralidade de emissões. Vigente a partir de 2020, o CORSIA terá adesão voluntária entre 2021 e 2026, e compulsória entre 2027 até 2035 e pode representar um aumento na demanda por créditos da ordem de 4 a 20 vezes o nível de 2020 (SANKAR, 2020; STRECK, 2020).

Em setembro de 2021, outra iniciativa importante foi lançada por um grupo de governos (Estados Unidos, Noruega, Reino Unido e Coreia do Sul) e corporações multinacionais. Chamado de LEAF – Reduzindo Emissões através da Aceleração do Financiamento Florestal (sigla em inglês) – a iniciativa tem por objetivo interromper o desmatamento através do financiamento em larga escala para proteção das florestas tropicais. Em 2022 anunciou-se a mobilização de USD 1.5 bilhão para a compra de créditos de carbono de alto padrão provenientes de atividades de conservação (THE LEAF COALITION, [s.d.]).

Ao contrário do CORSIA, os créditos adquiridos pelo LEAF serão comprados exclusivamente de programas jurisdicionais e apresentam algumas características importantes,

⁷ Fonte: <https://unfccc.int/climate-action/race-to-zero-campaign>

tais como: a inclusão de créditos HFLD (High Forest Low Deforestation) provenientes de áreas conservadas sem vinculação à critérios de adicionalidade; o reconhecimento dos direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais a estes territórios e a proteção destes grupos sociais como exigência e critério metodológico (THE LEAF COALITION, [s.d.]). Ademais, o LEAF se compromete com o preço mínimo de USD 10/tCO_e, valor acima do preço médio no mercado voluntário em setembro de 2022 (USD 6 a 8), mas bem abaixo do que se pagava no EU ETS em maio 2022 (EUR 87), por exemplo.

Como consequência desta evolução, até setembro de 2021, inúmeras iniciativas de geração de créditos de carbono foram implementadas em ao menos 47 países, com diferentes graus de satisfação e diversas controvérsias (SANKAR, 2020; SOENDERGAARD et al., 2021). Ainda assim, o mercado voluntário ainda é significativamente menor que os mercados regulados nacionais e regionais em vigor (POOLEN; RYSZKA, 2021).

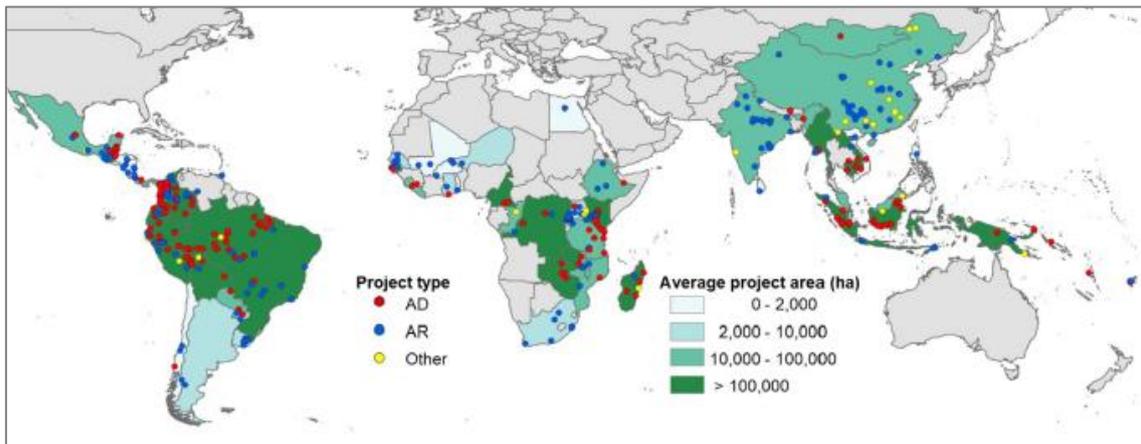
2.3 Projetos REDD: Estratégias e Desafios

A proposta de REDD surge como uma estratégia internacional para inibir os processos de mudança de uso do solo em países em desenvolvimento incluindo estes territórios, localizados principalmente no Sul global, nos esforços de mitigação da crise climática (KORHONEN-KURKI et al., 2014). A narrativa acerca do financiamento das iniciativas REDD nas discussões globais evoluiu de um método de pagamento por serviços ecossistêmicos para uma ajuda por performance. Com isso se desenvolveu uma diversidade de perspectivas nacionais sobre o mecanismo REDD, integrando-o com as estratégias nacionais de combate às mudanças climáticas, aos objetivos de desenvolvimento sustentável e às políticas relacionadas a economia verde ou de baixo carbono (WONG et al., 2019).

Nos últimos anos tem havido uma tendência de aumento da demanda de créditos oriundos de soluções baseadas na natureza que envolvem o iniciáticas de conservação, reflorestamento e alterações nas práticas relacionadas ao uso da terra. A Verra, principal entidade certificadora de créditos para o mercado voluntário, emitiu 188 milhões de créditos de redução ou remoção de emissões provenientes de projetos ligados a agricultura, reflorestamento e outros usos da terra (AFOLU, sigla em inglês) até março de 2020 (STRECK, 2020). Entre 2016 e 2018, estes créditos cresceram 264% enquanto que outros tipos de créditos, como os relacionados a indústria, resíduos e energia renovável, cresceram apenas 21% (BANCO MUNDIAL, 2022).

Com estratégias diversas como o aumento do monitoramento e controle dos territórios, a promoção de usos sustentáveis da terra e o engajamento das comunidades locais, havia 377 projetos REDD+ entre 2018 e 2020 cobrindo 53 milhões hectares de floresta em 56 países. Na Figura 1 estão identificados os diferentes tipos de projetos REDD+: desmatamento e degradação evitada (AD), reflorestamento (AR) e outros (Others) (ATMADJA et al., 2022).

Figura 1 – Distribuição geográfica de 377 projetos REDD+



Nota: Em vermelho – desmatamento e degradação evitada (AD); em azul – reflorestamento (AR) e em amarelo – Outros) e Média das Áreas de Projeto (ha)

Fonte: ATMADJA et al. (2022)

A performance dos projetos REDD é medida em relação aos impactos propostos na fase de desenho, em termos de reduções de emissões verificadas e de impactos socioambientais positivos gerados para além do carbono (DUCHELLE et al., 2017).

Para alcançar estes impactos os projetos lançam mão de um portfólio de estratégias de intervenção que incidem sobre os motores de desmatamento e degradação ou sobre o aprimoramento dos estoques florestais e são classificadas como sendo de incentivo, desincentivo ou habilitantes. A partir de um diagnóstico do contexto local, a fase de desenho do projeto indicará o conjunto de estratégias ou intervenções mais apropriadas para os resultados almejados (DUCHELLE et al., 2017).

Os mecanismos de incentivos incluem benefícios, financeiros ou não-financeiros, condicionados ou não aos resultados de redução de emissões, e, em geral, buscam compensar os habitantes da área do projeto ou da vizinhança por restrições impostas às suas práticas e pela adoção de práticas de manejo do solo ou da floresta em linha com as práticas de conservação. Pagamentos diretos, fornecimento de insumos sem custo ou subsidiados e provisão de serviços

de assistência técnica são exemplos de estratégias de incentivo frequentes (DUCHELLE et al., 2017).

Os mecanismos de desincentivo, ou de restrição, focam no fortalecimento das atividades e das estruturas de controle e monitoramento das áreas passíveis de serem convertidas. Neste caso, infraestrutura, pessoal e ações que reforçam a vigilância do território contra entrada de invasores, somadas às restrições ao corte e à queima de árvores pelas comunidades locais são exemplos de estratégias frequentes (DUCHELLE et al., 2017).

Por fim, os mecanismos habilitantes são aqueles que promovem as condições estruturais para a implementação das estratégias de incentivo ou desincentivo. Por exemplo, ações de regularização fundiária e iniciativas de capacitação sobre a importância da conservação e dos riscos das práticas produtivas (DUCHELLE et al., 2017).

Ao contrário de outros tipos de créditos, a criação de uma moeda intercambiável a partir de uma diversidade de atividades florestais e usos da terra tem se apresentado desafiadora. Projetos REDD têm sido questionados em relação à integridade e adicionalidade dos créditos de carbono gerados, com questionamentos relacionados, principalmente, à verificação, permanência, vazamento, transparência, complexidade e os custos e inadequações dos padrões de certificação, sendo a definição de linhas de base um dos mais relevantes (KOTSIALOU; KURALBAYEVA; LAING, 2022; STRECK, 2020).

Em linha com as preocupações existentes nos debates políticos sobre a interdependência dos fatores que impactam as taxas de desmatamento nos territórios, a adicionalidade dos projetos de REDD dependem tanto das ações desenvolvidas como de políticas públicas e iniciativas de atores externos (FATORELLI et al., 2015; WEST et al., 2020). Algumas implicações relevantes de questionamentos sobre a linha de base dos projetos são a contabilização de emissões supérfluas, onde as ações do projeto não foram responsáveis pela redução de emissões indicada, e o benefício indevido a atores que se aproveitam intencionalmente das linhas de base infladas. Indiretamente o excesso de créditos no mercado reduz o preço, colocando em risco projetos construídos em bases mais sólidas que dependem de condições de venda mais favoráveis para custear suas estratégias (WEST et al., 2020).

Uma pesquisa comparativa de 12 projetos certificados pela metodologia Verified Carbon Standards (VCS) entre 2008 e 2019 encontrou uma diferença significativa entre as linhas de base aprovadas a partir da tendência histórica de desmatamento e a simulação sintética em 11 deles, sendo o Projeto Carbono Florestal Suruí a única exceção. Neste caso,

diferentemente do padrão histórico, o cenário base foi construído a partir de uma metodologia participativa que envolveu a comunidade indígena local. Algumas recomendações para promoção da integridade dos créditos são a utilização de metodologias participativas, a adoção de intervalos de tempo mais curtos e atualizações da linha de base a partir de áreas de controle (WEST et al., 2020).

A sobreposição dos sistemas de contabilização representa outro risco importante aos mercados de carbono, com a possível duplicidade de créditos gerados. Caso o mercado voluntário só atenda as demandas voluntárias de sustentabilidade das empresas, este problema seria limitado. Contudo, atualmente já existem créditos que podem ser elegíveis ao CORSIA e às necessidades do Artigo 6º do Acordo de Paris, por exemplo (STRECK, 2020).

2.4 Compartilhamento de benefícios em projetos REDD

O domínio dos interesses privados, capazes de realizar investimentos com maior tolerância a risco, e a falta de regulação sobre um mercado voluntário de carbono em franca expansão nos últimos anos, ilumina tanto a dificuldade de financiamento público para projetos REDD quanto a possível falta de prioridades socioambientais nos governos (DE SASSI et al., 2014; STRECK, 2020).

A partir dos avanços recentes na geração de créditos a partir da redução e remoção de emissões, os países com territórios florestais necessitam de políticas públicas que promovam a conservação da floresta e que regulem a interação entre os direitos sobre o carbono e a geração de créditos, observando os direitos das comunidades que vivem nos territórios e a repartição de benefícios financeiros e não-financeiros (STRECK, 2020).

Os recursos e instrumentos disponíveis neste mercado têm o potencial de induzir mudanças transformacionais no *status quo*, ou seja, uma inflexão nos discursos, ações, relações de poder e demandas que, por sua vez, provoquem mudanças nos padrões institucionais e no comportamento dos atores, que passam a se alinhar com os objetivos de conservação e desenvolvimento sustentável. Contudo, a fragilidade da governança nacional e subnacional existente na maioria dos potenciais beneficiários acentua o receio sobre a capacidade dos incentivos de mercado produzirem resultados justos e sustentáveis, fazendo com que muitos ambientalistas advoguem a favor das soluções regulatórias nas discussões multilaterais (KORHONEN-KURKI et al., 2014).

No âmbito da UNFCCC, foi decidido que as políticas de REDD+ precisam ser desenhadas de forma compatível com a melhoria das condições de vida das comunidades locais que habitam os territórios preservados. Em 2010, o Acordo estabelecido entre os países na COP 16 de Cancun estabeleceu 7 salvaguardas a serem observadas no sentido de garantir o “ganho-tríplo” dos projetos, para o clima, para a biodiversidade e para as comunidades (MILBANK; COOMES; VIRA, 2018; UNFCCC, 2010):

- a. Compatibilidade com programas florestais e acordos ou convenções internacionais existentes
- b. Garantia à governança transparente
- c. Respeito aos direitos e conhecimento indígenas e de comunidades locais
- d. Participação plena das comunidades indígenas e locais no desenho e implementação de projetos e programas de REDD+
- e. Incentivo à conservação dos serviços ecossistêmicos e à geração de co-benefícios
- f. Mitigação de riscos de reversão
- g. Mitigação de riscos de vazamento de emissões

Estas salvaguardas se tornaram uma referência para o desenho, monitoramento e avaliação de resultados em programas jurisdicionais e projetos individuais. Em 2014 ficou estabelecido que os países que fossem elegíveis a financiamento, via créditos de carbono REDD+, deveriam desenvolver sistemas nacionais de salvaguardas que garantissem o monitoramento e a publicação dos resultados socioambientais dos projetos (DUCHELLE et al., 2017).

Para os autores, as salvaguardas ‘c’, ‘d’ e ‘e’ do Acordo de Cancun são aquelas que mais se relacionam às condições de vida das comunidades locais. Ainda que não haja um detalhamento acerca da aplicação de cada salvaguarda, empiricamente existem aspectos que são mais verificados nos projetos REDD+:

- o respeito aos direitos e conhecimento local (‘c’) se relaciona principalmente a segurança da propriedade da terra e aos direitos sobre as florestas e o carbono;
- a participação plena (‘d’) implica em acesso a informação, no consentimento livre, prévio e informado das comunidades (CLPI), no engajamento das comunidades nas etapas de desenho e implementação e, em alguns casos, na implementação de uma governança que garanta participação local em diferentes níveis; e

- a geração de co-benefícios ('e') se relaciona principalmente à melhorias nas condições de vida das populações locais, ao compartilhamento de benefícios e ao aumento das capacidades de adaptação das famílias.

O compartilhamento de benefícios, definido como a distribuição de ganhos diretos e indiretos dos projetos REDD+, tem sido um dos principais pontos de disputa nas conferências multilaterais. Com o foco em performance na redução de emissões, através da ênfase no caráter de pagamentos por resultados e na abordagem de política pública, o Acordo de Paris esquentou as preocupações acerca do acesso à financiamento, ao compartilhamento de benefícios, às salvaguardas e à justiça (LUTTRELL et al., 2012; WONG et al., 2019).

No mercado voluntário, a demanda por integridade e qualidade dos créditos de carbono gerou uma busca por adicionalidades para além do carbono, representadas pelas estratégias de geração de co-benefícios (SIMONET; DELACOTE; ROBERT, 2016). Contudo, as perspectivas em torno dos objetivos dos projetos REDD e dos mecanismos de compartilhamento de benefícios são diversas e ainda não são consenso (LUTTRELL et al., 2012).

De um lado estão os que enfocam na eficiência dos projetos REDD em relação aos seus objetivos de redução de emissões. Esta visão observa a geração de benefícios em grande parte como compensação por prejuízos incorridos com a mudança de hábitos provocada pelos projetos de pagamentos, ainda que se permita atividades complementares que proporcionem ganhos adicionais para o clima, a biodiversidade e as comunidades (LUTTRELL et al., 2012; SIMONET; DELACOTE; ROBERT, 2016).

Neste caso, a divisão de benefícios entre os *stakeholders*, que em geral é influenciada pelas relações sociais e políticas locais, pode ser questionada caso a receita com a venda dos créditos seja utilizada sem relação com a estratégia de carbono. Por exemplo, se as comunidades locais não são as causadoras do desmatamento ou da degradação, beneficiá-los não traria relação com as mudanças de comportamento pretendidas para atingir a redução de emissões (WONG et al., 2019).

Do outro lado, as perspectivas se voltam à necessidade de maximização conjunta dos benefícios, tanto em relação ao carbono como aos ganhos socioambientais. Nesta visão há uma preocupação central com a justiça na distribuição dos incentivos e a necessidade de promoção de equidade, progresso social e bem-estar às comunidades locais. Esta seria a única forma de se garantir a legitimidade na geração de créditos REDD em áreas de conservação onde

comunidades vivem em uma relação de interdependência com a natureza (LUTTRELL et al., 2012; SIMONET; DELACOTE; ROBERT, 2016).

Contudo, observar o contexto dos direitos de propriedade sobre as áreas de conservação é central para as discussões em relação ao benefício de políticas e iniciativas voltadas ao uso do solo e a conservação de florestas, como o REDD. Em muitos casos, as comunidades locais não dispõem dos direitos fundiários sobre as áreas de floresta que habitam e fazem uso, o que acarreta dificuldades para a implementação de instrumentos formais de compartilhamento de benefícios, principalmente no mercado voluntário que não dispõe de instrumentos de política pública para garantir a segurança jurídica ao projeto (WONG et al., 2019).

Neste sentido, ainda que o conceito de justiça possa ser multidimensional, uma vez que os projetos REDD incidem sobre territórios habitados por comunidades que vivem em relação de interdependência com a floresta, uma implementação justa deveria contemplar aqueles que detêm os direitos sobre a terra, os extrativistas que manejam a floresta e contribuem para sua preservação, os que sofrem restrições às suas atividades e os facilitadores da implementação (WONG et al., 2019).

Como forma de promover a integridade dos créditos, o mercado voluntário de carbono tem se organizado através de padrões internacionais de validação e verificação das reduções de emissões e da geração de co-benefícios socioambientais. A organização Forest Trends elaborou e publicou uma cartilha sobre os principais padrões internacionais do mercado voluntário de carbono em vigor (Figura 2):

Figura 2 – Exemplos de padrões internacionais no mercado voluntário



Fonte: Cartilha #6 - Forest Trends - Entendendo LEAF e ART-TREES: Como funcionam os mercados voluntários de carbono (COUTO; GAVALDÃO; LOBO, 2022, p. 2)

Os padrões classificados como 'de qualidade' indicados na Figura 2, também conhecidos como certificações de co-benefícios, foram se consolidando no mercado voluntário

com a proposta de promover as adicionalidades dos projetos, diferenciando-os no mercado. As certificações miram a geração de impacto para além da redução de emissões ou do sequestro de carbono, sendo os impactos sociais direcionados, em geral, para a melhora nas condições de vida das comunidades locais, enquanto os impactos ambientais são direcionados à preservação da biodiversidade e dos ecossistemas locais. (DUCHELLE et al., 2017; MILBANK; COOMES; VIRA, 2018; SIMONET; DELACOTE; ROBERT, 2016).

Os padrões estabelecem critérios definidos para obtenção do selo de qualidade e exigem a realização de auditorias por instituições parceiras independentes, chamadas entidades de validação e verificação (VVBs, sigla em inglês), que ficam responsáveis por verificar e avaliar as estratégias e resultados em relação aos critérios incluídos nas certificações (SOCIALCARBON, 2022). Ainda assim, estudos apontam a falta de impacto relevante dos projetos REDD nas condições de vida locais (DUCHELLE et al., 2018).

Conforme a pesquisa feita neste estudo, nos projetos REDD implementados no Brasil as certificações de co-benefícios utilizadas são a Climate, Community & Biodiversity (CCB) e a SocialCarbon⁸. O padrão ART-Trees, desenvolvido recentemente como um padrão de alto nível para programas jurisdicionais de larga escala, inclui metodologias de carbono e de co-benefícios e foi adotado por programas jurisdicionais ainda em desenvolvimento na Amazônia brasileira⁹.

⁸ Detalhamento de ambas as certificações apresentados no Anexo 1;

⁹ Das 23 propostas selecionadas no primeiro ano, sete foram submetidas por estados brasileiros (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Roraima, Tocantins), e, até 2022, seis Cartas de Intenções foram assinadas com Estados brasileiros para o desenvolvimento de projetos de REDD+ (fonte: <https://leafcoalition.org/>)

3 METODOLOGIA

Neste trabalho foi adotado o método qualitativo de pesquisa visando analisar o impacto social de projetos em que a complexidade das perspectivas e relações entre os atores e as comunidades que vivem nos territórios constitui característica central. As técnicas qualitativas de pesquisa apoiaram a busca de significados aos atributos analisados nas diferentes iniciativas investigadas (DENZIN e LINCOLN, 2006; GÜNTHER, 2006).

De acordo com Godoy (1995a), a pesquisa qualitativa não procura enumerar ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. A pesquisa parte de questões amplas para levantar dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos, buscando a compreensão dos fenômenos segundo as perspectivas coletadas. Em outras palavras, a pesquisa qualitativa preocupa-se em entender como as situações ocorrem, isto é, concentra-se no processo que está ocorrendo, mas também no produto ou no resultado (CRESWELL, 2007a).

Neste trabalho, o método qualitativo foi empregado para analisar tanto as informações primárias, advindas das entrevistas semiestruturadas, como as de fontes secundárias, disponíveis em relatórios e publicações dos projetos analisados e publicações relacionadas aos padrões de certificação. Esta metodologia permitiu realizar uma investigação direcionada para a situação do compartilhamento de benefícios sociais em projetos de REDD, visando discutir a geração efetiva de benefícios para as comunidades que vivem nas áreas de projeto.

No percurso metodológico, foram adotadas três técnicas de pesquisa: a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a realização de entrevistas por meio de canal virtual com questionários semiestruturados junto à atores-chave envolvidos na temática analisada.

3.1 Técnicas de coleta e análise de dados

A diferença básica entre a pesquisa documental e a bibliográfica está no tipo de fonte a ser analisada. A pesquisa bibliográfica se desenvolve essencialmente a partir da contribuição de diferentes autores sobre uma determinada temática. Já a pesquisa documental se baseia em materiais que ainda não foram analisados, ou que podem ser reanalisados conforme os objetivos de um estudo específico (RAUPP; BEUREN, 2004).

A pesquisa bibliográfica teve foco em artigos científicos e produções acadêmicas que investigam o contexto de vulnerabilidade das comunidades tradicionais frente à crise socioambiental global e o desenvolvimento do mercado voluntário de carbono, e, mais

especificamente, a geração de co-benefícios em projetos REDD. Estas referências constituíram a base ou fundamentação para a construção do quadro conceitual e analítico sobre a implementação de projetos REDD e o compartilhamento de benefícios gerados com a venda de créditos de carbono.

Na pesquisa documental foram sistematizados e analisados os seguintes materiais:

- ⊆ Relatórios dos projetos disponibilizados na base de dados da VERRA¹⁰, incluindo os descritivos de projeto, e os relatórios de validação, monitoramento e verificação;
- ⊆ Manuais metodológicos dos padrões de co-benefícios utilizados pelos projetos analisados;
- ⊆ Relatórios divulgados por instituições especializadas no mercado de carbono e organismos multilaterais tais como: Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP), Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC), Banco Mundial, Institute for Climate Economics (I4CE) e Ecosystem Marketplace;
- ⊆ Trabalhos acadêmico-científicos sobre os projetos, identificados na base de dados do Google Acadêmico, a partir de pesquisa com o nome de cada projeto como palavra-chave;
- ⊆ Reportagens e matérias jornalísticas, acessadas através da plataforma de notícias Carbon Pulse, especializada no mercado de carbono global, e através da base de dados do Google.

A relevância da pesquisa documental se dá, por um lado, pela facilidade na validação das informações, e, por outro, por constituir-se de fonte estática e não reativa de dados (GODOY, 1995b). Contudo, assim como nas entrevistas, foi fundamental adotar uma postura crítica por se tratar de representações da realidade produzidas, em um determinado contexto histórico, social e econômico.

As entrevistas foram realizadas com o intuito de explorar a visão dos atores envolvidos com projetos REDD na Amazônia brasileira, em especial sobre a situação atual do compartilhamento de benefícios sociais e do respeito às salvaguardas sociais nos projetos de

¹⁰ <https://registry.verra.org/app/search/VCS/All%20Projects>

REDD, e sobre as perspectivas e propostas para que haja maior inclusão, justiça e efetividade na implementação dos projetos.

As entrevistas foram conduzidas individualmente e realizadas através de vídeo conferência, a partir de um questionário semiestruturado, ou seja, com perguntas direcionadas, mas que permitem um curso flexível, variando conforme as respostas recebidas. O questionário semiestruturado utilizado encontra-se em anexo. As entrevistas permitiram enriquecer as informações coletadas de fontes documentais, e foram analisadas, conforme sugere Creswell (2007), a partir do filtro individual da realidade presente na visão de cada entrevistado.

A amostragem dos entrevistados foi feita com base teórica, ou seja, de maneira que as visões de todos os atores do mercado de carbono voluntário estejam representadas em sua diversidade no total de entrevistas concluídas no estudo. Conforme afirmam Bauer e Gaskell (2002) as entrevistas forneceram dados para a compreensão das relações e papéis dos atores com a situação estudada, no caso, o compartilhamento de benefícios sociais em projetos REDD.

Neste sentido, os entrevistados compõem três categorias pré-estabelecidas: pesquisadores especializados em projetos de carbono; lideranças comunitárias que participaram ou participam da implementação de projetos REDD em seus territórios e que são capazes de trazer informações à análise que não constam nos relatórios institucionais; e profissionais de organizações desenvolvedoras de projetos na Amazônia, que contribuem com o olhar valioso de quem lidera o desenho das iniciativas a partir das regras e práticas em vigor no mercado voluntário.

Após identificados e selecionados, os potenciais entrevistados foram contatados pelo pesquisador por um e-mail convite. Foram realizados 11 convites, com 7 aceites. A todos os entrevistados foi enviado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), confirmando terem contribuído com este trabalho de forma voluntária, por livre e espontânea vontade sem nenhuma contrapartida e/ou benefício direto. O TCLE utilizado e o roteiro de entrevista encontram-se disponíveis nos anexos 2 e 3.

3.2 Critérios de seleção dos projetos

A seleção de projetos para análise ocorreu a partir do problema de pesquisa, avaliar a efetividade e inclusão no compartilhamento de benefícios em projetos REDD, e foi realizada em 3 etapas principais: definição de recorte geográfico; mapeamento dos projetos REDD registrados e ativos na Amazônia Legal; identificação dos projetos com certificação de co-

benefícios com status validada e verificada por entidade independente. A seguir detalha-se cada etapa metodológica da pesquisa.

Quanto ao recorte geográfico, optou-se pelo território da Amazônia Legal, pois é a região no mundo com maior número de projetos REDD (ATMADJA et al., 2022). Para representar a relevância do recorte realizado, em um levantamento na base de dados da VERRA, certificadora líder no mercado voluntário global de créditos de GEE¹¹, o Brasil lidera a lista de projetos REDD registrados, com 24 do total de 98. Destes, 23 estão na região da Amazônia Legal. A Tabela 1 abaixo apresenta o número de projetos REDD registrados na base de dados VERRA por país:

Tabela 1 – Número de projetos REDD registrados na base de dados VERRA por país de registro

País	No. Projetos REDD	Participação Global
Brazil	24	23%
Colombia	14	14%
Peru	12	12%
China	6	6%
Belize	4	4%
Cambodia	4	4%
Australia	3	3%
Kenya	3	3%
Madagascar	3	3%
Tanzania	3	3%
Zambia	3	3%
Guatemala	3	3%
Outros (1 ou 2 projetos cada)	21	20%
Total Geral	103	100%

Fonte: Elaboração do autor a partir da base de dados VERRA¹²

Na etapa seguinte, para identificação dos projetos registrados na região amazônica, em 14 de janeiro de 2023, foram acessadas as bases de dados das principais certificadoras do mercado identificadas na literatura: VERRA¹³, Gold Standard¹⁴, ART-Trees¹⁵, Plan Vivo¹⁶,

¹¹ Fonte: <https://www.theguardian.com/environment/2023/jan/18/revealed-forest-carbon-offsets-biggest-provider-worthless-verra-aoe>

¹² Fonte: <https://registry.verra.org/> (acessada em 17 de dezembro de 2022, utilizando os filtros: Metodologia – AFOLU; Status - Registrado, Registro Solicitado, Aprovação de Registro e Verificação Solicitada; e País - Brasil).

¹³ Fonte: <https://registry.verra.org/>

¹⁴ Fonte: <https://registry.goldstandard.org/projects> apresentava 9 projetos certificados no Brasil, sendo apenas 1 projeto de Soluções Baseadas na Natureza, ligado a reflorestamento, está em processo de certificação no estado do Ceará;

¹⁵ Fonte: <https://art.apx.com/myModule/rpt/myrpt.asp?r=212>, apresentava projetos registrados apenas na Guiana;

¹⁶ Fonte: <https://www.planvivo.org/pages/category/projects?Take=28>;

Social Carbon¹⁷, American Carbon Registry¹⁸, Climate Action Reserve¹⁹ e BioCarbon²⁰. De todas, apenas a VERRA apresentava projetos REDD registrados no Brasil.

Na base da VERRA, foi realizado um levantamento de informações de cada um dos 24 projetos registrados com metodologia REDD para identificação das seguintes características: localização geográfica, certificadora, área total, propriedade da área e volume de redução de emissões estimado.

Identificou-se que o Projeto de Carbono Florestal Suruí não se encontra ativo, tendo sido descontinuado em 2015 por conta de invasões, atividade mineradora ilegal e aumento nos níveis de desmatamento (VERRA, [s.d.]), restando 23 projetos registrados e ativos.

Por fim, foi analisada a presença de certificações de compartilhamento de benefícios (co-benefícios) validadas e com resultados já verificados. Dos 23 projetos ativos, 18 possuem certificação de co-benefícios validada ou em validação, e apenas 7 projetos já passaram por um ciclo de monitoramento e verificação da certificação de co-benefícios.

Optou-se por restringir a amostra analisada aos 7 projetos que já passaram por um ciclo completo de monitoramento e verificação para garantir um maior grau de confiança das informações analisadas, uma vez que os demais projetos ainda não reportaram as estratégias de fato implementadas nos territórios ou não passaram pela auditoria de uma entidade independente.

Importante ressaltar que o levantamento realizado não incluiu os programas jurisdicionais apesar destes apresentarem vantagens em relação aos projetos, como a escala e abrangência da redução do desmatamento, a integração de políticas públicas e cadeias produtivas inteiras e a maior institucionalidade e legitimidade para promoção da inclusão e participação das comunidades locais nos benefícios gerados. Esta escolha se deveu, entre outros fatores, ao mercado de créditos para estas iniciativas ainda ser restrito a poucos casos de acordos bilaterais e multilaterais (HAMRICK; WEBB; ELLIS, 2021; WUNDER et al., 2020).

¹⁷ Fonte: https://bef.earth/social_carbon;

¹⁸ Fonte: <https://acr2.apx.com/myModule/rpt/myrpt.asp?r=111>;

¹⁹ Fonte: <https://thereserve2.apx.com/myModule/rpt/myrpt.asp?r=111>;

²⁰ Fonte: <https://biocarbonregistry.com/en/>;

3.3 Análise de Resultados

A metodologia de análise dos dados foi composta por três etapas. Na primeira, realizou-se o mapeamento das principais características dos projetos: localização, titularidade das áreas de projeto, instituição desenvolvedora e volume estimado de redução de emissões.

Em seguida, foram criadas categorias de análise para sistematização das estratégias de investimento de co-benefícios sociais adotadas pelos projetos. Por fim, foram criadas réguas de avaliação de relevância das estratégias em cada categoria.

Os relatórios de monitoramento e verificação mais recentes disponibilizados dos 7 projetos selecionados foram analisados, e as estratégias e atividades implementadas em favor das comunidades locais foram sistematizadas para a compreensão da dimensão e efetividade do compartilhamento de benefícios em cada projeto.

As certificações de co-benefícios CCB e SocialCarbon foram as únicas utilizadas pelos projetos analisados. Uma análise dos seus formulários e manuais mostrou que os padrões não identificam categorias ou indicadores que classifiquem o tipo de investimentos ou atividade conduzida pelo projeto em benefício das comunidades locais. Diante disto, foram estabelecidas 08 categorias de estratégias, sendo 03 relacionadas às salvaguardas ‘c’ e ‘d’ de respeito aos direitos e participação plena das comunidades locais (consentimento livre prévio e informado – CLPI, mecanismos de distribuição de co-benefícios e direitos de propriedade) e 05 relacionadas a salvaguarda ‘e’ para geração de co-benefícios relacionados a promoção de melhores condições de vida nas comunidades locais.

O Quadro 1 a seguir apresenta uma matriz com as categorias identificadas e a relação destas com os indicadores e aspectos (como são chamadas as classificações nos dois padrões analisados). Como se pode observar, estes indicadores e aspectos são demasiado genéricos e estão mais relacionadas ao tipo de benefício gerado do que à estratégia de intervenção adotada.

Quadro 1 – Relação das categorias propostas com as classificações existentes nos padrões CCB e SocialCarbon

	Nome da Categoria Proposta	Referência na Certificação CCB (Critério/Indicador)	Referência na Certificação SocialCarbon (Recurso/Aspecto)
1	Consentimento Livre Prévio e Informado (CLPI)	Princípios/Consentimento Livre Prévio e Informado	Diretriz/Centrada Percepção Atores Envolvidos
2	Mecanismos de Distribuição de Co-Benefícios	Gold Comunidade /Mecanismo Fin.	Não Disponível
3	Direitos Propriedade	Princípios/Reconh. Direitos Tradicionais	Diretriz/Valoriz. Recursos Pessoas
4	Desenvolvimento de Atividades Produtivas	Gold Comunidade /Benefício Curto Prazo; Longo Prazo	Humano/Qualificação Profissional
5	Promoção de Emprego	Gold Comunidade /Benefício Curto Prazo	Social/Relações Trabalho
6	Infraestrutura Comunitária e Familiar	Gold Comunidade /Benefício Direto CP	Não Disponível
7	Organização Social, Inclusão e Gênero	Gold Comunidade /Capacidade Particip.; Benef. Mulheres	Social/Associação; Relações Sociais
8	Acesso à Serviços Básicos	Gold Comunidade /Benefício Curto Prazo; Longo Prazo	Humano/Saúde; Habilidades e Conhecimento

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos manuais das certificações²¹

A análise dos dados foi realizada através da construção de matrizes relacionando as estratégias de intervenção adotadas por cada projeto às categorias de análise propostas pelo autor. Estas matrizes permitiram a sistematização dos tipos de intervenção, que deverão contribuir à verificação da hipótese levantada no presente estudo, acerca da necessidade de aperfeiçoamentos no funcionamento dos projetos REDD para garantir o pleno cumprimento das salvaguardas e a geração de co-benefícios robustos às comunidades locais, conforme proposto por Bardin (1977) da função de “administração de prova” da análise de conteúdo.

Para permitir uma melhor análise das diferenças entre os níveis de intervenção verificadas em cada projeto, foi construída uma régua de avaliação de robustez a partir das estratégias identificadas em cada projeto para cada uma das categorias analisadas. Em cada categoria, a maior nota foi concedida à estratégia mais robusta identificada entre os projetos, sendo construída uma pontuação decrescente de acordo com as demais estratégias mapeadas.

As avaliações variam de 0 a 5, com as avaliações 5 ou 4 sendo concedidas, de forma geral, para estratégias capazes de gerar benefícios de longo-prazo, nota 3 para estratégias consideradas mínimas para geração de benefício efetivo e as notas 1 e 2 representam estratégias sem relevância para a comunidade no longo prazo. A nota 0 foi aplicada quando não foi verificada nenhuma atividade, ou em caso de inconsistências verificadas pela auditoria.

Importante observar que a régua não constitui uma proposta de métrica para avaliação de cumprimento das salvaguardas e geração de co-benefícios em geral. Sua construção teve como objetivo único o de facilitar a análise comparativa realizada neste trabalho.

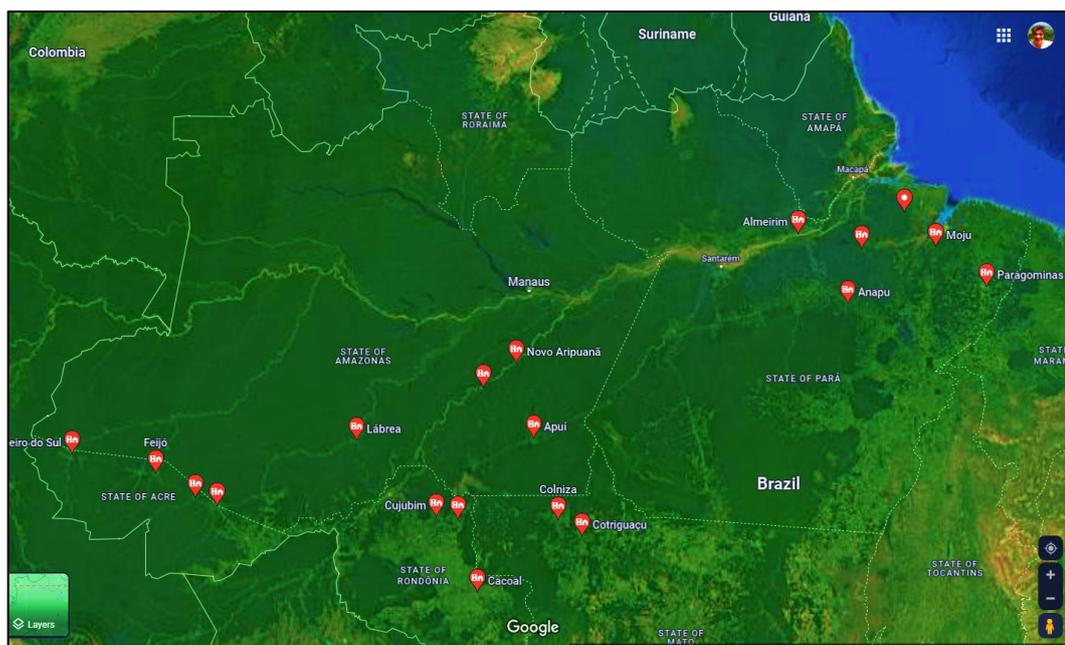
²¹ Fonte: Manuais das certificações CCB (CCB, 2017a) e SocialCarbon (SOCIALCARBON, 2013)

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Perfil dos projetos REDD na Amazônia brasileira: localização, propriedade da terra e receita potencial

Os projetos REDD na Amazônia se localizam em municípios com os maiores índices de desmatamento e que também apresentam índices de desenvolvimento mais baixos. De acordo com a publicação do IPS Amazônia 2021, por Santos et al. (2021), dos 23 projetos mapeados, 10 estão localizados em municípios listados dentre os 20 que apresentaram as maiores taxas de desmatamento em 2021 (Anapu, Apuí, Cujubim, Lábrea, Novo Aripuanã, Pacajá, Paragominas e Portel). Na Figura 3 pode-se visualizar a localização dos municípios onde os projetos mapeados na VERRA estão localizados:

Figura 3 – Localização dos projetos REDD registrados na Amazônia Legal



Fonte: Elaborado pelo autor, com base na localização apresentada nos Relatórios Descritivos disponibilizados na base de dados VERRA.

A propriedade dos créditos de carbono, por sua vez, está relacionada diretamente à titularidade da terra onde se pretende gerar a redução de emissões. Neste sentido, foi feita uma análise do perfil das propriedades onde foram implementados os 23 projetos selecionados para mapear os detentores dos direitos. O Quadro 2 abaixo apresenta as principais características destes projetos, inclusive o tipo de proprietário e de propriedade:

Quadro 2 – Características principais dos projetos REDD registrados na Amazônia Legal

Name	Cidade/Estado	Tipo Proprietário	Tipo Área	Área (ha)	Tempo (anos)	ER Anual (VCU)
EVERGREEN REDD+	Apuí/AM	Privado Nac.	Grupo PRP	130.554	30	1.566.547
Rio Anapu-Pacaja REDD	Anapu/PA	Privado Ext.	Grupo PRP	165.707	40	1.003.858
Florestal Santa Maria	Colniza/MT	Empresa Nac.	PRP	71.714	30	997.444
RMDLT Portel - Para REDD	Portel/PA	Privado Ext.	Grupo PRP	177.899	40	479.861
Yellow Ipê Grouped REDD	Novo Aripuanã/AM	Empresa Nac.	PRP	86.091	30	540.179
Jari/Pará REDD+	Almeirim/PA	Empresa Nac.	PRP	50.480	30	516.399
Agrocortex REDD	Manoel Urbano/AC	Empresa Nac.	PRP	190.210	30	483.594
The Envira Amazonia	Feijó/AC	Privado Nac.	PRP	39.300	30	419.882
UNITOR REDD+	Lábrea/AM	Privado Nac.	Grupo PRP	99.035	30	417.149
RESEX Rio Preto-Jacundá REDD+	Machadinho D'Oeste/RO	Associação	RESEX	95.300	30	370.167
Pacajai REDD+	Portel/PA	Privado Ext.	Grupo PRP	135.105	40	264.116
Floresta Verde REDD+	Paragominas/PA	Privado Nac.	Grupo PRP	53.528	30	340.800
Manoa REDD+	Cujubim/RO	Empresa Nac.	PRP	74.038	30	279.290
Brazilian Amazon APD	Sena Madureira/AC	Privado Nac.	Grupo PRP	18.652	30	270.846
Cikel Brazilian Amazon REDD APD	Paragominas/PA	Empresa Ext.	PRP	27.434	20	372.707
Fortaleza Ituxi REDD	Lábrea/AM	Privado Nac.	PRP	46.592	30	142.264
JARI/AMAPÁ REDD+	Almeirim/PA	Empresa Nac.	PRP	65.980	30	115.009
Ecomapua Amazon REDD	Marajó/PA	Empresa Nac.	PRP	86.270	30	72.338
Maísa REDD+	Moju/PA	Empresa Nac.	PRP	28.752	30	67.458
Amazon Rio REDD+ IFM	Manicoré/AM	Privado Nac.	RPPN	20.387	36	51.419
The Valparaíso	Cruzeiro do Sul/AC	Privado Nac.	PRP	28.096	10	153.853
The Russas	Cruzeiro do Sul/AC	Privado Nac.	PRP	41.976	10	120.147
The Purus	Manoel Urbano/AC	Privado Nac.	PRP	34.702	10	89.868
				Total	1.767.802	9.135.195
				Média	76.861	397.182

Fonte: Elaboração do autor com base nas informações apresentadas nos Relatórios Descritivos disponibilizados na base de dados VERRA (PRP – propriedade rural privada; Grupo PRP – grupo de propriedades rurais privadas; RPPN – Reserva Particular Patrimônio Natural; RESEX – Reserva Extrativista; ER Anual – Estimativa de Emissões Reduzidas por Ano).

Em relação à titularidade da terra, 22 projetos foram implementados em áreas privadas e apenas 1 Projeto em Reserva Extrativista de Uso Sustentável (RESEX). Daqueles, 14 estão em grandes propriedades individuais privadas, 7 em grupos de propriedades individuais privadas e 1 em Reserva Particular Patrimônio Natural (RPPN). Quanto ao tipo de proprietário, 10 são de propriedade de indivíduos brasileiros, 8 de empresas nacionais e 4 de propriedade estrangeira (individual ou grupo empresarial).

A média de tamanho destas áreas é de 76.861 hectares (ha), uma área equivalente à pouco mais da metade do tamanho da cidade de São Paulo. Excluindo a RESEX (95.300), a média é de 76.023 ha, sendo a maior área com 190.210 ha e a menor 18.652 ha. Como referência do tamanho destas áreas, nos municípios onde os projetos estão localizados, as grandes

propriedades rurais são caracterizadas a partir de áreas entre 825 e 1.500 ha (a depender do município)²².

Como apresentado no Quadro 3 a seguir, mesmo nas áreas dos projetos com propriedades agrupadas, o perfil de grandes propriedades permanece com a média de área por propriedade variando entre 3.730 e 26.111 hectares.

Quadro 3 – Extensão média das propriedades nos projetos agrupados analisados

Name	Tipo Proprietário	Tipo Área	Área (ha)	No. Propriedades	Tamanho Médio/Prop
EVERGREEN REDD+ PROJECT	Privado Nac.	Grupo PRP	130.554	5	26.111
Rio Anapu-Pacaja REDD Proje	Privado Ext.	Grupo PRP	165.707	36	4.603
RMDLT Portel - Para REDD Pr	Privado Ext.	Grupo PRP	177.899	17	10.465
UNITOR REDD+ PROJECT	Privado Nac.	Grupo PRP	99.035	15	6.602
Pacajai REDD+ Project	Privado Ext.	Grupo PRP	135.105	18	7.506
Floresta Verde REDD+ Projec	Privado Nac.	Grupo PRP	53.528	3	17.843
BRAZILIAN AMAZON APD GR	Privado Nac.	Grupo PRP	18.652	5	3.730
Total			1.767.802	99	10.980

Fonte: Elaboração do autor com base nas informações apresentadas nos Relatórios Descritivos disponibilizados na base de dados VERRA.

Conclui-se que, até a data desta pesquisa, projetos REDD estavam restritos ao segmento social dos grandes proprietários de terras, que se beneficiam da concentração de terras que caracteriza o Brasil como o país com a maior desigualdade fundiária do mundo. No Brasil, 10% das propriedades concentram 73% das terras agrícolas, enquanto 90% ocupam 27%, cenário observado também no perfil de ocupação na região Norte (PINTO et al., 2020; WANDERLEY; FAVARETO, 2013b).

Vale notar que apesar de se tratarem majoritariamente de áreas privadas, os relatórios dos projetos atestam a presença de populações locais sem direitos de propriedade sobre as áreas de floresta. De acordo com as salvaguardas, os desenvolvedores (empresas privadas especializadas que se associam aos detentores dos direitos de propriedade ou uso) precisam garantir que estas famílias tenham seus direitos tradicionais respeitados e sejam consultadas e incluídas no processo de desenho e implementação dos projetos.

²² Como referência da escala destas propriedades, no Brasil, a classificação de tamanho dos imóveis rurais é feita em relação ao número de módulos fiscais que área representa. Uma grande propriedade é caracterizada a partir de uma área de 15 módulos fiscais, sendo o módulo fiscal um índice básico fixado pelo Instituto Nacional De Colonização e Reforma Agrária (INCRA). para cada município. Nos municípios onde os projetos estão localizados, os módulos fiscais estão entre 55 e 100 hectares. (fonte: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/modulo-fiscal>)

A receita gerada pelos projetos dependerá tanto do volume de créditos de carbono emitidos como do preço de venda dos créditos. Quanto ao volume, os 23 projetos apresentam um potencial de redução de emissões de 280MM tCO₂e, equivalentes a uma redução anual de emissões estimada de 9,1MM tCO₂e²³, ou 9% do volume anual de todos os projetos de REDD registrados na VERRA.

Quanto ao preço de venda, os créditos gerados a partir de iniciativas NBS, que compreende as atividades ligadas a floresta e uso do solo em geral, têm ganhado popularidade com a preferência de empresas com políticas de neutralidade de emissões. Em uma pesquisa realizada pela International Chamber of Commerce (ICC Brasil) com desenvolvedores de projetos, o preço estimado dos créditos de carbono com certificações de co-benefícios girou em torno de USD 12 a 15 (Figura 4).

Figura 4 – Percepção sobre os Preços dos Crédito de Carbono por Tipo de Crédito em Projetos Florestais (2021-2022)

	Preço (USD)
Projetos florestais sem CCB ³⁸	US\$10 a US\$12
Projetos florestais com CCB ou cobenefícios	US\$12 a US\$15
Projetos com <i>vintage</i> antigo	US\$9 a US\$10

Fonte: ICC BRASIL e WAY CARBON (2022, p. 32)

Considerando um cenário conservador, com o preço médio de USD 12,00/crédito²⁴, o volume de receita estimada total nos 23 projetos equivale a R\$ 571 milhões, ou o equivalente a R\$ 25 milhões por projeto/ano. O menor projeto, Amazon Rio REDD+ IFM, geraria uma média de R\$ 3 milhões/ano e o maior, Evergreen REDD+, o equivalente a R\$ 98 milhões/ano.

Apesar dos descritivos de projetos, em geral, afirmarem que os projetos contribuirão com o bem-estar, a governança, o direito de propriedade e as práticas produtivas sustentáveis, muito pouca informação é divulgada sobre o quanto da receita com créditos é direcionado para as comunidades. Nphantumbo e Camargo (2015) avaliaram 115 projetos em 33 países e verificaram este mesmo padrão, com apenas 16% apresentando alguma informação sobre a

²³ Emissão média projetada por projeto foi calculada como a razão entre o volume total de Redução de Emissões aprovado e o tempo total de projeto

²⁴ Convertido a taxa de câmbio oficial de R\$ 5,21/US\$ em 31/12/2022 de acordo com o Banco Central do Brasil (Fonte: <https://www.bcb.gov.br/conversao/>)

proporção de receita alocada em compartilhamento de benefícios, ainda que a maioria se utilize do discurso de redução de emissões atrelada à geração de co-benefícios.

4.2 Estratégias de compartilhamento de benefícios sociais nos projetos analisados

Envolver a comunidade na fase de desenho de projeto é fundamental para a construção do “*mix*” correto de incentivos na promoção de benefícios genuínos às comunidades que vivem nos territórios impactados pelos projetos (DUCHELLE et al., 2017). Conforme apontado em algumas das entrevistas realizadas nesta pesquisa, o processo de obtenção de consentimento das comunidades precisa ser inclusivo e efetivo, e a definição de estratégias de co-benefícios precisam ser feitas com protagonismo das comunidades.

Por outro lado, Haas, Loft e Pham (2019) ressaltam os riscos de fatores sócio-políticos locais fomentarem uma distribuição desigual dos benefícios entre os membros de uma comunidade em favor de posições financeiras, sociais e políticas em programas de pagamentos por serviços ambientais. Fatores relacionados à gênero, proximidade política e raça foram apontados pelos autores como os mais relevantes para a seleção dos beneficiários.

Em uma das entrevistas realizadas com profissionais de organizações desenvolvedoras de projetos (atores de mercado), o entrevistado apontou que as estratégias adotadas nos Projetos REDD, inclusive aquelas que impactam as comunidades locais, devem ser planejadas em torno da resolução do problema central relacionado à conservação florestal. Por exemplo, quando o Projeto envolve alguma restrição a práticas adotadas pela comunidade, como o uso do fogo ou a retirada de árvores, o projeto deve promover estratégias e ações que compensem e apoiem às famílias na substituição de práticas. Além disso, o compartilhamento de benefícios poderia incluir estratégias complementares que mirem o impacto social positivo, mas não como objetivo do projeto.

As estratégias de co-benefícios sociais adotadas pelos projetos são, em geral, indiretas, ou seja, não envolvem pagamento direto às famílias (ainda que tenha sido relatada em algumas das entrevistas casos de pagamento direto em um projeto ainda sem resultados verificados). Lideranças comunitárias entrevistadas concordaram com a preferência pelos benefícios indiretos, ressaltando que os pagamentos diretos podem ameaçar a identidade cultural local ao desestimular a permanência das famílias em atividades produtivas tradicionais. Neste sentido, o estudo do (NERY et al., 2013) se alinha com os apontamentos feitos nas entrevistas realizadas, identificando como áreas prioritárias para os investimentos: fomento às atividades produtivas locais, educação, saúde, regularização fundiária e organização social.

Os pesquisadores especialistas em projetos de carbono entrevistados ressaltaram a importância dos investimentos em capacitação, engajamento e organização social, frente a falta de recursos e capacidades da maioria das associações locais para gerir e canalizar as demandas do território. Eles defendem, contudo, que as estratégias sejam planejadas caso a caso, de acordo com a visão de futuro da comunidade.

Dos 23 projetos analisados, 18 ou 78% deles possuem certificações de co-benefícios validadas ou em processo de validação, sendo 16 com certificação CCB (Climate, Community & Biodiversity) e 2 com certificação SocialCarbon. Dos 15 projetos com certificação validada, 7 possuem resultados verificados por auditorias independentes e serão objeto de análise neste trabalho (Quadro 4).

Quadro 4 – Projetos identificados com certificação de co-benefícios verificada

Nome do Projeto	Certificação de Co-Benefícios	Status Projeto (Registry Verra)	Status Detalhado (Registry Verra)	Relatórios Consultados
RESEX Rio Preto-Jacundá REDD+ Project	CCB Nível Ouro Comunidades	Verificado	Verificação Aprovada	Verification Report v3.4 (21-6-2022) Monitoring Report v3.0 (25-2-2021)
Brazilian Amazon APD Grouped Project	CCB	Verificado	Verificação Aprovada	Verification Report v2.2 (25-10-2022) Monitoring Report v1.4 (24-10-2022)
Jari/Amapá REDD+ Project	CCB	Verificado	Verificação Aprovada	Verification Report v1.3Aa (21-7-2021) Monitoring Report v5.0 (02-7-2021)
The Purus Project	CCB Nível Ouro Biodiversidade	Verificado	Verificação Aprovada	Verification Report v1.4 (25-10-2022) Monitoring Report v1.1 (23-12-2021)
The Envira Amazonia Project	CCB Nível Ouro Comunidades	Verificado	Verificação Aprovada	Verification Report v2.2 (21-6-2022) Monitoring Report v1.0 (25-2-2022)
Agrocortex REDD Project	SocialCarbon (Performance 4,43)	Verificado	Verificação Aprovada	Verification Report v1.1 (19-7-2022) Monitoring Report v5 (19-7-2021)
Ecomapua Amazon REDD Project	SocialCarbon (Performance 3,43)	Verificado	Verificação Aprovada	Verification Report v2 (11-06-2020) Monitoring Report v4 (25-04-2020)

Fonte: Elaboração do autor com base nas informações apresentadas na base de dados VERRA²⁵

Conforme descrito na metodologia, foi realizada a sistematização das estratégias verificadas nos Relatórios de Monitoramento e Verificação dos 7 projetos, em 08 categorias, sendo as 03 primeiras relacionadas a salvaguardas de respeito aos direitos, ao consentimento e

²⁵ SocialCarbon Performance - média das notas recebidas nas categorias Social, Humano e Financeiro, de acordo com o último Relatório de Verificação em uma escala de 1 a 6

a participação das comunidades locais e 05 categorias relacionadas a geração de co-benefícios:

- Protocolos de informação, consulta e consentimento nas comunidades locais presentes nas áreas de projeto e entorno;
- Mecanismos de compartilhamento de benefícios inclusivos que promovam a participação na distribuição e decisão sobre os benefícios sociais;
- Benefícios ligados à titulação das terras ocupadas ou utilizadas pelas famílias que vivem nas áreas de projeto;
- Construção ou reforma de infra-estrutura e aquisição de equipamentos para as famílias ou de uso comunitário;
- Apoio às atividades produtivas, através de infra-estrutura, equipamentos, capacitações e assistência técnica para as famílias;
- Empregos diretos gerados durante o tempo de projeto;
- Fortalecimento institucional das organizações representativas locais e atividades com foco em inclusão e empoderamento feminino;
- Investimentos que promovam melhorias no acesso à serviços básicos, tais como saúde e educação às famílias residentes na área do projeto;

No Quadro 5, a seguir, foram identificadas as principais estratégias de benefício social implementadas por cada um dos 7 projetos analisados. Vale notar que o detalhamento das informações muitas vezes se encontra disperso nos relatórios institucionais, transformando o levantamento em um processo investigativo com incertezas sobre a extensão e o status das atividades relatadas.

Quadro 5 – Estratégias identificadas por categoria de análise em cada projeto

Nome do Projeto	Consentimento Livre Prévio e Informado (CLPI)	Mecanismos de Distribuição de Co-Benefícios	Direitos de Propriedade	Desenvolvimento de Atividades Produtivas	Promoção de Emprego	Infraestrutura Comunitária/Familiar	Organização Social, Inclusão e Gênero	Acesso à Serviços Básicos
RESEX Rio Preto-Jacundá REDD+ Project	Associação local incluída na governança do Projeto, com processos de consulta informação realizados junto às famílias;	Constituição do Mecanismo Financeiro REDD+ Jacundá para deliberação participativa do Plano Anual Investimento	Não aplicável. Se trata de Unidade de Conservação estadual com direito de uso coletivo.	Treinamentos em práticas produtivas, gestão, organização social e monitoramento da biodiversidade; Investimento em agroindústrias (açai e mandioca)	5 pessoas foram contratadas pelo projeto	Telecentro, auditório, ambulatório, refeitório, alojamento, escritório Associação, armazém, computadores, torre internet, kits fotovoltaicos, residencias, casa de farinha, implementos agrícolas, centro educacional	Melhoria da infra-estrutura da Associação e treinamentos em gestão, computação e organização social; Comissão interna formada por mulheres, promovendo o acesso a políticas públicas e garantia dos direitos	Construção de um ambulatório, contratação de pediatra e da melhoria da infra-estrutura nas residências; Implantação de centro educacional para jovens e adultos
Brazilian Amazon APD Grouped Project	43 visitas às residências e 5 workshops foram realizadas nas comunidades. Canais de comunicação Proponente-Comunidades foram estabelecidos.	Sem atividade relatada	Sem atividade relatada	Treinamentos manejo florestal e segurança do trabalho, inventário florestal (8 pessoas), pecuária sustentável, manejo de pasto, boas práticas agricultura (19)	1 pessoa contratada	Inclusão Digital: 5 torres comunicação, 9 painéis solares, banco de baterias e 70km fibra ótica; 1 kit de segurança	Sem atividade relatada	Análise qualidade água; distribuição de filtros de água (9), campanhas de saúde para mulheres (259 atendidas); Acesso à internet (2x) e aquisição de equipamentos (2x impressora, 2x TV e 2x computador) para escolas (42 pessoas beneficiadas)
Jari/Amapá REDD+ Project	Diagnóstico participativo realizado; Câmaras Técnicas criadas para informação, esclarecimento e questionamentos das comunidades locais	Fundo Socioambiental REDD+ Jari com participação de representantes nas Câmaras Técnicas para decisões sobre investimentos sociais	Sem atividade relatada	Serviços de ATER (açai, mandioca, banana, frango, piscicultura e suínos a depender da comunidade) e facilitação no acesso à crédito (PRONAF e FNO); Treinamentos em agrofloresta e agricultura, técnicas de manejo de fogo e de solo, restauração de áreas degradadas (644 pessoas)	Sem atividade relatada	1 casa de farinha mecanizada e Mudas para restauração	Sem atividade relatada	Sem atividade relatada
The Purus Project	Metodologias de diagnóstico rural participativo foram implementadas	Sem atividade relatada	Ações em andamento de titulação da propriedade para quem já possuem o direito legal sobre a terra	Capacitações em técnicas agropecuárias em convênio com Universidade Federal do AC	Sim, empregos temporários e na maioria durante as visitas	Construção de sede do projeto, escadas acesso, viveiro mudas e aquisição de barcos para transporte (sem evidências)	Sem atividade relatada	Construção de clínica de saúde e provisão de atendimento médico e dentário
The Envira Amazonia Project	CLPI foi obtido através de reuniões com a comunidade.	Sem atividade relatada	Previsão apoio à concessão títulos para famílias que já possuem direito legal sobre a terra	Sem atividade relatada	Indireta, contratação de refeições e transportes para atendimento aos visitantes do Projeto	Construção de uma sede para o projeto que é utilizada para diversas atividades na comunidade	Sem atividade relatada	Construção clínica de saúde com farmácia, e aquisição de cadeira de dentista; Infra-estrutura da sede está sendo utilizada pelo programa de Educação para Jovens e Adultos
Agrocortex REDD Project	Divulgação das informações, estabelecimento de canal de comunicação, mas relatórios não mencionam CLPI	Sem atividade relatada	Auditoria verificou que há um processo de doação em andamento, mas sem detalhamento.	Capacitações e ações relacionadas à atividade da empresa (emprego, jovem aprendiz e doação de madeira)	Não, empregos relacionados não na operação da empresa	Sem atividade relatada	Apoio à Associação de Artesãs através da doação de materiais	Sem atividade relatada
Ecomapua Amazon REDD Project	Auditorias verificaram a falta de conhecimento sobre o projeto. Não há menção à CLPI ou à consultas formais às comunidades.	Sem atividade relatada	Relatório verificou conflitos fundiários e sobreposição a Reservas Extrativistas	Verificação apresenta inconsistências nas atividades de apoio à cooperativa relacionadas	Sem atividade relatada	Construção de um viveiros de mudas (inconsistências verificadas)	Criação de uma cooperativa para comercialização de açai realizada pelo proponente (s/ menção a organização social)	Doação de 2 parcelas de R\$ 100 para uma estudante e parcelas R\$ 1.500 ao Centro Familiar Rural para apoio a Educação para Jovens e Adultos (Inconsistencia no no. parcelas)

Fonte: Elaboração do autor com base nos relatórios dos projetos disponibilizados na base de dados VERRA

Conforme descrito na metodologia, para cada categoria de análise foi proposta uma régua para avaliação da robustez das estratégias, conforme apresentado no Quadro 6 a seguir:

Quadro 6 – Régua de avaliação proposta para cada categoria de análise

Categoria\Descritivo	5	4	3	2	1	0
Consentimento Livre Prévio e Informado (CLPI)	Organização representativa local integra a governança, com processos de informação e consulta junto às famílias	Processos de informação e consulta junto às famílias com múltiplas etapas	Diagnóstico participativo como principal eixo para obtenção de CLPI	Sem detalhamento das etapas obtenção do CLPI	Menção à acesso à informação, mas não à CLPI	Auditoria relata desconhecimento da população local
Mecanismos de Distribuição de Co-Benefícios	Reuniões com a comunidade para definição das prioridades de investimento social	Participação de representantes comunitários nas decisões sobre investimentos	Mecanismo Participativo em processo de constituição	Consultas formais à comunidade sobre investimentos	Consultas informais à comunidade sobre investimentos	Sem atividade representativa ou inconsistência de informação
Direitos de Propriedade	Concessão de direitos de propriedade à comunidade para além do direito legal já existente	Concessão de direitos de propriedade à algumas famílias além do direito legal	Apoio a titulação restrita ao direito legal já existente	Previsão de apoio a titulação restrita ao direito legal já existente	Sem previsão de titulação de propriedade ou detalhamento insuficiente	Insegurança fundiária relatada pela população
Desenvolvimento de Atividades Produtivas	Investimentos em agroindústrias e múltiplas capacitações técnicas	Assistência técnica, acesso à crédito e capacitações técnicas (sem investimento)	Assistência e capacitações técnicas contínua em uma atividade produtiva	Investimentos rel. à atividade da proponente e/ou capacitações técnicas ocasionais	Assistências ou capacitações ocasionais e rel. à atividade do proponente	Sem atividade representativa ou inconsistência de informação
Promoção de Emprego	Mais de 3 pessoas contratadas	Até 3 pessoas contratadas	1 pessoa contratada	Empregos temporários	Empregos vinculados à atividade econômica do Proponente	Sem atividade representativa ou inconsistência de informação
Infraestrutura Comunitária/Familiar	Investimento múltiplo em construções e aquisições de equipamentos	Construções e aquisições de equipamentos pontuais	Investimentos rel. às atividade do Projeto com benefício indireto às comunidades	Pequenas construções ou aquisições de equipamentos	Investimentos para uso compartilhado do Projeto (sede, transporte)	Sem atividade representativa ou inconsistência de informação
Organização Social, Inclusão e Gênero	Infra-estrutura da org. comunitária, capacitações e formação grupo de mulheres	Capacitações contínuas e/ou formação grupo de mulheres	Disseminação de conteúdo sobre associativismo e equidade de gênero	Disseminação de conteúdo sobre equidade de gênero	Apoio ocasional rel. à organização social ou aos grupos de mulheres	Sem atividade representativa ou inconsistência de informação
Acesso à Serviços Básicos	Infra-estrutura, equipamentos, pessoal e melhorias residenciais	Infra-estrutura, equipamentos e pessoal	Infra-estrutura e equipamentos	Atendimento médico ocasional e/ou aquisições materiais ocasionais	Promoção de boas práticas alimentares e pequenas doações	Sem atividade representativa ou inconsistência de informação

Fonte: Elaboração do autor

A análise mostra que o Projeto RESEX Rio Preto-Jacundá REDD+ recebeu a nota máxima (nota 5) em todas as categorias analisadas, se tornando a referência em termos de robustez e benefícios de longo-prazo às comunidades locais em cada uma das categorias mapeadas. Ainda que outros projetos também apresentem estratégias com intervenções robustas em algumas categorias, a extensão do benefício proposto pelo Projeto na RESEX foi sempre maior.

Este resultado pode refletir o fato de ser o único projeto proposto pela própria organização comunitária. Neste caso, a comunidade não é beneficiária apenas das estratégias de co-benefícios, mas do resultado da venda dos créditos de carbono líquido da participação da desenvolvedora e dos custos de implementação do projeto. O Projeto Descritivo confirma a relevância do objetivo social e da participação comunitária:

“Por ser um projeto da comunidade, as atividades divididas nos três setores (‘clima, comunidade e biodiversidade’) possuem forte viés social, sempre buscando o

engajamento e o aumento da participação da comunidade nas atividades.” (RESEX Rio Preto-Jacundá Project Description, pág. 29)

Os projetos Jari/Amapá e Brazilian Amazon APD apresentaram notas altas (nota 4 ou 5) em 4 e 3 categorias, respectivamente, atendendo às salvaguardas de consentimento livre, prévio e informado e apresentando estratégias relevantes concentradas em algumas categorias de benefícios.

Em contraposição, estudo publicado pelo CIFOR sobre o Projeto Jari/Amapá, Cromberg, Pereira e Caraméz (2014) identificaram a desconfiança da comunidade com o projeto e dificuldades históricas por conta das diferenças de relações de poder e de questões relacionadas à regularização fundiária. Segundo o estudo, a falta de participação da comunidade no desenho das estratégias também teria causado frustração por conta de prioridades não contempladas no projeto (escola e infraestrutura de acesso por ex.).

O projeto Purus recebeu nota alta apenas na categoria relacionada ao acesso à educação e saúde, com a construção de uma clínica de saúde e provisão de atendimento médico. Porém não apresentou evidências de um processo adequado para obtenção do consentimento das comunidades sobre a implementação do projeto, nem da participação destas no desenho das estratégias.

Relato publicado pelo Movimiento Mundial Por Los Bosques Tropicales (2013) a partir de uma visita de campo questiona o respeito às salvaguardas pelo Projeto Purus:

“En el documento de concepción del Proyecto Purus consta la información de que, en abril de 2012, la mayoría de las familias había manifestado su apoyo a la iniciativa. Nos sorprendió al encontrar a la comunidad en agosto de 2013, no solo constatar que, en realidad, la mayoría de los representantes de la comunidad se oponía a su creación, sino que ellos creían que el proyecto no se implementaría si no contaba con su anuencia. Los pobladores locales no podían siquiera imaginar que los créditos referentes al carbono almacenado en sus bosques ya estaban siendo comercializados en Estados Unidos.”
(MOVIMIENTO MUNDIAL POR LOS BOSQUES TROPICALES, 2013, p. 7)

Os projetos Envira e Agrocortex não receberam nota alta em nenhuma categoria analisada. Este último, proposto pela empresa Agrocortex Madeiras do Acre e implementado na fazenda de propriedade da empresa onde se realiza o manejo florestal sustentável, suporta a empresa na preservação da floresta, fortalecendo as ações de monitoramento contra o desmatamento ilegal. Em 2020, o projeto foi vencedor do Prêmio de Melhor Projeto Individual de Compensação de Emissões pela instituição

Environmental Finance²⁶, contudo uma análise das estratégias relatadas evidencia que as estratégias de co-benefícios relatadas estão voltadas a apoiar as atividades econômicas conduzidas pela empresa (emprego, capacitações em manejo, doações de resíduos).

Com a pior avaliação, o projeto Ecomapuá Amazon obteve nota 0 em todas as categorias devido à falta de estratégias de geração de co-benefícios e de respeito às salvaguardas sociais, e de inconsistências verificadas pela entidade independente e denúncias de fraude na seção 4.3.3.

Neste sentido, a diferença entre o valor gerado para a comunidade no Projeto Rio Preto-Jacundá e nos projetos cujos proponentes são proprietários das terras coloca luz sobre a real representatividade dos benefícios sociais e da participação social nas estratégias de co-benefícios dos projetos. Além disso, a insuficiência, ou mesmo ausência, de estratégias de co-benefícios em alguns projetos evidencia a fragilidade dos padrões de co-benefícios como instrumento para garantia de respeito às salvaguardas e de impacto social relevante às comunidades locais.

A seguir a sistematização das estratégias de co-benefícios e as avaliações dos projetos serão apresentadas em três blocos. O Quadro 7 apresenta o primeiro bloco de análise com as 03 primeiras categorias relacionadas ao respeito aos direitos e inclusão das comunidades locais

²⁶ Fonte: <https://www.environmental-finance.com/content/analysis/strong-growth-predicted-for-voluntary-carbon-market.html>

Quadro 7 – Avaliação das estratégias adotadas pelos projetos nas categorias CLPI, Mecanismos de Distribuição de Co-Benefícios e Direitos de Propriedade

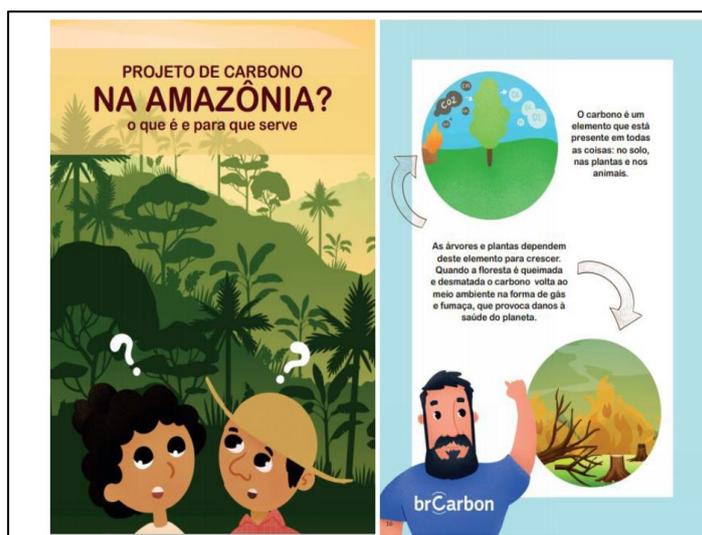
Projeto / Categoria	RESEX Rio Preto-Jacundá REDD+ Project	Brazilian Amazon APD Grouped Project	Jari/Amapá REDD+ Project	The Purus Project	The Envira Amazonia Project	Agrocortex REDD Project	Ecomapua Amazon REDD Project
Consentimento Livre Prévio e Informado (CLPI)	Associação local incluída na governança do Projeto, com processos de consulta realizados junto às famílias;	43 visitas à residências e 5 workshops foram realizadas nas comunidades. Canais de comunicação Proponente-Comunidades foram estabelecidos.	Diagnóstico participativo realizado; Câmaras Técnicas criadas para informação, esclarecimento e questionamentos das comunidades locais	Metodologias de diagnóstico rural participativo foram implementadas	CLPI foi obtido através de reuniões com a comunidade.	Divulgação das informações, estabelecimento de canal de comunicação, mas relatórios não mencionam CLPI	Auditorias verificaram a falta de conhecimento sobre o projeto. Não há menção à CLPI ou à consultas formais às comunidades.
Avaliação	5	4	4	3	2	1	0
Mecanismos de Distribuição de Co-Benefícios	Constituição do Mecanismo Financeiro REDD+ Jacundá para deliberação participativa do Plano Anual Investimento	Sem atividade relatada	Fundo Socioambiental REDD+ Jari com participação de representantes nas Câmaras Técnicas para decisões sobre investimentos sociais	Sem atividade relatada	Sem atividade relatada	Sem atividade relatada	Sem atividade relatada
Avaliação	5	0	4	0	0	0	0
Direitos de Propriedade	Não aplicável. Se trata de Unidade de Conservação estadual com direito de uso coletivo.	Sem atividade relatada	Sem atividade relatada	Ações em andamento de titulação da propriedade para quem já possuem o direito legal sobre a terra	Previsão apoio à concessão títulos para famílias que já possuem direito legal sobre a terra	Auditoria verificou que há um processo de doação em andamento, mas sem detalhamento.	Relatório verificou conflitos fundiários e sobreposição a Reservas Extrativistas
Avaliação	Não Aplicável	0	0	3	2	1	0

Fonte: Elaboração do autor com base nos relatórios dos projetos disponibilizados na base de dados VERRA

Dos 7 projetos analisados, 5 mencionam a obtenção de consentimento livre, prévio e informado das comunidades. Destes, apenas 3 projetos detalham as formas de envolvimento da comunidade: Rio Preto-Jacundá, Brazilian Amazon APD e Jari-Amapá.

O Relatório de Monitoramento do Projeto Brazilian Amazon APD apresentou detalhamento robusto das etapas do processo de engajamento das comunidades, inclusive com evidências desta fase inicial. Primeiro se realizou um diagnóstico socioeconômico e cultural com as famílias, que receberam um material explicativo do projeto e discutiram sobre potenciais benefícios, custos e riscos envolvidos na implementação. Em uma segunda etapa foram realizados workshops participativos para desenho de atividades do projeto, como atividades sociais, plano de monitoramento e mecanismo de participação no compartilhamento de benefícios. Estes encontros contavam com espaços reservados para interações entre mulheres e tinham como objetivo obter o consentimento livre, prévio e informado dos moradores (Figura 5).

Figura 5 – Registros de encontros realizados durante o processo de consulta no projeto Brazilian Amazon APD e dos materiais distribuídos na comunidade



Fonte: BRCARBON (2022, p. 17 a 19)

Já o projeto Envira Amazônia não apresentou evidências de realização de um processo adequado de consentimento com as comunidades locais. O Relatório de Monitoramento do projeto, apenas indica que o representante contratado visitou as famílias para apresentar o projeto, e que estas assinaram uma “ata” e deram a sua concordância verbal em apoiar o projeto. Não há evidências da realização de reuniões comunitárias, distribuição de material informativo ou relatos da própria auditora sobre o consentimento e a participação efetiva das famílias. A auditoria também aponta falhas no funcionamento dos canais de comunicação, seja por timidez ou intimidação relacionada com as estruturas de poder locais, uma vez que o proponente do projeto é também o dono das terras onde vivem.

Ainda que o compartilhamento de benefícios justo e inclusivo seja um aspecto explícito nos critérios da certificação CCB (5 dos 7 projetos), apenas 2 dos 7 projetos

analisados possuem um mecanismo formal de participação das comunidades locais na tomada de decisão sobre os investimentos sociais conduzidos pelo projeto.

No caso do Projeto Jari/Amapá REDD+ foi criada uma Câmara Técnica que envolve instituições parceiras e comunitários, incluindo mulheres e jovens, onde são implementadas as diretrizes relacionadas à transparência e participação das partes interessadas. Nestas reuniões são apresentados os resultados, o planejamento e o cronograma de atividades do Projeto, e são colhidas avaliações, reclamações e propostas de atividades. Nesta Câmara, em 2020 foi aprovada a criação do Fundo Socioambiental REDD+ Jari como instrumento de gestão financeira. Com a liderança da proponente (Fundação Jari), as ações socioambientais planejadas deverão ter a aprovação dos moradores locais por meio da representação na Câmara Técnica (Figura 6).

Figura 6 - Registros de encontros da câmara técnica realizados no projeto Jari/Amapá REDD+



Fonte: Biofílica Investimentos (2021, p. 41)

Em relação à titulação de terras, 3 projetos indicam intenção de apoiar a titulação das terras para as famílias que vivem na área do projeto há mais de 10 anos e já possuem o direito legal sobre uma parcela da propriedade. Como se trata de um processo de demarcação de terras, os proponentes não estão transferindo a titularidade, mas indicando apoio às famílias na condução do processo de obtenção da titularidade junto às repartições públicas.

Apesar disso, não há evidências acerca do apoio e do andamento dos processos, nem detalhes acerca da relação do proponente com os comunitários. Como o tema da demarcação, em geral, opõe as famílias locais e aqueles que detém o título da terra, seria prudente haver uma verificação da auditoria sobre eventuais divergências durante a concessão dos títulos.

No Relatório de Verificação da Agro cortex é mencionada a doação de uma área às famílias, mas não há nenhum detalhamento ou evidência. Já o Projeto Ecomapuá está sendo acusado de sobreposição com áreas de RESEX. Sobre as denúncias, a auditoria independente, credenciada pela certificadora VERRA e contratada pelo projeto, considerou satisfatória a explicação do Proponente e o envio de eventuais atas de reuniões com representantes locais, indicando a necessidade de avançar na resolução até a próxima verificação. Reportagens consultadas^{27, 28, 29} apresentaram a denúncia de irregularidade feita por associações locais em relação à sobreposição da área de projeto com duas RESEX e à utilização de evidências fraudulentas da relação do projeto com as comunidades.

O Quadro 8, a seguir, apresenta a sistematização das estratégias voltadas à geração de renda nas comunidades, através de apoio às atividades econômicas desempenhadas pelos comunitários e de posições de trabalho fixas ou temporárias promovidas pelos projetos.

Quadro 8 – Avaliação das estratégias adotadas pelos projetos nas categorias Atividade Produtivas e Emprego

Projeto / Categoria	RESEX Rio Preto-Jacundá REDD+ Project	Brazilian Amazon APD Grouped Project	Jari/Amapá REDD+ Project	The Purus Project	The Envira Amazonia Project	Agrocortex REDD Project	Ecomapuá Amazon REDD Project
Desenvolvimento de Atividades Produtivas	Treinamentos em práticas produtivas, gestão, organização social e monitoramento da biodiversidade; Investimento em agroindústrias (açai e mandioca)	Treinamentos manejo florestal e segurança do trabalho, inventário florestal (8 pessoas), pecuária sustentável, manejo de pasto, boas práticas agricultura (19)	Serviços de ATER (açai, mandioca, banana, frango, piscicultura e suínos a depender da comunidade) e facilitação no acesso à crédito (PRONAF e FNO); Treinamentos em agrofloresta e agricultura, técnicas de manejo de fogo e de solo, restauração de áreas degradadas (644 pessoas)	Capacitações em técnicas agropecuárias em convênio com Universidade Federal do AC	Sem atividade relatada	Capacitações e ações relacionadas à atividade da empresa (emprego, jovem aprendiz e doação de madeira)	Verificação apresenta inconsistências nas atividades de apoio à cooperativa relacionadas
Avaliação	5	5	4	2	0	1	0
Promoção de Emprego	5 pessoas foram contratadas pelo projeto	1 pessoa contratada	Sem atividade relatada	Sim, empregos temporários e na maioria durante as visitas	Indireta, contratação de refeições e transportes para atendimento aos visitantes do Projeto	Não, empregos relatados são na operação da empresa	Sem atividade relatada
Avaliação	5	3	0	2	2	1	0

²⁷ Fonte: <https://apublica.org/2022/05/empresa-vende-creditos-de-carbono-sobre-terras-publicas-na-ilha-do-marajo/>

²⁸ Fontes: <https://www.brasildefato.com.br/2021/12/23/em-marajo-comunidades-questionam-venda-de-creditos-de-carbono-sobre-seu-territorio> ;

<https://apublica.org/2022/05/empresa-vende-creditos-de-carbono-sobre-terras-publicas-na-ilha-do-marajo/>

²⁹ A Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAs/PA) abriu um processo para apurar os indícios de irregularidades no CAR de áreas vinculadas à contratos de créditos de carbono. No município de Portel, 28% do território está coberto por estes contratos, e em janeiro de 2023 a SEMAS realizou uma audiência pública com o Ministério Público (MP-PA) com a sociedade civil local sobre a situação dos projetos REDD+ e as políticas públicas relacionadas. (fonte: <https://pontodepauta.com/2023/01/30/portel-governo-cancela-contratos-irregulares-ligados-a-creditos-de-carbono-acao-visa-futura-regulamentacao/>)

Fonte: Elaboração do autor com base nos relatórios dos projetos disponibilizados na base de dados VERRA

As estratégias relacionadas ao fomento de atividades produtivas podem estar relacionadas a investimentos em infraestrutura produtiva, capacitações e treinamentos e provisão de serviços de assistência técnica.

Em geral, as capacitações e treinamentos estão focadas nas atividades extrativistas ou agropecuárias, mas também em questões de segurança do trabalho, monitoramento do território, restauração florestal e organização social. O único projeto que não apresentou atividades realizadas nesta categoria foi o Envira Amazônia. Apesar de constar em seu planejamento a realização de treinamentos relacionados a atividades produtivas, as informações disponíveis nos relatórios não confirmam nem o planejamento, nem a implementação.

Esta realidade é uma constante em vários dos projetos analisados. Outro exemplo é o Projeto Purus, em que foi relatado um convênio com a Universidade Federal do Acre para o desenvolvimento de capacitações, porém os resultados indicam que, até o momento presente, nenhuma atividade de planejamento ou de capacitação foi relatada como tendo sido realizada.

Neste caso, o Relatório de Monitoramento do Projeto Purus (2021) apresenta o interesse de comunitários em técnicas de manejo rotacionado de pastagens, o que demandaria investimentos para investimentos. Contudo, não foram apresentadas mais informações sobre o atendimento a esta demanda seja via acesso à crédito ou recursos do projeto.

As contratações de pessoas residentes nas áreas de projeto podem ocorrer de forma fixa ou temporária. As contratações temporárias ocorrem, em geral, durante as visitas ao território pelo proponente ou parceiros de desenvolvimento, gerando apenas benefícios pontuais àquelas poucas famílias contratadas para prestar serviços relacionados a alimentação, transporte e acomodação dos visitantes.

Os empregos fixos, por sua vez, podem ser uma ferramenta importante no engajamento da população local no desenvolvimento e monitoramento do projeto. Contudo, como relatado em entrevistas com lideranças comunitárias, é essencial que o regime de trabalho seja pensado a partir das atividades produtivas desenvolvidas pelas famílias no território. Como as atividades extrativistas são muitas vezes familiares, passa

a haver também consequências negativas com as famílias deixando de manejar suas áreas de floresta e se desconectando culturalmente da principal atividade local. Por isso, empregos integrais podem se tornar um fator de risco futuro para estas famílias e um fator instabilidade interna para famílias e comunidades.

Por fim, o Quadro 9, a seguir, apresenta a sistematização das estratégias que atuam diretamente sobre a melhoria de condições de vida na comunidade, com atividades relacionadas à infraestrutura comunitária e familiar, ao acesso a serviços básicos prioritários e à promoção de organização social e dinâmicas mais inclusivas.

Quadro 9 – Avaliação das estratégias adotadas pelos projetos nas categorias Infraestrutura, Organização e Inclusão Social e Acesso a Serviços Básicos

Projeto / Categoria	RESEX Rio Preto-Jacundá REDD+ Project	Brazilian Amazon APD Grouped Project	Jari/Amapá REDD+ Project	The Purus Project	The Envira Amazonia Project	Agrocortex REDD Project	Ecomapua Amazon REDD Project
Infraestrutura Comunitária e Familiar	Telecentro, auditório, ambulatório, refeitório, alojamento, escritório Associação, armazém, computadores, torre internet, kits fotovoltaicos, residências, casa de farinha, implementos agrícolas, centro educacional	Inclusão Digital: 5 torres comunicação, 9 painéis solares, banco de baterias e 70km fibra ótica; 1 kit de segurança	1 casa de farinha mecanizada e Mudas para restauração	Construção de sede do projeto, escadas acesso, viveiro mudas e aquisição de barcos para transporte (sem evidências)	Construção de uma sede para o projeto que é utilizada para diversas atividades na comunidade	Sem atividade relatada	Construção de um viveiro de mudas (inconsistências verificadas)
Avaliação	5	4	4	3	1	0	0
Organização Social, Inclusão e Gênero	Melhoria da infra-estrutura da Associação e treinamentos em gestão, computação e organização social; Comissão interna formada por mulheres, promovendo o acesso a políticas públicas e garantia dos direitos	Sem atividade relatada	Sem atividade relatada	Sem atividade relatada	Sem atividade relatada	Apoio à Associação de Artesãs através da doação de materiais	Criação de uma cooperativa para comercialização de açaí realizada pelo proponente (s/ menção a organização social)
Avaliação	5	0	0	0	0	2	0
Acesso à Serviços Básicos	Construção de um ambulatório, contratação de pediatra e da melhoria da infra-estrutura nas residências; Implantação de centro educacional para jovens e adultos	Análise qualidade água; distribuição de filtros de água (9), campanhas de saúde para mulheres (259 atendidas); Acesso à internet (2x) e aquisição de equipamentos (2x impressora, 2x TV e 2x computador) para escolas (42 pessoas beneficiadas)	Sem atividade relatada	Construção de clínica de saúde e provisão de atendimento médico e dentário	Construção clínica de saúde com farmácia, e aquisição de cadeira de dentista; Infra-estrutura da sede está sendo utilizada pelo programa de Educação para Jovens e Adultos	Sem atividade relatada	Doação de 2 parcelas de R\$ 100 para uma estudante e parcelas R\$ 1.500 ao Centro Familiar Rural para apoio a Educação para Jovens e Adultos (inconsistência no no. parcelas)
Avaliação	5	3	0	4	3	0	0

Fonte: Elaboração do autor com base nos relatórios dos projetos disponibilizados na base de dados VERRA

Os resultados demonstram que os investimentos socioambientais através de construções ou aquisições de infraestrutura comunitária ou familiar são o formato mais comum aos projetos, juntamente com as capacitações e treinamentos, com 6 dos 7 projetos incluindo esta categoria em suas estratégias de intervenção.

O Projeto RESEX Rio Preto-Jacundá apresenta uma diversidade de investimentos realizados que impactam as condições de vida das comunidades locais de forma ampla.

Através destes investimentos, mais de 50% da população passou a viver em casas de alvenaria, todas as comunidades da RESEX passaram a ter acesso à energia elétrica e internet, além de terem sido construídos espaços coletivos para atividades ligadas a educação, saúde, produção agrícola e extrativista e organização social.

A organização social das famílias residentes foi apontada em todas as entrevistas com lideranças comunitárias, pesquisadores especializados em projetos de carbono e atores de mercado como uma categoria prioritária para promoção de desenvolvimento das comunidades locais. De acordo com eles, uma organização local que represente as comunidades perante os proponentes do projeto possui legitimidade para requerer processos de consentimento e participação mais efetivos e para monitorar o cumprimento de acordos.

O fortalecimento das relações sociais e a formação de associações e coletivos nas comunidades possibilita a existência de espaços de discussões e de vocalização de opiniões, demandas e questionamentos que não existiriam na relação direta das famílias com entidades externas ou os proprietários das terras. Como observado na análise dos relatórios de verificação, as relações de poder existentes nos territórios de projeto podem inibir a comunicação de eventuais demandas e questionamentos ou mesmo permitir a captura de interesses das comunidades locais pelos proponentes das iniciativas.

Ainda que em muitos lugares o associativismo e os processos coletivos não sejam um traço cultural presente, um projeto que pretende afetar um território como um todo durante várias décadas é uma oportunidade única de fomento à organização social como ferramenta para gestão ambiental e melhoria das condições de vida.

Um exemplo da importância do associativismo no contexto dos territórios florestais foi relatado por uma das lideranças comunitárias entrevistada. O Projeto RESEX Rio Preto-Jacundá se inicia a partir de lideranças da Associação de Usuários da RESEX que participaram de uma reunião sobre projetos REDD+ e, a partir de então, convidaram empresas desenvolvedoras para apresentarem propostas para implementação de um projeto REDD no território.

Apesar da relevância, nenhum outro projeto fomentou o desenvolvimento de organizações sociais de forma relevante. O projeto Agrocortex fez doações de resíduos de madeira para a Associação de Artesãs locais, enquanto o projeto Ecomapuá informa

ter criado uma cooperativa para venda de açaí, contudo sem evidências nos relatórios analisados sobre este processo ter ocorrido com protagonismo dos moradores da área.

A geração de co-benefícios através de investimentos na provisão de serviços básicos de saúde e educação, por sua vez, foi observada em 4 dos 7 projetos analisados e teve a maior média de avaliação entre as categorias.

Este resultado se alinha ao relato de lideranças comunitárias entrevistadas, que afirmam que o acesso a atendimento médico e a educação nas comunidades estão entre as preocupações mais relevantes das famílias, devido à distância destas comunidades aos centros urbanos e à carência de políticas públicas que garantam o acesso local a estes serviços.

Contudo, na análise dos relatórios não é possível verificar a efetividade e consistência dos investimentos para atendimento às demandas locais de saúde e educação. Neste sentido, novas pesquisas com proponentes e famílias seriam fundamentais para a compreensão da melhoria no acesso à educação e saúde em comunidades onde estas estratégias de co-benefícios são relatadas.

O projeto Ecomapuá, por exemplo, relata co-benefícios nesta categoria, porém as atividades compreendem apenas doações mensais de valores ínfimos: parcelas de R\$ 1.500 à uma escola rural local para suporte à alimentação dos alunos, e R\$ 200 de auxílio para uma estudante. Mesmo sendo irrisórios, a auditoria ainda revelou inconsistência entre os valores declarados e as movimentações financeiras auditadas.

Considerando a análise dos 7 projetos que já passaram por um ciclo de monitoramento e verificação da certificação de co-benefícios, verificou-se ainda que a extensão das intervenções voltadas para a geração de co-benefícios não possui relação com o nível de receita prevista em cada projeto. Os projetos Envira Amazônia e Agrocortex, por exemplo, apresentaram o potencial de receita mais alto entre os 7 projetos analisados, com R\$ 21,8 e R\$ 25,2 milhões/ano respectivamente, porém estão entre os 3 com menos atividades mapeadas para geração de benefícios sociais. Já os projetos Brazilian Amazon APD e Jari/Amapá atingiram avaliações semelhantes apesar de terem níveis de receita potencial bastante diferentes (Jari/Amapá – R\$ 6MM e Brazilian Amazon – R\$ 14MM/ano).

4.3 Projetos REDD: Desafios para uma implementação mais justa e inclusiva

As comunidades tradicionais estão entre os grupos afetados de forma desproporcional pelas consequências da crise socioambiental, além de terem seus territórios afetados por pressões antropogênicas externas e por impactos de eventos extremos, como a pandemia do Covid-19, que agravam a vulnerabilidade causada pela precariedade dos serviços básicos e a ausência de políticas públicas que garantam soberania alimentar, a segurança, o reconhecimento e a visibilidade destas populações (CLAUZET; HALLWASS; SILVANO, 2020).

As salvaguardas sociais aprovadas pela UNFCCC para proteção destas comunidades (MILBANK; COOMES; VIRA, 2018; UNFCCC, 2010) estão presentes nos projetos REDD certificados e objetivam, principalmente, a informação, o consentimento, a participação das comunidades e o impacto positivo nas condições de vida das populações.

Contudo, estudos apontam que a participação destas populações no desenho e implementação dos projetos tem sido pouco observada na prática, se mantendo apenas a prerrogativa de conhecimento sobre a existência do projeto e que estes não têm promovido melhorias efetivas das condições de vida nas comunidades locais (DUCHELLE et al., 2017, 2018). Os resultados apresentados neste trabalho corroboram estas afirmações no âmbito dos projetos implementados na Amazônia brasileira.

Ainda que estudos, como o de Angelsen et al. (2012), e alguns dos atores entrevistados nesta pesquisa ressaltam a necessidade de mais alguns anos para se avaliar plenamente os impactos dos projetos, já existem evidências da falta de resultados ganha-ganha em termos de conservação florestal e melhoria de condições de vida em diversas iniciativas. O sentimento de insegurança sobre a posse da terra relatados em estudos que coletaram impressões de famílias afetadas pelos projetos é uma evidência disso (CARRILHO et al., 2022; DUCHELLE et al., 2017, 2018).

De acordo com os profissionais de organizações desenvolvedoras de projetos entrevistados, existe um “mercado” mais especulativo onde os compradores comercializam créditos de carbono como *commodities*, atentando apenas aos aspectos principais de metodologia, safra, certificação e localização. Já no “mercado” composto pelas empresas com políticas de governança ambiental, social e corporativa (ESG, sigla

em inglês), a observação efetiva das salvaguardas sociais é tida como fator de aumento de integridade dos créditos e de redução dos riscos reputacionais.

Observou-se nas entrevistas que este mercado está “aprendendo” a avaliar os projetos, com empresas realizando avaliações independentes e visitando os territórios para verificar os resultados efetivos. Alguns dos pesquisadores especialistas questionaram, contudo, se as empresas se apropriarão dos mecanismos, exercendo pressão para a boa implementação dos projetos.

Conforme apontado por entrevistados, um exemplo da preocupação com integridade mais ampla dos créditos foi a opção feita no âmbito da Coalizão LEAF de apoiar apenas programas jurisdicionais, certificados com a metodologia ART-Trees. Estes programas contariam com maior segurança jurídica e menor risco reputacional dado os critérios metodológicos obrigatórios, relacionados às salvaguardas sociais e às políticas de repartição de benefícios³⁰, e a possibilidade de responsabilização dos entes públicos no cumprimento efetivo dos compromissos.

O padrão ART-Trees que possui inclui 16 áreas temáticas relacionadas às salvaguardas³¹, a desenvolvedora de projetos Mombak, que pretende implementar projetos na Amazônia com o apoio da organização não-governamental Conservation International a partir de uma metodologia mais robusta que envolve a criação e mensuração de 35 indicadores socioambientais³², e a Compensate³³, que certifica projetos já aprovados no padrão VERRA com critérios adicionais, são movimentos para diferenciação de projetos com alto nível de integridade que evidenciam a carência do mercado atual.

A partir dos resultados obtidos neste trabalho foram identificados os principais desafios para que os Projetos REDD sejam mais justos e inclusivos em relação às comunidades presentes nas áreas de projeto:

³⁰ Por outro lado, o primeiro projeto jurisdicional aprovado pelo LEAF, com o governo da Guiana, para venda de créditos à Coalizão LEAF está sendo questionado judicialmente quanto ao processo de consentimento dos povos indígenas e seus direitos sobre os créditos gerados (Fonte: https://carbon-pulse.com/185772/?utm_source=CP+Daily&utm_campaign=63a3b75c90-CPdaily21122022&utm_medium=email&utm_term=0_a9%E2%80%A6)

³¹ Fonte: The REDD+ Environmental Excellence Standard (TREES), V. 2.0, Agosto 2021, disponível em <https://www.artredd.org/wp-content/uploads/2021/12/TREES-2.0-August-2021-Clean.pdf>

³² Reportagem na revista virtual Carbon Pulse (fonte: <https://carbon-pulse.com/184737/#:~:text=A%20Brazil%2Dbased%20startup%20on,well%20above%20other%20VER%20prices.>)

³³ Fonte: <https://www.compensate.com/>

- Inadequação dos padrões de certificação de co-benefícios;
- Assimetria de informação entre proponentes e comunidades locais e falta de transparência em relação ao cumprimento de salvaguardas e à geração de co-benefícios;
- Ausência de normatização ou regulação e perspectivas excludentes do mercado atual

4.3.1 Inadequação dos padrões de certificação de co-benefícios

Assim como os resultados deste trabalho evidenciaram a heterogeneidade de estratégias e níveis de geração de benefício entre os projetos certificados, Duchelle et al. (2018) ressaltam a diversidade de resultados em cada projeto executado. Segundo os autores existem poucos estudos com avaliações robustas do impacto ambiental e social dos projetos de geração de crédito. Em uma revisão de 45 artigos científicos, os autores verificaram que a maioria dos estudos aponta para resultados pequenos ou insignificantes em relação aos benefícios gerados não relacionados ao carbono (por exemplo: bem-estar das comunidades, biodiversidade e segurança fundiária).

O alto custo de levantamento de dados e informações, a sensibilidade dos resultados às metodologias de definição de linha de base, o intervalo de tempo necessário para verificação efetiva de resultados e o risco destes resultados ameaçarem o financiamento futuro dos projetos podem explicar a escassez destes estudos (SIMONET et al., 2018).

Apesar das críticas relacionadas à adicionalidade dos projetos REDD, em relação à redução e remoção de emissões de carbono (KOTSIALOU; KURALBAYEVA; LAING, 2022), os padrões de certificação apresentam roteiros detalhados para desenho e mensuração de resultados de ERR e permitem adaptações a diferentes contextos (DUCHELLE et al., 2017; MILBANK; COOMES; VIRA, 2018). O detalhamento para comprovação dos resultados de carbono, verificado nos relatórios de monitoramento e verificação analisados neste trabalho, não é observado para os resultados relacionados à geração de co-benefícios. onde há uma carência de especificidade nos processos de desenho, monitoramento, mensuração e comunicação de resultados.

Alguns profissionais de organizações desenvolvedoras de projetos e uma liderança comunitária entrevistada, defenderam que as metodologias já preveem mecanismos suficientes para garantia das salvaguardas, como a exigência de diagnóstico

social, processos de consulta pública prévia à validação. Já outra liderança comunitária, que vivenciou um projeto executado à revelia da comunidade, defende que as metodologias atuais são insuficientes para garantia de processos inclusivos e com respeito às salvaguardas. Os relatos sobre a implementação do projeto Ecomapuá e o aliciamento de representantes comunitários, colhidos nos três setores de atores entrevistados, refletem a fragilidade do sistema atual.

Uma das lideranças comunitárias entrevistada ressaltou a importância da presença frequente das equipes de auditoria em campo para verificação do que realmente foi realizado pelo projeto no território. Isto promove a confiança das famílias no processo e cria um canal de comunicação direto e benéfico à avaliação dos impactos sociais dos projetos.

Por outro lado, a falta de capacidade das consultorias independentes responsáveis pelas auditorias foi criticada pelos três setores entrevistados e contribuem para um baixo nível de confiança sobre os resultados apresentados no âmbito social. As auditorias seguem processos frágeis baseados, principalmente, na análise documental e em visitas de verificação curtas que ocorrem a cada 5 anos.

Os profissionais das organizações desenvolvedoras entrevistados entendem como negativa a ausência de auditores brasileiros certificados que conheçam a realidade local e também da participação da certificadora no acompanhamento de visitas com as auditorias (como é realizada pela certificadora FSC de manejo florestal).

Por outro lado, este mesmo grupo ressaltou que o mercado de carbono ainda é pouco maduro com os projetos mais longos tendo apenas 10 anos, estando a maioria em seu 1º ciclo de verificação. Por isso é fundamental que as metodologias sejam reavaliadas e atualizadas frente aos desafios que se impõem e aos diferentes contextos locais (a última versão do padrão CCB, por exemplo, é de 2017). Neste caso, um exemplo dado nas entrevistas seria o desenvolvimento de uma camada metodológica adicional, adaptando os padrões metodológicos ao contexto brasileiro, ou amazônico³⁴.

Os desafios de monitoramento de impacto social em áreas de alta biodiversidade não se restringem aos projetos REDD. Foi relatado por um pesquisador entrevistado que

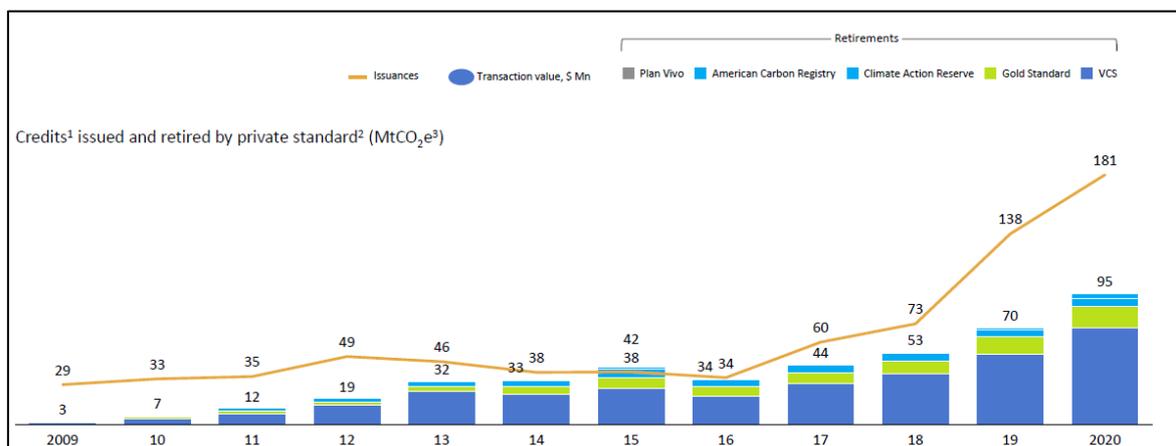
³⁴ Um exemplo de adaptação é a metodologia VM0015 para cálculo de emissões evitadas por desmatamento, desenvolvida por instituições brasileiras (Fundação Amazônia Sustentável – FAS, e o Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas – IDESAM) e internacionais, proporcionou maior robustez para projetos realizados em florestas tropicais.

muitos Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) são fragilizados pela contratação de profissionais pouco qualificados ou pela cooptação destes durante o processo de verificação.

A complexidade na medição de impacto social, envolve a necessidade de uma equipe familiarizada com o local. Por isso, foi apontado pelos entrevistados que o monitoramento de impacto social pela comunidade local constitui uma solução interessante a ser adotada em maior escala. Programas que contam com o monitoramento participativo dos pescadores, como no manejo de lagos para reprodução de pirarucus na Amazônia, foram bem-sucedidos na maior parte dos territórios onde estão implantados na Amazônia e incluem instituições externas parceiras que assumem papéis auxiliares sobre as questões do monitoramento do manejo (FREDA et al., 2021).

Para agravar a situação, o contexto atual com o aumento recente do registro de projetos tem pressionado ainda mais as certificadoras e auditorias (Figura 7). A própria VERRA divulgou ações para mitigar estas falhas, com suporte e capacitações às entidades parceiras, acompanhamento destas em visitas aos territórios dos projetos e avaliações periódicas de performance dos parceiros³⁵.

Figura 7 – Evolução do volume de créditos emitidos e aposentados no mercado voluntário de carbono



Nota: A linha contínua representa o crescimento dos créditos emitidos e as barras representam os créditos aposentados de cada padrão

Fonte: Taskforce On Scaling Voluntary Carbon Markets (2021, p. 42)

³⁵ Fonte: <https://verra.org/pardon-our-dust-how-verra-is-meeting-the-demands-of-tomorrows-carbon-market/>

Neste sentido, será necessário um esforço de desenvolvedores, certificadoras e *stakeholders* do mercado de carbono para o aperfeiçoamento das metodologias de garantia do respeito às salvaguardas e da geração de impacto socioambiental. Em conformidade com o que já destacaram anteriormente De Sassi et al. (2014), Milbank, Coomes e Vira (2018) e Simonet et al. (2018), os resultados obtidos nesta pesquisa, evidenciam a necessidade de: atualização das metodologias de certificação e monitoramento, considerando a inclusão de critérios e procedimentos mais específicos (como, por exemplo, a realização de um número mínimo de encontros coletivos e a obrigatoriedade de disponibilização de materiais e relatórios em linguagem compatível para a compreensão do projeto, ou a necessidade de um parecer de um órgão público ou da sociedade civil sobre a situação fundiária da área), a preferência por sistemas de monitoramento participativo e a capacitação de auditores independentes com conhecimento institucional e prático das realidades locais.

4.3.2 Assimetria de informação e falta de transparência

Se, por um lado, todos os relatórios dos projetos estavam disponíveis na base de dados VERRA, a análise dos relatórios de monitoramento e verificação evidenciou questões que afetam a transparência efetiva, impondo dificuldades à compreensão das informações e atividades relatadas e diminuindo o nível de confiança sobre a adicionalidade gerada pelo projeto. Os principais desafios identificados em relação à falta de transparência efetiva estão relacionados a:

- **Formulários inadequados** – os formulários disponibilizados pelas certificadoras de co-benefícios CCB e SocialCarbon não promovem a padronização e a consistência dos relatos de atividades e da avaliação dos benefícios gerados às comunidades locais;
- **Precariedade das informações e evidências** – relatórios sem detalhamento e evidências suficientes, nem uma organização que facilite o pleno entendimento da situação no território;
- **Incompatibilidade de idioma e linguagem** – diversos relatórios são disponibilizados apenas em inglês, sem versão traduzida para o idioma falado no território, seja o português ou os idiomas indígenas, e a linguagem técnica empregada torna o material inacessível para comunidades locais e atores interessados em geral;

Um dos entrevistados do grupo de profissionais de organizações desenvolvedoras ressaltou que, por um lado, o processo geral pretende ser transparente, com a disponibilidade de toda a documentação dos projetos online, inclusive versões preliminares e a realização de consultas públicas. Por outro, reconheceu que a base de dados carece de aperfeiçoamentos e atualizações que facilitem o acesso às informações.

Além disso, um dos pesquisadores especialistas no mercado de carbono ressaltou na entrevista que é fundamental que a transparência ocorra para dentro dos projetos também. Ou seja, deve ser garantido um processo de informação e prestação de contas à comunidade, para que esta possa fiscalizar e questionar eventuais desvios. Com isso há uma dificuldade de compreensão sobre a efetividade e a qualidade da governança em cada projeto, conforme também constatado por Milbank, Coomes e Vira (2018).

Ilustrando a dificuldade de acesso à informação, uma liderança comunitária entrevistada que teve contato com o relatório de um projeto implementado em seu território, relatou haver apenas versão em inglês, e, que mesmo após a tradução, encontrou uma linguagem pouco acessível. Enquanto alguns projetos divulgam versões na língua local, atualmente está a cargo dos proponentes definir a melhor maneira de comunicar os resultados à certificadora.

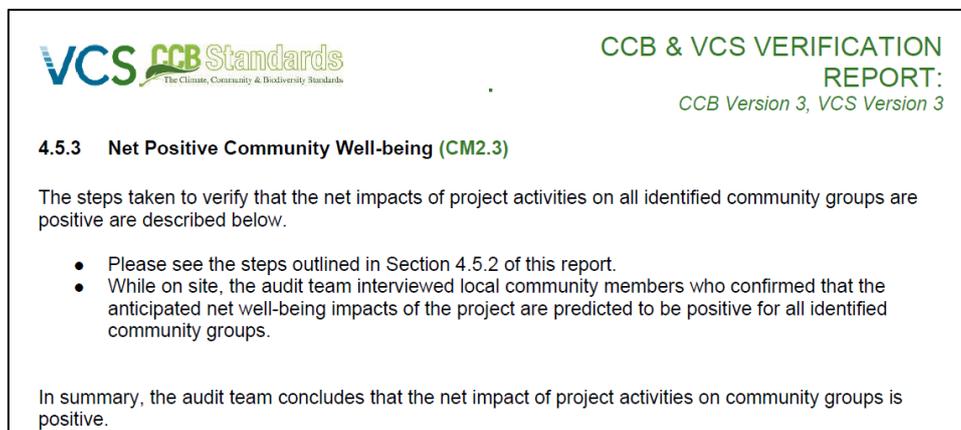
O Movimiento Mundial Por Los Bosques Tropicales (2013) constatou em uma pesquisa sobre o Projeto Purus que, por conta da publicação dos relatórios em inglês, os representantes dos órgãos municipais se disseram impossibilitados de verificar as propostas divulgadas da parceria com a Prefeitura por meio da contratação de professores e profissionais da saúde para trabalharem na escola e no posto de saúde planejados.

Diversos relatórios analisados neste trabalho contêm informações sobre o mesmo tema espalhadas entre as diferentes seções (inclusive nos anexos) implicando em um processo de busca incessante, gerando incertezas sobre os resultados apresentados. Além disso, os níveis de detalhamento sobre as diferentes frentes de geração de benefícios são de livre-arbítrio da instituição responsável pelo relatório e do agente da certificadora que aprova o relatório.

A seção de Benefícios Líquidos ao Bem-estar da Comunidade, presente no Relatório de Verificação versão 2.2 do Projeto Envira Amazônia, de responsabilidade da empresa SCS Global Services, auditora independente contratada pelo projeto evidencia esta situação. Conforme Figura 8 a seguir, não é apresentado nenhuma evidência ou

informação específica do benefício verificado, constando apenas frases genéricas sobre a coleta de relatos comunitários em campo e a conclusão acerca do “impacto positivo das atividades do projeto na comunidade”.

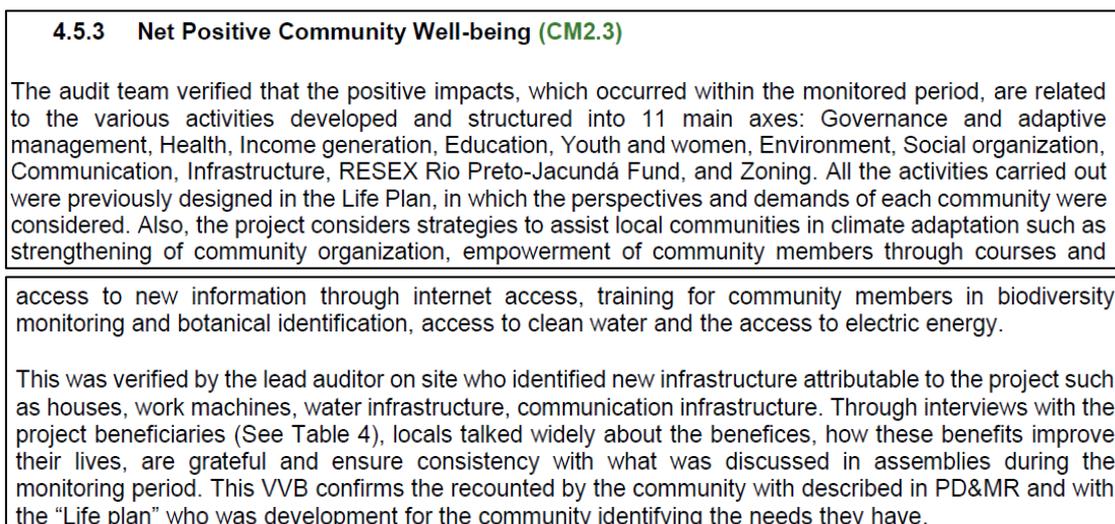
Figura 8 – Trecho da seção Benefícios Líquidos ao Bem-estar da Comunidade do Relatório de Verificação do Projeto Envira Amazônia



Fonte: Relatório de Verificação do Projeto Envira Amazônia (CARBONCO, 2022, p. 51)

Alternativamente, a seção Comunidades do Relatório de Verificação versão 3.4 do Projeto RESEX Rio Preto-Jacundá (EARTHOOD SERVICES, 2022), preparado pela empresa auditora Earthood Services Private Limited, apresenta o descritivo das melhorias e as evidências com fotos e passagens das entrevistas realizadas *in loco* durante as visitas (Figura 9).

Figura 9 – Trecho da seção Comunidades do Relatório de Verificação do Projeto RESEX Rio-Preto Jacundá





Fonte: Relatório de Verificação RESEX Rio Preto-Jacundá (EARTHOOD SERVICES, 2022, p. 44 a 46)

A ausência de capacidade local para compreender e discutir a implementação de projetos REDD é um desafio sublinhado em todas as entrevistas realizadas nesta pesquisa e frequentemente mencionado na literatura. Tal desafio é maior nas populações tradicionais e suas organizações representativas, mas também acompanha a atuação de instituições governamentais e não governamentais e da sociedade civil que atuam nestes territórios (NERY et al., 2013).

Processos de Consentimento Livre Prévio e Informado (CLPI) são conduzidos, em geral, de forma muito apressada devido a restrições de tempo e pressão dos financiadores (PHAM et al., 2015). A análise das entrevistas realizadas e dos relatórios verificados no curso desta pesquisa apontam que é necessário tempo de trabalho das equipes de implementação no território e um processo educativo robusto com as comunidades para que o consentimento seja de fato informado e validado.

A partir da necessidade de ampliar as capacidades locais, o Instituto de Estudos Amazônicos (IEA) realizou em 11 de janeiro de 2023, em Brasília³⁶, o primeiro Encontro para capacitação para lideranças comunitárias e integrantes do Conselho Nacional de Populações Extrativistas (CNS) em temáticas relacionadas a projetos REDD, com a apresentação de conceitos e o compartilhamento de experiências de projetos implementados e em implementação na Amazônia.

Dentre os projetos analisados neste trabalho, o Brazilian Amazon APD indica a realização de cinco workshops participativos com a comunidade antes do engajamento contratual. Já no Projeto Rio Preto-Jacundá, a Associação ficou responsável por

³⁶ O autor esteve presente no evento.

aprofundar o conhecimento sobre o assunto nas comunidades, sendo realizado apenas um workshop com moradores para explicar os aspectos mais importantes do projeto. Neste caso, o proponente atesta que apenas “após a assinatura do contrato de parceria, o entendimento dos aspectos do projeto REDD melhorou significativamente entre os comunitários” (BIOFÍLICA, 2021b, p. 53).

Na literatura, muitos estudos apontam que a participação comunitária ao longo do projeto, é condição para se alcançar resultados positivos nas estratégias relacionadas e não-relacionadas ao carbono (ANGELSEN et al., 2012; DUCHELLE et al., 2018). O Projeto de Carbono Florestal Suruí é citado com frequência como exemplo de processo de construção gradual de engajamento e capacidades, destacando a necessidade de tradução dos materiais à linguagem local e a apresentação em formatos adaptados, como vídeos e podcasts.

A obtenção de CLPI envolveu um processo de entendimento e discussão pelo povo Paiter-Suruí que durou um ano inteiro e foi conduzido em três fases. A primeira composta por reuniões e discussões entre os próprios Suruí, a segunda, por reunião das lideranças indígenas com instituições parceiras para acesso às informações sobre o Projeto (conceitos, metodologia e atividades) e, a terceira, por visitas de campo e reuniões comunitárias para disseminação das informações (Figura 10).

Figura 10 – Trecho do Projeto Descritivo do Projeto Carbono Florestal Suruí

O projeto contou com um importante processo de consentimento livre, prévio e informado¹⁴³ nas comunidades da TISS, informando aos Paiter Suruí as atividades previstas e os possíveis impactos, consultando-os sobre suas preocupações e sugestões e demandas.

O processo foi conduzido durante o ano de 2009 e dividido em três etapas. A primeira foi composta por reuniões e discussões entre os próprios Suruí, para chegarem a consensos mínimos referentes à possibilidade de desenvolvimento e implementação do PCFS.

A segunda etapa foi composta por reuniões entre as lideranças indígenas, representantes das associações locais e chefes de clãs com as demais instituições parceiras do projeto¹⁴⁴. Neste momento, as lideranças tradicionais e das associações organizações indígenas puderam se familiarizar com o que são os pagamentos por serviços ambientais, especialmente aqueles oriundos do carbono, assim como toda a dinâmica metodológica e de atividades que compõem a construção do Documento de Concepção do Projeto (DCP).

A terceira etapa consistiu em atividades de campo, com visitas e reuniões comunitárias nas aldeias, levando informações sobre o projeto para os diferentes grupos existentes na TISS¹⁴⁵ e discutindo os conceitos técnicos relacionados ao PCFS.

Fonte: Descritivo do Projeto Carbono Florestal Suruí (IDESAM, 2012, p. 106)

Dentre os projetos analisados, ficou evidente que em nenhum deles havia informação prévia suficiente entre lideranças comunitárias ou famílias e que este processo de assimilação, em alguns casos, foi se desenvolvendo ao longo da implementação, como relatado no projeto Rio Preto-Jacundá. Sem atores capacitados e um processo informativo

de qualidade não é possível pensar estas comunidades realmente autônomas para avaliar as implicações destes contratos para suas vidas e garantir contratos justos e inclusivos. Como ressaltado por uma liderança comunitária entrevistada, os projetos envolvem muitas vezes contratos de 30 anos ou mais de duração, por isso, dizem respeito não só às pessoas que vivem nas comunidades, mas às futuras gerações.

4.3.3 Ausência de normatização ou regulação e perspectivas excludentes do mercado atual

De acordo com Eberle, Münstermann e Siebeneck (2019), a transferência de responsabilidade de poluidores para comunidades tradicionais, o histórico colonial e o legado de relações de poder estabelecidas nos territórios são fatores que dificultam o estabelecimento de relações ganha-ganha com as comunidades locais nas soluções globais de mitigação das mudanças climáticas. Ainda que as lideranças comunitárias entrevistadas tenham uma visão positiva sobre a proposta de geração de créditos de carbono a partir da conservação dos territórios, sua visão se alinha às autoras ao criticar a abordagem da maioria dos projetos em que as comunidades não são protagonistas no processo de desenho e implementação.

As lideranças alertam para o risco dos créditos de carbono se tornarem mais uma *commodity* servindo à expansão dos mercados globais sobre territórios e comunidades, concentrando ganhos extraordinários para poucos e mantendo marginalizadas as populações locais que vivem nos territórios há gerações e são parte intrínseca dos ecossistemas locais. Além disso, na visão delas, os projetos ignoram a organização histórica das comunidades com seus contratos internos, e impõem os novos acordos com riscos à organização social, aos modos de vida, e ao agravamento de conflitos internos, gerando insegurança principalmente para as lideranças comunitárias. Estas críticas se alinham àquelas trazidas na publicação *Golpe Verde - Falsas Soluções para o Desastre Climático* (2021) sobre a implementação do programa jurisdicional de REDD no Acre e o avanço da proposta de REDD na Amazônia.

Na COP 27, realizada em 2022 no Egito, as organizações sociais representativas de comunidades indígenas, quilombolas e extrativistas escreveram conjuntamente uma carta defendendo a exclusão das florestas dos mercados de carbono voluntário, em favor de políticas públicas e sistemas de governança transparentes e inclusivos. Para estas comunidades o financiamento climático internacional para as florestas deve estar

subordinado a políticas públicas estruturantes e ao orçamento público nacional, à luz do estabelecido no Artigo 5º do Acordo de Paris que prevê pagamentos por resultados de conservação. Apesar do reconhecimento do protagonismo brasileiro na inovação de políticas públicas de proteção à natureza e às populações tradicionais, o país ainda não aprovou uma legislação nacional para regulação de projetos de carbono (GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030, 2020).

Em linha com as críticas sobre o domínio da lógica econômica e da visão utilitarista da natureza na construção das estratégias globais de promoção da sustentabilidade (ALMEIDA, 2009; LEFF, 2020; MISOCZKY; BÖHM, 2012b), a comercialização de créditos de carbono significaria para estas organizações a permissão para que corporações historicamente poluidoras se desresponsabilizem de sua contribuição para as mudanças climáticas, ao contabilizar créditos externos em seus balanços, transferindo para os povos da floresta a responsabilidade pelo combate às mudanças climáticas e até mesmo lucrando com este mercado (GRUPO CARTA DE BELÉM, 2022):

“O centro das nossas preocupações é em particular a ofensiva dos mercados para participar de ações de mitigação vinculadas à terra, às florestas e a promoção de pretensas Soluções baseadas na Natureza (NBS), uma vez que ações climáticas neste setor vêm se configurando como uma grande oportunidade de investimentos – e portanto, de lucros e de especulação, inclusive financeira – o que não pode ser igualado à verdadeira sustentabilidade e a transição justa que o mundo precisa.” (GRUPO CARTA DE BELÉM, 2022, p. 3)

Um sintoma do oportunismo existente no mercado de carbono foi relatado por representantes dos três grupos entrevistados: o assédio às comunidades locais e aos povos indígenas, que vivem em territórios protegidos por lei (Unidades de Conservação) e detém o direito de uso sobre a floresta. Na visão dos entrevistados, os “*carbon cowboys*”, como são conhecidos os desenvolvedores que não observam diretrizes metodológicas e salvaguardas nas abordagens às comunidades locais, representam um risco ao bom funcionamento deste mercado e às comunidades.

Uma resposta a este processo vem do Povo Indígena Munduruku, conforme a Carta Munduruku do Alto e Médio Tapajós e Baixo Teles Pires³⁷ redigida após reunião realizada no dia 14 de setembro de 2022, na aldeia Sawre Muyby, com a presença de caciques, cacias, guerreiros, guerreiras, professores, professoras, mulheres e associações

³⁷ Fonte: <https://coiab.org.br/noticias>

Pariri, Wakoborũn, Aro, Arikico, Da'uk, Movimento Iperag Ayũ e CIMAT, em que denunciam o assédio de empresas para a implementação de projetos de carbono nas Terras Indígenas e Unidades de Conservação. Na Figura 11, a seguir, um trecho da Carta:

Figura 11 – Trecho da carta Munduruku do Alto e Médio Tapajós e Baixo Teles Pires

Montanha e Mangabal. Agora dizem que uma grande área da Flona é deles também. Nossos territórios ancestrais precisam ser respeitados, tanto os nossos como o dos beiradeiros. Por que empresas não perguntam quais as soluções que nós pensamos e temos? Nós estamos todo ano debatendo o que é necessário para proteger as terras que sempre cuidamos e que o *pariwat* começou a destruir e enganar e iludir os próprios parentes.

Nós temos nossas organizações e fazemos intercâmbios com povos indígenas de todo o país. Nossas lideranças e cacique já escutaram de outros povos indígenas como o projeto de crédito de carbono causou tanta divisão entre eles. Tudo por causa dessas promessas de dinheiro de empresas de fora.

Já temos nosso plano de vida, nossas organizações de resistência e as alternativas de geração de renda com produtos tradicionais que devem ser fortalecidas. E tudo isso aumentando nossa autonomia e gestão sobre o território e não ao contrário.

Nota: Redigida no evento realizado na aldeia Sawre Muyby em 14/09/2022

Fonte: (“Carta Munduruku do Alto e Médio Tapajós e Baixo Teles Pires”, 2022, p. 2)

Com as falhas de regulação nacional ou internacional sobre os direitos sobre o carbono, e, mais especificamente, sobre a abordagem de agentes externos às comunidades, muitas empresas e indivíduos transitam livremente nestes territórios fazendo propostas potencialmente danosas à reprodução física e cultural de comunidades locais (NERY et al., 2013). Nas entrevistas realizadas na pesquisa, lideranças comunitárias e pesquisadores concordaram com a necessidade de normatização sobre a implementação de projetos REDD que regule esta atuação, em benefício de um processo que garanta o respeito às salvaguardas e os interesses das comunidades.

Para Streck (2020), o direito sobre os créditos de carbono tem se estabelecido preponderantemente a partir da propriedade da terra e das árvores, em detrimento de noções de ancestralidade e provisão de serviços que contribuem com os objetivos de conservação. O estudo publicado por Blackman e Veit (2018) defende, por exemplo, o papel relevante do manejo florestal realizado por povos indígenas na contenção do desmatamento e das emissões relacionadas à floresta e ao uso do solo.

Enquanto nas Reservas Extrativistas, o protagonismo das associações de usuários no desenvolvimento de projetos é uma premissa defendido pelos três setores entrevistados, nas áreas privadas, que envolvem a grande maioria dos projetos, o nível de protagonismo apropriado das comunidades locais que ocupam os territórios e influenciam diretamente a conservação não é consenso. Se, por um lado, o mercado de carbono se

pauta em direitos de propriedade para garantir a segurança jurídica dos créditos emitidos, por outro, o processo histórico de titulação das áreas em muitos casos se sobrepôs sobre aos direitos históricos e de uso de comunidades locais.

Conforme relatado por uma liderança comunitária, em um território com vulnerabilidades e carências de políticas públicas históricas, o poder de negociação de uma comunidade é bastante limitado. Esta posição somada à assimetria de informações, à complexidade técnica dos projetos, às questões de linguagem e de governança local tem gerado projetos pouco inclusivos, sem repartição justa de benefícios e com riscos concentrados na comunidade local, que terão de conviver com um contrato por décadas.

Neste sentido, o CNS divulgou, em 13 de janeiro de 2023, o documento ‘Diretrizes para Programas/Projetos de REDD+ em Reservas Extrativistas’³⁸, reconhecendo assim a necessidade de as organizações representativas se aproximarem desta agenda, apoiando as comunidades locais na discussão e deliberação sobre estes contratos.

A Aliança Brasil Nature-Based Solutions³⁹, citada em uma das entrevistas como exemplo de iniciativa para disseminação de boas práticas, é um movimento liderado por empresas desenvolvedoras de projetos de carbono com o objetivo de sistematizar diretrizes e fomentar boas práticas em projetos com soluções baseadas na natureza⁴⁰. A Aliança também realiza contribuições em projetos que estão sendo validados ou verificados, além de publicar guias de boas práticas, como, por exemplo, o guia para compra responsável de créditos REDD+ no Brasil.

Os profissionais de organizações desenvolvedoras de projetos entrevistados concordaram com a importância de se criar uma governança sobre os projetos REDD+ implementados no Brasil. Este organismo teria, principalmente, a responsabilidade por gerir um banco de registro de projetos e metodologias, realizar a contabilização de carbono, facilitar a concertação de atores e abarcar mecanismos de ouvidoria, denúncia e resolução de conflitos.

Este caminho, contudo, deve ser trilhado a partir das lições aprendidas com modelos de governança em vigor. Enquanto um pesquisador especialista no mercado entrevistado concorda com a importância, e sugere o caminho da governança policêntrica

³⁸ Fonte: <https://institutoestudosamazonicos.org.br/diretrizes-para-programas-projetos-de-redd-em-reservas-extrativistas/>

³⁹ Fonte: <https://nbsbrazilalliance.org>

⁴⁰ Fonte: <https://nbsbrazilalliance.org/#quemsomos>

(com elos desde as reuniões comunitárias até a governança federal), uma liderança comunitária rechaçou a ideia, por conta das dificuldades operacionais observadas nos Conselhos das Reservas Extrativistas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar os 7 projetos REDD na Amazônia brasileira que possuem certificação de co-benefícios verificada, este trabalho mostrou que atualmente não existe um padrão no cumprimento às salvaguardas sociais e no nível de benefício social gerado para as comunidades locais que vivem nos territórios-alvo de projetos REDD. O projeto RESEX Rio Preto-Jacundá, implementado em uma Unidade de Conservação (Reserva Extrativista) e com a associação local de usuários como proponente e detentora dos direitos sobre os créditos, foi o único a apresentar evidências da adoção de processos inclusivos e da geração de benefícios sociais robustos no território, com melhorias marcantes nas condições de habitação das famílias, na infraestrutura comunitária, no acesso à serviços básicos e no investimento em atividades produtivas.

Os demais projetos, todos implementados em propriedades rurais privadas com indivíduos ou empresas como proponentes, apresentaram níveis de geração de co-benefícios variados e significativamente inferiores ao projeto RESEX Rio Preto-Jacundá. Apenas 2 projetos, o Brazilian Amazon APD e o Jari/Amapá, apresentaram evidências de processos robustos para obtenção do consentimento livre, prévio e informado (CLPI) junto às comunidades locais e da adoção de estratégias relevantes de co-benefícios sociais, principalmente no apoio às atividades produtivas e de infraestrutura comunitária.

Por outro lado, os outros 4 projetos, The Purus Project, The Envira Amazonia, Agrocortex REDD e Ecomapuá, não apresentaram evidências de respeito às salvaguardas sociais e da adoção de estratégias de co-benefícios sociais relevantes. Além disso, o projeto Ecomapuá ainda apresentou inconsistências e acusações de fraudes, destacadas pela auditoria e por uma liderança entrevistada.

A partir destes resultados, nota-se que a inclusão e justiça no compartilhamento de benefícios guarda relação direta com a relevância dos objetivos sociais definidos na concepção dos projetos REDD. A análise das estratégias e as entrevistas realizadas evidenciou que a busca por equidade e maximização conjunta dos benefícios socioambientais e da redução de emissões não compõem os objetivos dos projetos REDD implementados em áreas privadas, onde vivem comunidades tradicionais sem direitos de propriedade sobre as áreas de floresta.

Desta maneira, a abordagem hegemônica sobre o compartilhamento de benefícios nos projetos analisados está relacionada a compensações por eventuais restrições ou

impactos negativos na vida das famílias locais ou a estratégias voluntárias de geração de co-benefícios, conforme também verificaram os estudos de Simonet, Delacote e Robert (2016) e Luttrell et al. (2012).

Considerando-se, adicionalmente, o contexto histórico de concentração fundiária na região, refletido também no mapeamento realizado neste trabalho sobre o perfil das áreas de projetos registrados, onde 22 dos 23 estão localizados em grandes propriedades privadas, pode-se concluir que o mercado se distancia de uma perspectiva de sustentabilidade ao adotar as mesmas lógicas que fazem parte das causas raiz da crise socioambiental global: a centralidade da propriedade da terra e do capital, o utilitarismo nas relações com a natureza e o estímulo a acumulação de riqueza (ALMEIDA, 2009; MISOCZKY; BÖHM, 2012; LEFF, 2020).

Mesmo analisando uma amostra de projetos com certificações que miram o impacto socioambiental, temos um contexto de exclusão das comunidades locais que vivem há gerações manejando a biodiversidade local, em muitos casos com efeitos positivos para a conservação. Esta constatação se alinha às críticas de organizações representativas das populações tradicionais sobre a implementação de projetos e programas em áreas de floresta na Amazônia (“Carta Munduruku do Alto e Médio Tapajós e Baixo Teles Pires”, 2022; Golpe Verde - Falsas Soluções para o Desastre Climático, 2021; GRUPO CARTA DE BELÉM, 2022),

Por outro lado, os resultados do Projeto Rio Preto-Jacundá demonstram o potencial de iniciativas locais REDD quando a maximização de benefícios socioambientais e a redução de emissões são colocados como objetivos conjuntos, e as comunidades locais são, ao mesmo tempo, protagonistas no desenho e na implementação e detentoras de parte relevante dos direitos sobre os créditos gerados.

Neste sentido, os principais desafios identificados para que os projetos REDD se tornem mais inclusivos e justos com as comunidades locais estão na falta de relevância das perspectivas inclusivas nos objetivos dos projetos, com a maximização conjunta de benefícios sociais e de redução de emissões, na normatização dos direitos sobre os créditos carbono e na governança dos projetos, com a inclusão das comunidades locais, seja em áreas de UCs ou em áreas privadas.

Além disso, também foram identificados alguns desafios adicionais para a garantia de uma implementação mais justa e inclusiva de projetos REDD no mercado voluntário de créditos de carbono:

- a. a necessidade de processos prévios e graduais de capacitação local, com apoio externo de organizações representativas ou assessores independentes para avaliação das propostas pelas comunidades locais;
- b. a falta de procedimentos mais robustos que garantam um padrão no cumprimento das salvaguardas sociais, principalmente na obtenção de CLPI e na construção de processos participativos no desenho e monitoramento dos projetos;
- c. a necessidade de estabelecimento de protocolos ou normas que regulem a atuação de empresas e indivíduos junto às comunidades nestes territórios, evitando o aliciamento e a captura dos interesses das populações locais;
- d. o baixo nível de transparência, tanto para dentro como para fora das áreas de projeto (nas bases de dados públicas das certificadoras), principalmente, em relação às atividades conduzidas e os resultados obtidos junto às comunidades locais;
- e. a falta de estruturas de governança que promovam a organização dos dados dos projetos, a contabilidade de créditos de carbono e estruturas de controle, denúncia e resolução de conflitos;
- f. a necessidade de auditores nacionais que conheçam a legislação e as realidades locais, e de aperfeiçoamento dos processos de validação pelas certificadoras, tendo em vista a sobrecarga das organizações nos últimos anos⁴¹.

Em um contexto de expansão do mercado voluntário para projetos REDD, a entrada em vigor de compromissos coletivos da sociedade civil com alta demanda por créditos com adicionalidades socioambientais representa uma grande oportunidade para o aprimoramento deste mercado⁴², com a adoção de práticas e lógicas mais sustentáveis,

⁴¹ Em 2022, o registro de projetos na VERRA aumentou 243% em relação a 2021, as verificações de crédito 90% e os pedidos por certificação CCB aumentaram 187%. A sobrecarga motivou uma carta informando a reforma de processos na certificadora (Fontes: <https://carbon-pulse.com/179429/>; <https://carbon-pulse.com/183697/>).

⁴² Fonte: Reportagem publicada em 01 de novembro de 2022 no site da Carbon Pulse ('At least 29 mln REDD credits eligible for backdating with CCB');

justas e inclusivas, alinhando a conservação ao desenvolvimento social (GARCIA et al., 2021; HAMRICK; WEBB; ELLIS, 2021).

Com o objetivo de subsidiar a formulação de políticas públicas e o desenvolvimento de ações privadas para promoção da integridade, inclusão e justiça em projetos REDD, a análise feita neste trabalho deu origem às seguintes recomendações:

- a. **Desenvolvimento de novas metodologias de certificação que tenham como objetivo principal a maximização conjunta de benefícios socioambientais e de redução de emissões**, e que adotem uma repartição dos direitos de carbono justa e transparente com as comunidades locais, incluindo-as nas estruturas de governança, implementação e monitoramento;
- b. **Atualização das metodologias de certificação de co-benefícios com processos mais robustos, detalhados e diversos**, atendendo aos diferentes contextos territoriais e promovendo maior uniformidade e alto padrão no desenho, implementação e monitoramento dos projetos;
- c. **Criação de protocolos para abordagens de desenvolvedores às comunidades e para os processos de obtenção de CLPI**, garantindo o respeito às salvaguardas com a plena assimilação das informações pelas comunidades;
- d. **Aperfeiçoamento dos processos de prestação de contas dos projetos para dentro da comunidade e nas bases de dados das certificadoras**, facilitando o acesso a informação e garantindo a publicação de relatórios em língua e linguagem adequada aos diferentes públicos;
- e. **Certificação de auditores nacionais que tenham conhecimento e experiência com as realidades dos territórios**, garantindo processos de capacitação contínua e acompanhamento destas organizações;
- f. **Criação de referências ou parâmetros para estratégias de compartilhamento de benefícios sociais**, que promovam a melhora das condições de vida, a equidade e a justiça nas comunidades locais;
- g. **Fortalecimento das organizações sociais locais** para promoção da representatividade nos processos de CLPI e de participação;
- h. **Apoio externo às comunidades locais por organizações representativas das populações tradicionais, órgãos públicos ou assessorias independentes** nas fases de análise das propostas e desenho do projeto.

Além disso, o *framework* publicado com os princípios para geração de créditos de biodiversidade de alta integridade⁴³ pode servir de inspiração para o aperfeiçoamento do mercado de créditos de carbono, especialmente em projetos REDD. Algumas diretrizes divulgadas para o pilar social são: o desenho de estratégias com atores locais a partir de uma abordagem de direitos sobre a conservação; a produção de benefícios significativos que endereçam usos locais da natureza; promoção de distribuição equitativa de benefícios; e a inclusão de salvaguardas fortes pra prevenção de impactos sociais adversos.

Movimentações recentes na criação de novas metodologias que incorporam critérios adicionais de integridade já representam um passo no caminho de acelerar a efetividade dos projetos na inclusão e no compartilhamento de benefícios. Alguns exemplos são o lançamento do padrão ART-Trees para programas jurisdicionais, a metodologia criada pelas organizações Mombak e Conservation International e o padrão de qualidade desenvolvido pela Compensate para projetos com certificação VERRA.

Por fim, os programas jurisdicionais, não abordados neste trabalho, podem oferecer um caminho alternativo, em que o Estado assume a frente do desenho, da implementação e das relações com as comunidades locais. Apesar da dificuldade histórica de reconhecimento dos direitos de populações tradicionais pelos governos, a governança e os direitos sobre os créditos de carbono nestes programas são públicos, o que pode significar uma maior legalidade, inclusão e justiça para estes grupos sociais.

⁴³ Fonte:

https://www.thebiodiversityconsultancy.com/fileadmin/uploads/tbc/Documents/Resources/Exploring_design_principles_for_high_integrity_and_scalable_voluntary_biodiversity_credits_The_Biodiversity_Consultancy__1_.pdf

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. **O Futuro das Regiões Rurais**. Porto Alegre-RS: UFRGS, 2003.
- ABRAMOVAY, R. Para una teoría de los estudios territoriales. Em: MANZANAL, M.; NEIMAN, G.; LATTUADA, M. (Eds.). **Desarrollo rural: organizaciones, instituciones y territorios**. Buenos Aires: Ciccus, 2006.
- ADAMS, C. **Caiçaras na Mata Atlântica: Pesquisa versos planejamento e gestão ambiental**. Dissertação de Mestrado—São Paulo: Departamento de Ciência Ambiental (PROCAM). Universidade de São Paulo, 2001.
- ADGER, W. N. et al. Advancing a Political Ecology of Global Environmental Discourses. **Development and Change**, v. 32, n. 4, p. 681–715, 2001.
- AGUIAR, M. C. **O Mercado de Carbono Florestal: O Caso do REDD+ no Brasil**. Dissertação de Mestrado—Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2018.
- ALENCAR, E. F. A participação de ribeirinhos na gestão e conservação de recursos naturais na várzea amazônica. Em: MANUELA CARNEIRO DA CUNHA et al. (Eds.). **Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças**. São Paulo: SBPC, 2021. v. 7p. 112–116.
- ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. Em: **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 33–55.
- AMARANTE, C. B. Reconhecimento Jurídico-Normativo das Populações Tradicionais pelo Estado Brasileiro: Uma Revisão. **Enciclopédia Biosfera**, v. 7, n. 12, p. 9, 2011.
- ANGELSEN, A. et al. (EDS.). **Analysing REDD+ Challenges and choices**. Bogor, Indonesia: Center for International Forestry Research - CIFOR, 2012.
- ATMADJA, S. S. et al. How do REDD+ projects contribute to the goals of the Paris Agreement? **Environmental Research**, v. 17, 2022.
- BANCO MUNDIAL. **State and Trends of Carbon Pricing 2022**. Washington, D.C: International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank, 2022.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto; Tradução: Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARRETO FILHO, H. Populações Tradicionais: Introdução à Crítica da Ecologia Política de uma Noção. Em: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. (Eds.). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: FAPESP: Annablume, 2006. p. 35.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: Um Manual Prático**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

- BECKER, E. et al. **Sustainability: a cross-disciplinary concept for social transformations**. [s.l.] Institute for Social Ecological Research, 7 nov. 1999.
- BEGOSSI, A. Resilience and neo-traditional populations: the caiçaras (Atlantic Forest) and caboclos (Amazon, Brazil). Em: **Linking Social and Ecological Systems. Management Practices and Social Mechanisms for Building Resilience**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p. 29–57.
- BERLIN, B. **Ethnobiological classification: Principles of categorization of plants and animals in traditional societies**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1992.
- BIOFÍLICA. **Relatório de Monitoramento Projeto REDD+ JARI/AMAPÁ**. [s.l: s.n.].
- BIOFÍLICA. **Relatório de Monitoramento Projeto REDD+ RESEX Rio Preto-Jacundá**. [s.l: s.n.].
- BLACKMAN, A.; VEIT, P. Titled Amazon Indigenous Communities Cut Forest Carbon Emissions. **Ecological Economics**, v. 153, 2018.
- BRASIL. Decreto 6.040. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. . 7 fev. 2007.
- BRCARBON. **Relatório de Monitoramento - Brazilian Amazonia APD Grouped Project**. [s.l: s.n.].
- BRONDIZIO, E. S. et al. Making place-based sustainability initiatives visible in the Brazilian Amazon. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, v. 49, p. 66–78, abr. 2021.
- CARBONCO. **Relatório de Monitoramento - The Purus Project**. [s.l: s.n.].
- CARBONCO. **Relatório de Verificação do Projeto Envira Amazonia**. [s.l: s.n.].
- CARRILHO, C. et al. **Permanence o favoided deforestation in aTransamazon REDD+ initiative (Pará,Brazil)**. [s.l.] CEE-M, 2022. Disponível em: <<https://hal.inrae.fr/hal-03614704>>. Acesso em: 24 mar. 2023.
- Carta Munduruku do Alto e Médio Tapajós e Baixo Teles Pires**. , 2022.
- CCB. **Climate, Community & Biodiversity Standards: v3.1**. [s.l: s.n.].
- CCB. **CCB Program Rules v 3.1**. [s.l: s.n.].
- CHAMBERS, R.; CONWAY, G. Sustainable rural livelihoods: practical concepts for the 21st century. **Discussion paper 296**, n. Institute of Development studies (IDS), 1992.
- CLAUZET, M.; HALLWASS, G.; SILVANO, R. A. M. Impactos socioambientais no Baixo tapajós, Pará e Baixo Rio negro, Amazonas: revisão dos conflitos e potenciais soluções no uso de recursos naturais. **Boletim Economia Ecológica**, v. 40, 2020.

CORREA, J.; VAN DER HOFF, R.; RAJÃO, R. Amazon Fund 10 Years Later: Lessons from the World's Largest REDD+ Program. *forests*, v. 10, n. 272, 2019.

COUTO, M.; GAVALDÃO, M.; LOBO, M. **Como funcionam os mercados voluntários de carbono**: Entendendo LEAF e ART TREES. Washington, D.C: Forest Trends, 2022.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução: Luciana de Olivera Da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007a.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução: Luciana de Olivera Da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007b.

CROMBERG, M.; PEREIRA, M. G.; CARAMEZ, R. B. **Jari/Amapá REDD+ Project, Brazil**: REDD+ on the ground: A case book of subnational initiatives across the globe. [s.l.] Center for International Forestry Research, 2014.

DE SASSI, C. et al. REDD+ on the ground: Global insights from local contexts. Em: SILLS, E. O. (Ed.). **REDD+ On the Ground: A case book of subnational initiatives across the globe**. Bogor, Indonesia: Center for International Forestry Research (CIFOR), 2014.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa**. In: **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DIEGUES, A. C. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 6. ed. NUPAUB/USP: Hucitec: NUPAUB/USP, 2008.

DIEGUES, A. C. S.; ARRUDA, R. S. V. **Biodiversidade e comunidades tradicionais no Brasil. Biodiversidade e comunidades tradicionais no Brasil no contexto da Convenção sobre Biodiversidade biológica**. Ministério do Meio Ambiente. São Paulo: USP, 2001a.

DIEGUES, A. C. S.; ARRUDA, R. S. V. **Biodiversidade e comunidades tradicionais no Brasil. Biodiversidade e comunidades tradicionais no Brasil no contexto da Convenção sobre Biodiversidade biológica**. Ministério do Meio Ambiente. São Paulo: USP, 2001b.

DONOFRIO, S. et al. **The Art of Integrity - State of the Voluntary Carbon Markets 2022 Q3**: Ecosystem Marketplace Insights Brief. [s.l.] Ecosystem Marketplace - A Forest Trends Initiative, 2022.

DUCHELLE, A. E. et al. Balancing carrots and sticks in REDD+: implications for social safeguards. *Ecology and Society*, v. 22, n. 3, 2017.

DUCHELLE, A. E. et al. What is REDD+ achieving on the ground? **Current Opinion in Environmental Sustainability**, v. 32, 2018.

EARTHOOD SERVICES. **Relatório de Verificação do Projeto RESEX Rio Preto-Jacundá versão 3.4**. [s.l: s.n.].

- EBERLE, C.; MÜNSTERMANN, N.; SIEBENECK, J. **Carbon Colonialism: A Postcolonial Assessment of Carbon Offsetting: Postcolonial Perspectives**. [s.l.] University of Bonn / United Nations University - EHS, 2019.
- FATORELLI, L. et al. The REDD+ Governance Landscape and the Challenge of Coordination in Brazil. **infobriefs**, v. 115, 2015.
- FREDA, F. F. et al. Percepção do Conselho acerca do Monitoramento Participativo da Biodiversidade para a Gestão das Unidades de Conservação da Amazônia. **Biodiversidade Brasileira - BioBrasil**, v. 12, n. 4, 2021.
- GARCIA, B. et al. REDD+ and forest protection on indigenous lands in the Amazon. **RECIEL**, v. 30, n. 207, 2021.
- GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 20–29, 1995a.
- GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 20–29, jun. 1995b.
- Golpe Verde - Falsas Soluções para o Desastre Climático**. Rio Branco: [s.n.].
- GRUPO CARTA DE BELÉM. **Juntos para ação climática: com quem e para quê?** Disponível em: <<https://www.cartadebelem.org.br/em-carta-grupo-carta-de-belem-critica-feira-do-clima-e-cobra-cumprimento-dos-compromissos/>>.
- GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030. **IV Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável Brasil**. Brasil: [s.n.].
- GUIZAR-COUTIÑO, A. et al. A global evaluation of the effectiveness of voluntary REDD+ projects at reducing deforestation and degradation in the moist tropics. **Conservation Biology**, v. 36, n. 13970, 2022.
- GÜNTHER, H. Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta É a Questão? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 22, n. 2, p. 201–210, ago. 2006.
- HAAS, J. C.; LOFT, L.; PHAM, T. T. How fair can incentive-based conservation get? The interdependence of distributional and contextual equity in Vietnam's payments for Forest Environmental Services Program. **Ecological Economics**, v. 160, 2019.
- HAMRICK, K.; WEBB, C.; ELLIS, R. **Nesting REDD+: Pathways to Bridge Project and Jurisdictional Programs**. [s.l.] The Nature Conservancy, 2021.
- HUITEMA, D. et al. Adaptive Water Governance: Assessing the Institutional Prescriptions of Adaptive (Co-)Management from a Governance Perspective and Defining a Research Agenda. **Ecology and Society**, v. 14, n. 1, p. art26, 2009.
- ICC BRASIL; WAY CARBON. **Oportunidades para o Brasil em Mercados de Carbono**. [s.l.] ICC Brasil e Way Carbon, 2022.

ICCWBO. **Article 6: What is it and why is it important?** Disponível em: <<https://iccwbo.org/news-publications/news/article-6-important/>>. Acesso em: 1 dez. 2022.

IDESAM. **Suruí Forest Carbon Project**. [s.l.] IDESAM, 2012.

IPCC. **Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change: Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability**. Cambridge, UK e Nova York, EUA: IPCC, 2022.

IRVING, M. DE A. et al. L'approche brésilienne de l'écologie sociale Propos sur la relation nature – société. Em: CHARDEL, P.-A.; REBER, B. (Eds.). **Écologies Sociales: Le souci du commun**. Paris: Editions Parangon, 2014. p. 91–109.

IRVING, M. DE A. Sustentabilidade e o Futuro que não queremos: polissemias, controvérsias e a construção de sociedades sustentáveis. Em: **Sinais Sociais**. 26. ed. Rio de Janeiro: Sesc | Serviço Social do Comércio, 2014. v. 9p. 160.

IUCN. **Nature-based Solutions**. Disponível em: <<https://www.iucn.org/our-work/nature-based-solutions>>. Acesso em: 29 jan. 2023.

KAGEYAMA, A. Rural e Ruralidade. Em: **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora UFRGS Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

KEOHANE, N.; SEYMOUR, F. **Forests and International Carbon Markets: Climate and Forests 2030: Resources for Funders**. [s.l.] Climate and Land Use Alliance (CLUA), 2021.

KORHONEN-KURKI, K. et al. Enabling factors for establishing REDD+ in a context of weak governance. **Climate Policy**, v. 14, n. 2, 2014.

KOTSIALOU, G.; KURALBAYEVA, K.; LAING, T. Blockchain's potential in forest offsets, the voluntary carbon markets and REDD+. **Environmental Conservation**, v. 49, 2022.

LEFF, E. **Inquietudes Ambientales, Humanas y Sociales: una Entrevista con Enrique Leff**. , 31 ago. 2020. Disponível em: <<https://www.halacsolcha.org/index.php/halac/article/view/452>>. Acesso em: 21 jun. 2021

LUTTRELL, C. et al. Who should benefit and why? Discourses on REDD+ benefit sharing. Em: ANGELSEN, A. et al. (Eds.). **Analysing REDD+ Challenges and choices**. Bogor, Indonesia: Center for International Forestry Research (CIFOR), 2012.

MILBANK, C.; COOMES, D.; VIRA, B. Assessing the Progress of REDD+ Projects towards the Sustainable Development Goals. **forests**, v. 9, n. 589, 2018.

MISOCZKY, M. C.; BÖHM, S. Do desenvolvimento sustentável à economia verde: a constante e acelerada investida do capital sobre a natureza. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 10, n. 3, p. 546–568, set. 2012a.

MOVIMIENTO MUNDIAL POR LOS BOSQUES TROPICALES. **Consideraciones sobre un proyecto privado de REDD en el interior del Estado de Acre- Brasil.** [s.l: s.n.].

NERY, D. et al. **Povos Indígenas e o mecanismo de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+) na Amazônia Brasileira - Subsídios à discussão de repartição de benefícios.** Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), 2013.

NHANTUMBO, I.; CAMARGO, M. **REDD+ for profit or for good? Review of private sector and NGO experience in REDD+ projects.** Londres, UK: International Institute for Environment and Development (UK), 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **CONVENTION ON BIOLOGICAL DIVERSITY: Chapter XXVII. Environment.** Rio de Janeiro, RJ: Organização das Nações Unidas - ONU, 1992.

OSTROM, E. et al. The drama of the commons. Em: **The drama of the commons.** EUA: National Academic Press, 2001. p. 489.

PACHECO, P.; CÁRDENAS, C. **Entendendo LEAF E ART TREES O que é REDD+ Jurisdicional?** Washington, D.C: Iniciativa de Comunidades e Governança Territorial da Forest Trends, ICGT-FT, 2022.

PHAM, T. T. et al. Adapting Free, Prior, and Informed Consent (FPIC) to Local Contexts in REDD+: Lessons from Three Experiments in Vietnam. **Forests**, v. 6, n. 7, 2015.

PINTO, L. F. G. et al. Quem são os Poucos Donos das Terras Agrícolas no Brasil - O Mapa da Desigualdade. **Sustentabilidade em Debate**, v. 10, 2020.

POOLLEN, D.; RYSZKA, K. **Can voluntary carbon markets change the game for climate change?** Utrecht: Rabobank, 2021.

POSEY, D. **Etnoentomologia de tribos indígenas da Amazônia.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, Finep, 1987.

PRATES, A. P. L.; IRVING, M. D. A. Conservação da Biodiversidade e Políticas Públicas para as áreas protegidas no Brasil: desafios e tendências da origem da CDB às Metas de Aichi. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 5, n. 1, 14 jun. 2015.

RABELO, R. **Mapas mostram a vulnerabilidade nas comunidades tradicionais da Amazônia diante da pandemia de COVID-19.** Disponível em: <<http://ecam.org.br/en/news/vulnerabilidade-nas-comunidades-tradicionais-da-amazonia-diante-da-covid-19/>>. Acesso em: 23 jun. 2021.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. RAUPP, F. M; BEUREN, I. M. (2004). Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, I. M. (Org.). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Atlas, p.76 – 97. Em: BEUREN, I. M. (Ed.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004. p. 74–97.

SANKAR, G. **Supply and Demand Evolution in the Voluntary Carbon Credit Market**. Philadelphia, PA, EUA: Kleinman Center for Energy Policy/University of Pennsylvania, 2020.

SANTOS, D. et al. **ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA - IPS AMAZÔNIA 2021**. Belém/PA: Imazon, 2021.

SCHNEIDER, S. A Pluriatividade e o Desenvolvimento Rural Brasileiro. Em: BOTELHO FILHO, F. B. (Ed.). **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial – Contribuições ao Debate**. 17. ed. Brasília: Universidade de Brasília - Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados, 2005. v. 5.

SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I. G. P. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 23, n. 01 e 02, p. 99–116, 2004.

SCOONES, I. Sustainable rural livelihoods: a framework for analysis. **Working Paper 72**, n. Institute of Development Studies (IDS), 1998.

SIMONET, G. et al. Forests and carbon The impacts of local REDD+ initiatives. Em: ANGELSEN, A. (Ed.). **Transforming REDD+: Lessons and new directions**". Bogor, Indonesia: CIFOR, 2018.

SIMONET, G.; DELACOTE, P.; ROBERT, N. On managing co-benefits in REDD+ projects. **Int. J. Agricultural Resources, Governance and Ecology**, v. 12, n. 2, 2016.

SOCIALCARBON. **SocialCarbon Indicators for an Amazon REDD Project. Version 1.1**. [s.l.] SocialCarbon, 2013.

SOCIALCARBON. **SocialCarbon Standard Guide v1.1**. [s.l.] SocialCarbon, 2022.

SOENDERGAARD, N. et al. **Brazilian Agriculture in a World of Carbon Pricing: Challenges and Opportunities**. [s.l.] INSPER - Global Agribusiness Center, 2021.

STRECK, C. Who Owns REDD+? Carbon Markets, Carbon Rights and Entitlements to REDD+ Finance. **forests**, v. 11, n. 959, 2020.

TASKFORCE ON SCALING VOLUNTARY CARBON MARKETS. **Final Report**. [s.l.] Taskforce on Scaling Voluntary Carbon Markets - TSVCM, 2021.

THE LEAF COALITION. **Leaf Coalition**. Disponível em: <<https://leafcoalition.org/>>. Acesso em: 1 dez. 2022.

UNFCCC. **Draft decision -/CP.16 - Outcome of the work of the Ad Hoc Working Group on long-term Cooperative Action under the Convention**. , 2010.

VEIGA, J. E. DA. **Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas-SP: Ed. Autores Associados, 2002.

VEIGA, J. E. DA. Mudanças nas Relações entre Espaços Rurais e Urbanos. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 3, n. 1, p. 123–149, 2007.

VERRA. **Suruí Forest Carbon Project Loss Event**. [s.l: s.n.].

WANDERLEY, M. N. B. O Mundo Rural Brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 17, n. 1, p. 60–85, 2009.

WANDERLEY, M. N. B.; FAVARETO, A. A Singularidade do Rural Brasileiro: Implicações para as Tipologias Territoriais e a Elaboração de Políticas Públicas. Em: MIRANDA, C.; SILVA, H. (Eds.). **Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras**. Série Desenvolvimento rural sustentável. Brasília, Brasil: IICA:Fórum DRS, 2013a. v. 21p. 413–464.

WANDERLEY, M. N. B.; FAVARETO, A. A Singularidade do Rural Brasileiro: Implicações para as Tipologias Territoriais e a Elaboração de Políticas Públicas. Em: MIRANDA, C.; SILVA, H. (Eds.). **Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras**. Série Desenvolvimento rural sustentável. Brasília, Brasil: IICA:Fórum DRS, 2013b. v. 21p. 413–464.

WEST, T. A. P. et al. Overstated carbon emission reductions from voluntary REDD+ projects in the Brazilian Amazon. **PNAS**, v. 117, n. 39, 2020.

WONG, G. Y. et al. Narratives in REDD+ benefit sharing: examining evidence within and beyond the forest sector. **Climate Policy**, v. 19, n. 8, 2019.

WUNDER, S. et al. REDD+ in Theory and Practice: How Lessons From Local Projects Can Inform Jurisdictional Approaches. **Frontiers in Forests for Global Change**, v. 3, n. 11, 2020.

ANEXOS

1 CERTIFICAÇÕES DE CO-BENEFÍCIOS

1.1 Climate, Community & Biodiversity (CCB)

O padrão CCB, foi implementado em 2005 e tem se desenvolvido através da aliança Climate, Community & Biodiversity Alliance, que abrange 5 organizações não governamentais: CARE, Conservation International, The Nature Conservancy, the Rainforest Alliance e Wildlife Conservation Society⁴⁴.

O padrão é válido para projetos de carbono relacionados a agricultura, floresta e uso do solo (AFOLU), e aplicado de forma voluntária pelos proponentes e complementar à certificação de carbono VCS, e tem como objetivo garantir que o projeto gera benefícios tangíveis ao clima, às comunidades e à biodiversidade simultaneamente⁴⁵. O padrão CCB ganhou relevância a partir da Conferência das Partes de 2010 em Cancún (COP 16), com mais de 100 projetos verificados no mundo todo⁴⁶ (MILBANK; COOMES; VIRA, 2018).

O padrão requer evidências sobre a adequação do projeto com as salvaguardas aprovadas pela UNFCCC em 2010, exceto a salvaguarda (b) que não é aplicável (relacionada à governança nacional), além de aderência aos princípios e requisitos básicos para os projetos serem certificados são:

- Identificar atores envolvidos e garantir participação efetiva de todos;
- Reconhecer e respeitar direitos tradicionais e legais;
- Obter consentimento livre prévio e informado;
- Avaliar e monitorar custos diretos e indiretos, benefícios e riscos; e
- Identificar e conservar patrimônios de alto valor

Neste sentido, o manual estabelece que os projetos certificados precisam observar 17 critérios definidos em 4 categorias: Gerais, Clima, Comunidades e Biodiversidade. Para cada critério, são definidos uma série de indicadores que são

⁴⁴ Fonte: <https://verra.org/programs/ccbs/#how-it-works>

⁴⁵ Idem

⁴⁶ Idem

válidos para todos os projetos ao redor do mundo e precisam ser detalhados e verificados tanto no desenho inicial do projeto como nos relatórios de monitoramento.

Os projetos certificados CCB podem ainda obter um grau extra de reconhecimento através do Nível Ouro, que pode ser obtido para cada categoria: Clima, Comunidades e Biodiversidade. Para cumprir com este nível adicional de exigência espera-se que o projeto atinja os seguintes critérios:

- ❖ **Clima:** projeto contempla e implementa estratégias relevantes de apoio à adaptação de comunidades e/ou biodiversidade às mudanças climáticas;
- ❖ **Comunidades:** projeto liderado por pequenos proprietários ou comunidades, implementado em área de propriedade/gestão destes grupos, ou o projeto é explicitamente direcionado para benefício de populações vulneráveis:
 - Entrega benefícios justos para populações locais (curto/longo prazo);
 - Aumenta segurança e empoderamento das comunidades
 - Desenvolve arranjos institucionais que promovem a participação
 - Benefícios são compartilhados de forma justa com a comunidade e entre os membros das comunidades;
- ❖ **Biodiversidade:** conservação de locais de relevância global para conservação biodiversidade;

No Quadro 10 abaixo, apresenta-se os critérios e principais indicadores (CCB, 2017a):

Quadro 10 – Critérios e indicadores definidos pela certificação CCB

Critérios e Indicadores Exigidos p/ Certificação CCB			
Gerais		Clima	
G1	Objetivos, Desenho e Viabilidade Longo-Prazo	CL1	Adicionalidade (cenário sem projeto)
	<i>Visão Projeto; Objetivos; Desenho; Área</i>		<i>Emissões Totais s/ Projeto</i>
	<i>Identificação Área; Atores Envolvidos; Processo Identif.; Mapeamento</i>		
	<i>Descrição atividades/resultados/impactos; Mecanismo Financeiro</i>		
	<i>Riscos Humanos Induzidos; Ações Mitigação</i>		
G2	Adicionalidade (cenário sem projeto)	CL2	Impacto Positivo Líquido Clima
	<i>Descrição cenário mais provável uso da terra</i>		<i>Emissões Totais c/ Projeto</i>
	<i>Documentação s/ benefícios gerados no cenário sem projeto</i>		<i>Balanco Líquido Projeto</i>
G3	Engajamento de Atores Envolvidos	CL3	Impactos Clima fora Área Projeto (Vazamento)
	<i>Formas Acesso à Info Projeto; Formas Apresentação Informações</i>		<i>Tipos Vazamento; Estimativa Aumento Emissões</i>
	<i>Formas Acesso à Info CCB; Formas Influência Comunidades Projeto</i>		<i>Ações Mitigação Vazamento</i>
	<i>Participação Efetiva Decisão; Canais Denúncia e Resolução Conflito</i>		<i>Mapameto Emissões Outros GEEs</i>
	<i>Capacitação Local p/ Participação; Cuidados c/ Riscos Trabalho</i>		
G4	Capacidade de Gestão	CL4	Monitoramento Impacto Clima
	<i>Estrutura Governança; Qualificações Necessárias</i>		<i>Plano Monitoramento CO2 e outros GEEs</i>
	<i>Experiência Gestores; Saúde Financeira Proponente</i>		<i>Publicização Resultados</i>
G5	Status legal e Direitos de Propriedade	GL1	Benefícios rel. Adaptação Mudanças Climáticas
	<i>Mapeamento Direitos Legais e Tradicionais Uso/Acesso/Propriedade</i>		<i>Cenários Vulnerabilidade e Impactos Prováveis</i>
	<i>Mapeamento Sobreposição c/ Áreas Públicas/Comunidade/Privadas</i>		<i>Impactos Mud. Climáticas Comunidade/Biodiversidade</i>
	<i>Consentimento Livre/Prévio/Informado Comunidades Afetadas</i>		<i>Medidas Apoio à Adaptação Comunidades/Biodiversidade</i>
	<i>Não Remoção Moradores; Mapeamento Atividades Ilegais ou Conflitos</i>		<i>Indicadores Monitoramento Estratégias Adaptação</i>
	<i>Lista Leis Relevantes; Aprovações Formais Nec.; Não Dupla Contagem Créditos</i>		
Comunidade		Biodiversidade	
CM1	Adicionalidade (cenário sem projeto)	B1	Adicionalidade (cenário sem projeto)
	<i>Descrição das Comunidades, Id/Avaliação Patrimônios Alto Valor</i>		<i>Mapeamento Biodiversidade; Id/Avaliação Patrimônios Alto Valor</i>
	<i>Mudanças Esperadas Condições de Vida s/ Projeto</i>		<i>Id. Áreas Importante Conservação; Cenário Previsto Biodiversidade</i>
CM2	Impacto Positivo Líquido Comunidades	B2	Impacto Positivo Líquido Biodiversidade
	<i>Benefícios Diretos/Indiretos/Custos/Riscos p/ Comunidades</i>		<i>Estimativa Impacto Positivo Biodiversidade</i>
	<i>Ações Mitigadoras Impactos Negativos</i>		<i>Benefício Líquido Positivo p/ Biodiversidade; Plano Gestão Resíduos</i>
	<i>Benefício Líquido Positivo p/ Todas Comunidades</i>		<i>Ações Mitigadoras Impactos Negativos; Sem uso OGMs</i>
	<i>Nenhum Dano Patrimônios Alto Valor</i>		<i>Nenhum Dano Patrimônios Alto Valor; Sem introdução invasoras</i>
CM3	Outros Impactos Atores Envolvidos	B3	Impactos Biodiversidade fora Área Projeto
	<i>Impactos Positivos/Negativos Outros Atores</i>		<i>Impactos Negativos Potenciais Fora Área Projeto</i>
	<i>Ações Mitigadoras Impactos Negativos</i>		<i>Ações Mitigadoras Impactos Negativos</i>
	<i>Benefício Líquido Positivo p/ Outros Atores</i>		<i>Comparar impactos fora e dentro Área Projeto</i>
CM4	Monitoramento Impacto Comunidades	B4	Monitoramento Impacto Biodiversidade
	<i>Plano Monitoramento Comunidades</i>		<i>Plano Monitoramento Biodiversidade</i>
	<i>Disseminação Informações Plano Monitoramento</i>		<i>Plano Monitoramento Patrimônios de Alto Valor; Dissminar Informações</i>
GL2	Benefícios Excepcionais rel. Comunidades	GL3	Benefícios Excepcionais rel. Biodiversidade
	<i>Direitos Propriedade/Acesso/Usos garantidos (legal/tradicional)</i>		<i>Área Projeto Inclui Zonas de Alta Prioridade Conservação</i>
	<i>Benefícios de Curto e Longo Prazo p/ Comunidades</i>		<i>Tendências Populacionais Espécies Alta Prioridade</i>
	<i>Mapeamento Risco Participativo; Benefício p/ Grupos Vulneráveis</i>		<i>Ações Promotoras de Aumento/Manutenção Populações</i>
	<i>Benefício e Participação Feminina; Mecanismo Financeiro Justo e Inclusivo</i>		<i>Indicadores Populacionais Espécies Alto Valor Plano Monitoramento</i>
	<i>Governança/Estrutura de Participação; Desenv. Capacidades p/ Participação</i>		

Fonte: CCB, (2017)

1.2 SocialCarbon

A certificação SocialCarbon foi criada em 2005 no Brasil pelo Instituto Ecológica com o objetivo de ser uma metodologia transparente para medição de ganhos

sociais oriundos de projetos de carbono. Até 2022 a certificação era voltada apenas para o monitoramento dos impactos do projeto para além do carbono, e por isso era aplicada de forma complementar às certificações relacionadas à redução de emissões.

A partir de 2022 a SocialCarbon Standard passa a ser uma certificação completa para projetos NBS, incluindo as metodologias para determinação de linha de base e verificação de adicionalidade sobre sequestro ou a redução de emissões de gases de efeito estufa.

O padrão utiliza a estrutura básica da abordagem Sustainable Livelihood Approach, desenvolvida por Robert Chambers e Gordon Conway e modificada por Ian Scoones (1998), que afirma que uma vida é sustentável quando consegue lidar e se recuperar de choques e stress e ainda manter ou aumentar suas capacidades, ao não prejudicar os recursos naturais de que depende (CHAMBERS; CONWAY, 1992).

A SocialCarbon é focada na certificação de projetos com “impacto sustentável”, para além do carbono, abrangendo elementos sociais e de biodiversidade. Como forma de promover a resiliência dos resultados, a metodologia se baseia na inclusão e engajamento das comunidades locais, na flexibilidade para se adaptar a diferentes cenários de projetos e considerar diferentes contextos sociais e políticos.

Para isso, a abordagem considera 6 elementos principais e 8 diretrizes básicas:

Elementos Principais:

- a. **Social** – relações de trabalho e sociais, obrigações sociais e associativismo
- b. **Humano** – capacidades, conhecimento, qualificação, saúde e bem-estar
- c. **Financeiro** – capital básico em dinheiro, crédito e outros bens
- d. **Natural** – recursos naturais e serviços ecossistêmicos
- e. **Biodiversidade** – diversidade de espécies, ecossistemas e genes
- f. **Carbono** – tipo de metodologia adotada e performance obtida

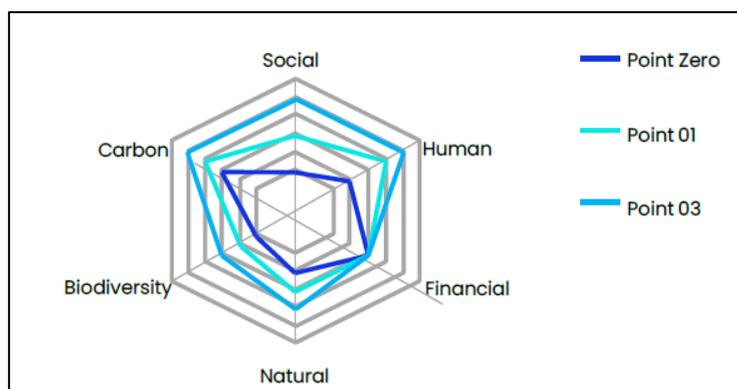
Diretrizes básicas:

1. Centralidade na percepção dos atores-chave
2. Valorização dos potenciais e recursos das populações
3. Participativa, holística, dinâmica e flexível
4. Lida com aspectos locais e globais

5. Focada na análise dos ecossistemas locais e seu potencial de biodiversidade
 6. Focada em resolução de problemas e na busca por sustentabilidade
 7. Persegue inclusão social e reconhece questões de gênero e outras formas de desigualdade social
 8. Leva em consideração relações governamentais e contextos políticos
- (SOCIALCARBON, 2022)

Cada indicador apresenta cenários indicativos dos possíveis resultados aferidos, do pior cenário (notas 1 e 2), caracterizado pela existência de irregularidades, comprometimento da qualidade de vida, altos riscos e etc., ao cenário de uso sustentável do recurso (notas 5 e 6), caracterizadas por situações compatíveis com condições de vida sustentáveis. Em seguida, as avaliações são colocadas em perspectiva temporal (ponto zero, ponto 1, ponto 2 e etc.), de forma que seja possível verificar sua evolução temporal, demonstrada visualmente através da representação hexagonal das notas obtida para cada elemento em cada medição (ver Figura 12 abaixo).

Figura 12 – Representação Esquemática da Pontuação de um Projeto ao longo de 3 medições



Fonte: SocialCarbon (2022a)

1.3 Processo de Certificação de Créditos de Carbono

O projeto se inicia com o desenho do projeto pela empresa desenvolvedora do projeto em colaboração com o proponente e outros atores envolvidos, tais como as comunidades locais, e enviado para a entidade certificadora dos créditos para validação. Os projetos validados são então submetidos a processos cíclicos de monitoramento e verificação necessários para a emissão dos créditos de carbono relativos aos resultados de cada ciclo.

Abaixo, uma breve descrição das principais etapas envolvidas em cada etapa do processo:

1. Validação

O Descritivo do Projeto (PD, sigla em inglês), contendo o desenho do projeto e o plano de monitoramento, junto com as documentações de apoio são validados pela entidade certificadora. No caso dos Projetos REDD registrados na Amazônia, a certificadora responsável pela certificação dos créditos é a VERRA, no âmbito do padrão Verified Carbon Standard (VCS) (CCB, 2017b).

2. Monitoramento

Nesta etapa a desenvolvedora do projeto submete um Relatório Monitoramento apresentando as atividades realizadas durante o ciclo de monitoramento e os resultados aferidos em relação ao que havia sido proposto no Descritivo do Projeto. O conteúdo e o nível de confiança das informações são de responsabilidade do proponente e da entidade desenvolvedora. Por isso, o nível de transparência e de confiança dos relatórios de monitoramento podem variar bastante de projeto a projeto.

Nos projetos com a certificação de co-benefícios CCB, os relatórios devem conter um panorama do cenário base ‘sem projeto’ demonstrando como o cenário verificado ‘com projeto’ representa uma melhoria das condições de vida das comunidades locais. Além disso, devem ser identificados os *stakeholders* do projeto, as condições iniciais, os potenciais impactos negativos, os riscos e ações de mitigação e prevenção, e a metodologia para registro das alterações de planejamento de atividades (MILBANK; COOMES; VIRA, 2018).

3. Verificação

A auditoria das atividades e resultados reportadas são de responsabilidade de entidades verificadoras independentes (VVBs, sigla em inglês) credenciadas pela certificadora dos créditos (por ex., a VERRA). A checagem, em geral, é conduzida através de análise documental e coleta de dados in loco, cruzando com as informações validadas no PD e no Plano de Monitoramento. Após as checagens, as VVBs então emitem um Relatório de Verificação (CCB, 2017b).

A realização de visitas às áreas de projeto é obrigatória, como parte do processo de auditoria das informações nas etapas de validação e verificação (exceto em casos

específicos onde já houve verificações há menos de três anos). As entrevistas aos atores envolvidos no Projeto fazem parte desta auditoria e devem ser agendadas e informadas com no mínimo 30 dias de antecedência (CCB, 2017b).

O prazo máximo transcorrido entre verificações da certificação CCB é de 5 anos, e, para ampliar o nível de compliance das verificações, o programa exige a rotação dos VVBs a cada ciclo de verificação (CCB, 2017b).

4. Certificação

O Relatório de Verificação é submetido à validação da certificadora. Após esclarecimentos e correções exigidas pela certificadora, e passado o período de consulta pública, o projeto segue para emissão dos créditos de carbono referentes ao ciclo verificado.

2 ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

I. Envolvimento Projetos REDD

- ➔ Atualmente, você tem envolvimento com projetos REDD? S () N ()
- (Se Sim) Nome(s) do(s) projeto(s); cargo/função que exerce; tempo de envolvimento.

II. Compartilhamento de Benefícios – Status Atual e Desafios

- 1. Como você avalia a relação dos projetos REDD com as comunidades locais na Amazonia, particularmente o respeito às salvaguardas, a participação plena e o compartilhamento de benefícios?**

2. Os 18 projetos de REDD certificados e ativos na Amazonia na base da VERRA estimam gerar 5MM créditos/ano. A um preço médio de USD 10/ano, resultaria em um fluxo de receita estimado em 15MM/projeto-ano.
 - a. Qual % desse montante você diria que vai para benefícios sociais/ano? Qual seria um % razoável para compartilhamento?
 - b. Quais os desafios/entraves para que ocorra um compartilhamento de benefícios mais justo e inclusivo?

3. Os projetos possuem graus muito diferentes de geração de benefícios, mesmo entre aqueles que tem certificação de co-benefícios. Uma análise dos 7 projetos verificados com certificações verificadas mostrou que o compartilhamento de benefícios é muito pouco relevante nas áreas privadas.
 - a. Projetos em áreas privadas podem e devem promover o desenvolvimento sustentável e gerar melhorias de condições de vida relevantes, mesmo em áreas privadas?
 - b. Como você enxerga a implementação em áreas não privadas, em territórios com uma gestão mais complexa, como Unidades de Conservação, Assentamentos ou uma área com pequenas propriedades?

III. Efetividade das Certificações

4. Dos 23 projetos REDD registrados e ativos na Amazônia, 18 apresentam certificações de co-benefícios validadas ou em validação.

- a. Qual sua avaliação da efetividade das certificadoras de co-benefícios na promoção de benefícios sociais? Você enxerga que as metodologias atendem aos objetivos divulgados pelos padrões?
 - b. Você considera apropriada a forma que são apresentados as verificações nos Relatórios? Um investidor com interesse no social consegue diferenciar o Projeto Ecomapuá do Rio Preto Jacundá?
 - c. Como você avalia o trabalho da VERRA e das VVBs no processo de validação? Existe conflito de interesse?
5. Na sua opinião, o respeito às salvaguardas e o compartilhamento de benefícios nos projetos REDD é valorizado por atores privados e pelo mercado?
- a. Têm impacto suficiente no preço e na liquidez dos créditos?

III. Propostas

- 6. Você teria propostas para que os projetos de REDD tenham maior impacto social para as comunidades locais?**
7. Qual a sua opinião acerca das propostas para impulsionar o impacto social dos projetos:
- a. Deveriam ser criadas regulação ou protocolos para as certificações em relação ao compartilhamento de benefícios?
 - b. Deveriam haver formas prioritárias de compartilhamento de benefícios?
 - c. A participação de Associações locais no desenho e monitoramento do projeto deve ser obrigatória? Deveria haver uma assessoria externa especializado e independente suportando as comunidades locais?
 - d. Deveria ser criada uma governança territorial com representantes das comunidades, certificadoras e poder público?

3 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE



Programa de Políticas Públicas Estratégia e Desenvolvimento – PPEd
 Instituto de Economia – Universidade Federal do Rio de Janeiro – IE/UFRJ
 Av. Pasteur, 250 - Urca - Rio de Janeiro/RJ

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

Título da pesquisa: A Inclusão das Populações Locais em Projetos REDD+ para Geração de Créditos de Carbono na Amazônia Brasileira: Salvaguardas e Compartilhamentos de Benefícios

Pesquisador responsável: Conrado Amoedo de Mello

Você está sendo convidado para participar desta pesquisa proposta pela **Universidade Federal do Rio de Janeiro** que está descrita em detalhes abaixo. Para decidir se você concorda ou não em participar desta pesquisa, por favor leia os itens abaixo:

1. **Objetivo da pesquisa:** investigar a geração de benefícios sociais para as comunidades locais em projetos de geração de créditos de carbono na Amazônia brasileira, analisando as políticas de compartilhamento de benefícios e de salvaguardas adotadas nos projetos e os principais desafios e oportunidades para que estes projetos tenham um impacto social positivo relevante.
2. **Descrição dos procedimentos que serão realizados:** Entrevistas com pesquisadores, representantes de comunidades extrativistas localizadas na Amazônia e organizações ou empresas atuantes em projetos de carbono. Além do roteiro que será utilizado na entrevista, serão registrados os áudios e vídeos das entrevistas para permitir a análise do conteúdo posterior com maior detalhamento.
3. **Informações da pesquisa:**
Sempre que o(a) senhor(a) desejar poderá pedir informações sobre a pesquisa através do telefone do pesquisador do projeto **(21) 98921-0028**.
4. **Direito de confidencialidade:**
Você tem assegurado que todas as suas informações pessoais obtidas durante a pesquisa serão consideradas estritamente confidenciais. Sua identidade será mantida em sigilo, atendendo à legislação brasileira e utilizando as informações somente para fins acadêmicos e científicos.
5. **Benefícios:**
Ao participar desta pesquisa o(a) senhor(a) não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo resulte em informações importantes sobre o estágio atual do compartilhamento de benefícios sociais em projetos de carbono na Amazônia brasileira e contribua para o aprimoramento deste mercado no sentido de ampliar sua capacidade de geração de co-benefícios para as comunidades locais.

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa.

Local e data: _____

 Nome do Participante

 Assinatura do Participante